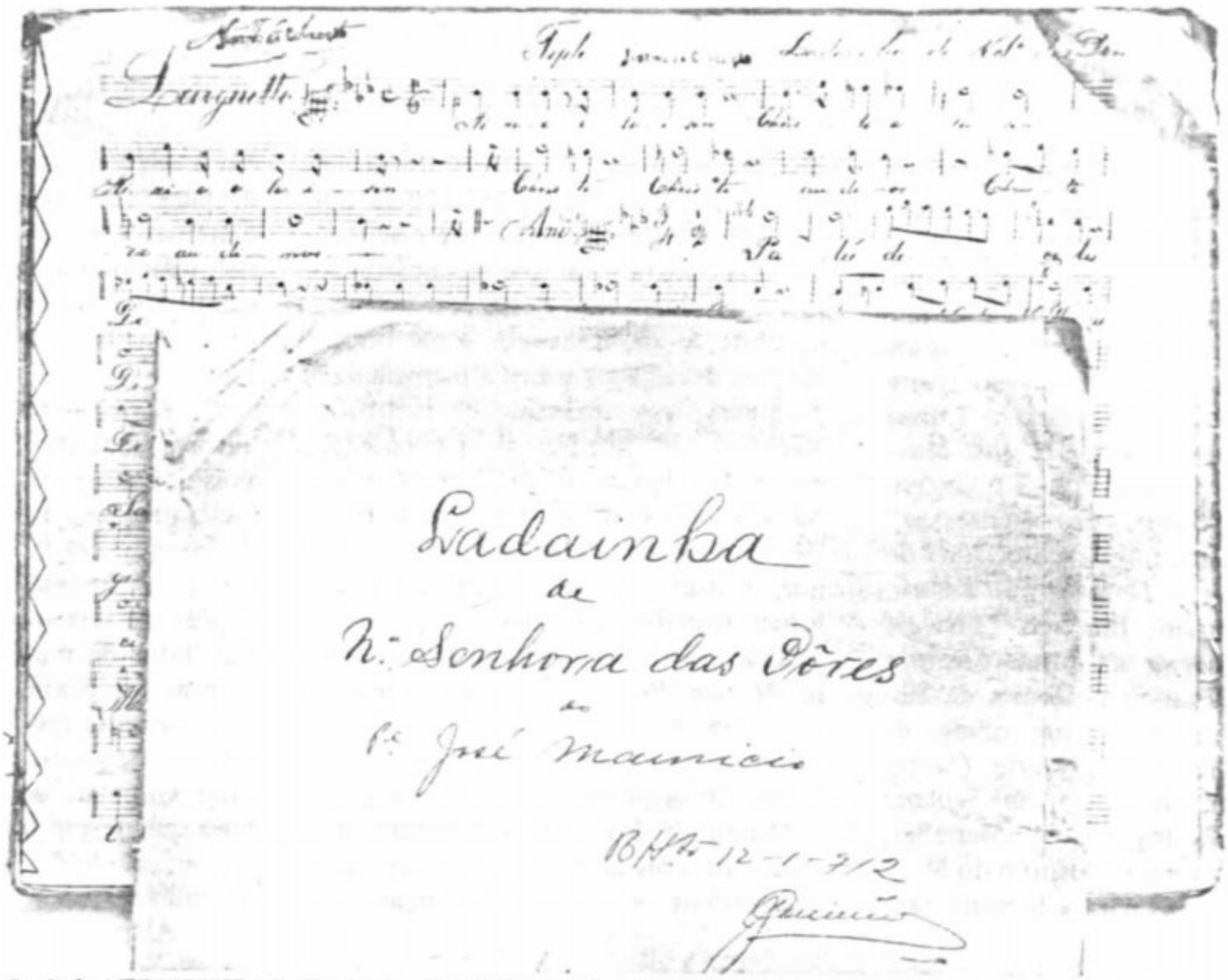
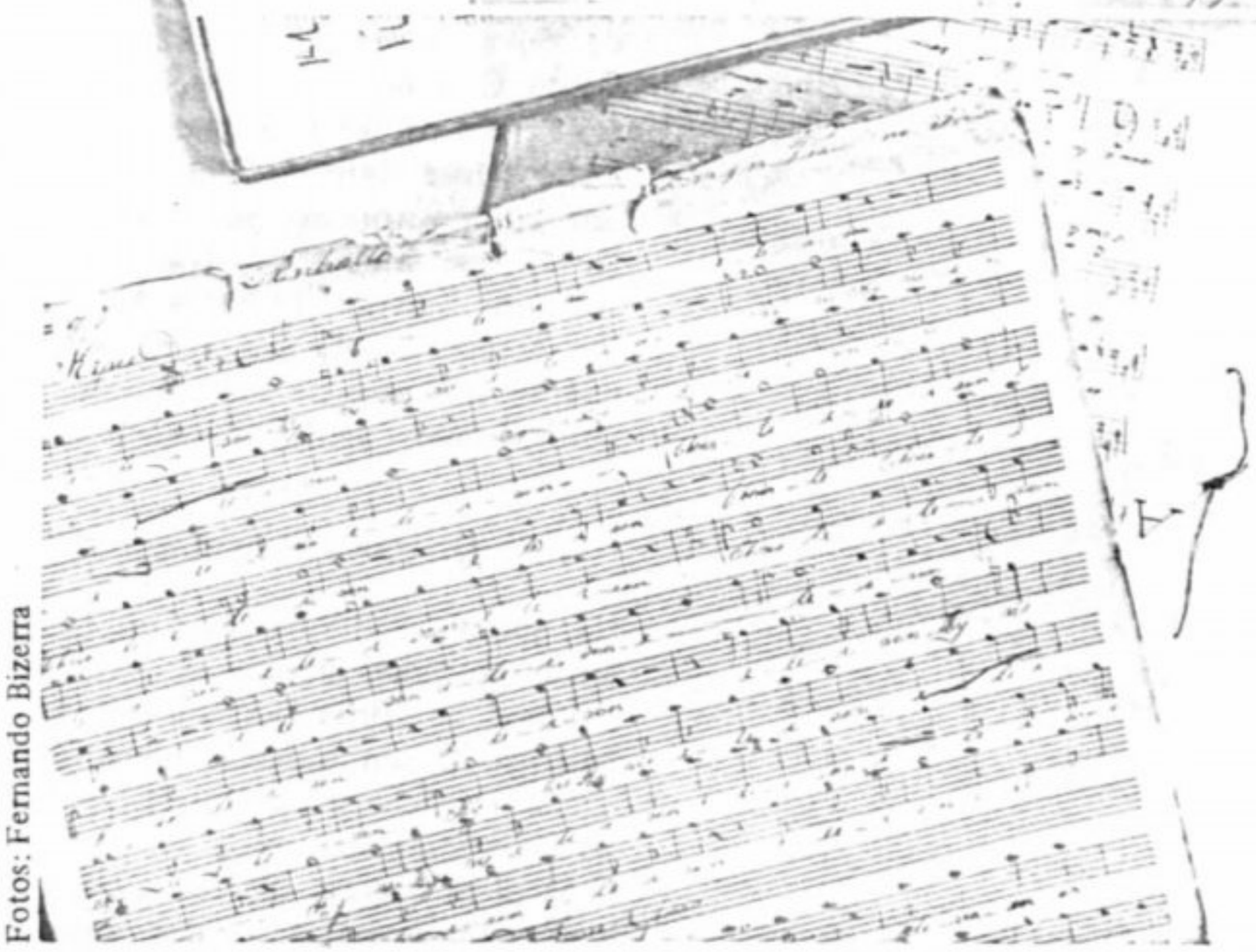
Julho/Agosto 1982

Editado pela Fundação Nacional próMemória
Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Secretaria da Cultura
Ministério da Educação e Cultura
Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K - CxP. 04-0150
70.710 - Brasília - DF

SPHAN 19
próMemória

Memória musical: Brasil recupera acervo do século XVIII





Fotos: Fernando Bizerra

Em solenidade a ser realizada ainda este ano o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (MG), vai receber o conjunto de documentos reunidos pelo musicólogo alemão Francisco Curt Lange, Presidente do Instituto Interamericano de Musicologia, no Uruguai, em pesquisas realizadas em Minas Gerais, nos anos de 1944/45, e que resultaram na descoberta da música colonial brasileira.

O ato se insere na política traçada pela Secretaria da Cultura do MEC para o resgate de bens culturais brasileiros que se encontram no exterior, a exemplo do ocorrido com os cinco volumes dos Autos da Devassa arrematados pelo Governo, através da SPHAN/próMemória, num leilão em Londres (IPHAN nº 4, pág. 17, SPHAN nº 6, pág. 4 e nº 8, págs. 1 e 2).

É imensa a curiosidade em torno do acervo reunido por Curt Lange. As amostras de música dele saídas, além de lançar uma dezena de nomes que foram definitivamente incorporados à cultura brasileira, alcançaram prestígio internacional e têm sido executadas, com indiscutível êxito, para as platéias mais exigentes do mundo. O retorno ao país dessas autênticas peças de museu – os originais assinados que reconstituem a memória de todo um setor de criatividade do século XVIII – vai possibilitar aos estudiosos a comprovação da justeza das restaurações ou recomposição de partituras levadas a efeito pelo Professor Curt Lange, uma vez que ele também entregou à SPHAN/próMemória, para serem copiados, os papéis vegetais que reúnem esses trabalhos de sua autoria.

Além de um original de Carlos Gomes (*Quem Ergo*), um do padre José Maurício Nunes Garcia (*Missa Abreviada*) e de três do Dr. José Maurício Nunes Garcia Filho, o acervo inclui, entre outros, os seguintes originais de música mineira: *Antífona de Nossa Senhora e Domenica in Palmis*, de José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, *Novena de Nossa Senhora do Pilar*, de Francisco Gomes da Rocha, *Hymno* e mais duas obras, de Marcos Coelho Netto, *Quarta, Quinta e Sexta-Feira do Ciclo da Semana Santa*, de Rodrigues de Meirelles, cinco obras do padre Jesuíno do Monte Carmelo, obras para a Semana Santa, de Manoel Dias de Oliveira, três obras de João da Mata, *Missa*, de Jerônimo de Souza Lobo Queiroz e uma obra de Prisciliano da Silva. Toda essa documentação passará a integrar o acervo do Museu da Incofidência, que possui a sua seção de arquivo na Casa do Pilar – dependência inaugurada há cerca de dois anos, quando da devolução dos volumes dos Autos da Devassa à comunidade ouropretana (SPHAN nº 8, págs. 1 e 2).

Em janeiro último, ficou resolvido que o Professor Curt Lange deverá ser contratado pelo Museu para um período em que orientará a organização definitiva do seu setor musical. O objetivo principal da permanência do musicólogo alemão será o de orientar um especialista local que se encarregará da administração desse patrimônio, e, ainda, o de transmitir a ele informações detalhadas sobre a história das pesquisas que realizou. O Instituto Nacional de Música da FUNARTE estará funcionando em estreita colaboração com o Museu, não apenas para lhe emprestar toda assistência técnica que se fizer necessária, como para dar início à publicação das peças numa coleção que terá o nome de *Monumenta Música Brasília*, conforme desejo manifesto do seu descobridor.

As negociações para a transferência do arquivo de Curt Lange para o Museu da Inconfidência foram iniciadas há dois anos pelo Coordenador de Museus e Casas Históricas da SPHAN/próMemória, Rui Mourão, conforme decisão direta do ex-Secretário da Cultura do MEC, Aloísio Magalhães. Os acertos finais foram realizados por Rui Mourão e Edino Krieger, Diretor do Instituto Nacional de Música da FUNARTE, que estiveram no Uruguai, onde procederam a um exame minucioso de toda a documentação.

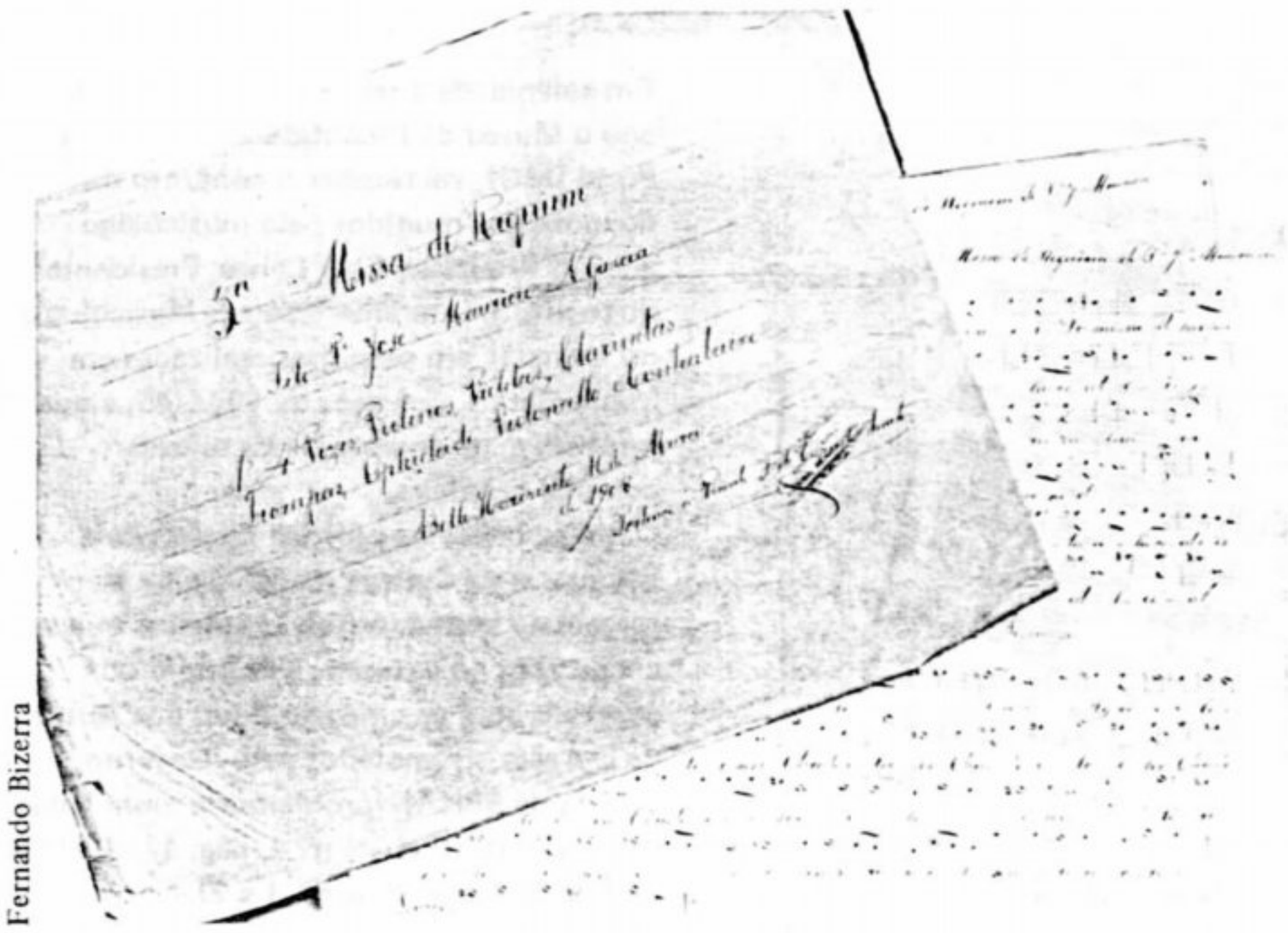
O acervo corresponde a cerca de um metro cúbico de papéis, que inclui originais e muitas cópias, inclusive de músicas populares e composições de mérito discutível. Na época das pesquisas do Professor os músicos que ainda possuíam arquivos, sabedores de que havia alguém interessado na compra de partituras antigas, começaram imediatamente a especular com esse material, dificultando a sua aquisição e forçando a compra de conjuntos, onde as vezes existia apenas uma peça importante.

A ocorrência de autógrafos dos autores mineiros é extremamente rara, pois a maioria dos documentos em que eles apareciam foi destruída pela ação do tempo (traça, cupim, barata, rato) ou pelo homem. Após uma interrupção de seis anos em suas pesquisas, por falta de recursos, Curt Lange retornou ao Brasil e encontrou, numa área bastante reduzida, nada menos do que 27 arquivos destruídos, isso sem falar em mais destruições e incinerações que devem ter ocorrido em outras regiões de Minas Gerais, por ele não vasculhadas.

Além dos originais já citados, há autógrafos de autores como André da Silva Gomes, João Francisco de Souza Coutinho, Jerônimo de Souza Lobo, dos padres João de Deus Castro Lobo e José Maria da Silva Xavier e de um compositor do Serro, de nome Paiva, que atuava ao lado de José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, no Arraial do Tejuco (Diamantina), que se sobressai na coleção com um número muito significativo de obras.

NOVAS PESQUISAS

Na opinião do Professor Curt Lange, novas pesquisas devem ser feitas nos arquivos de Minas Gerais e de outros Estados. O seu trabalho pioneiro foi apenas o início de uma tarefa que deve ter continuidade pelos anos afora. Uma pista que ele oferece a quem se interessar: investigação nos arquivos



Fernando Bizerra

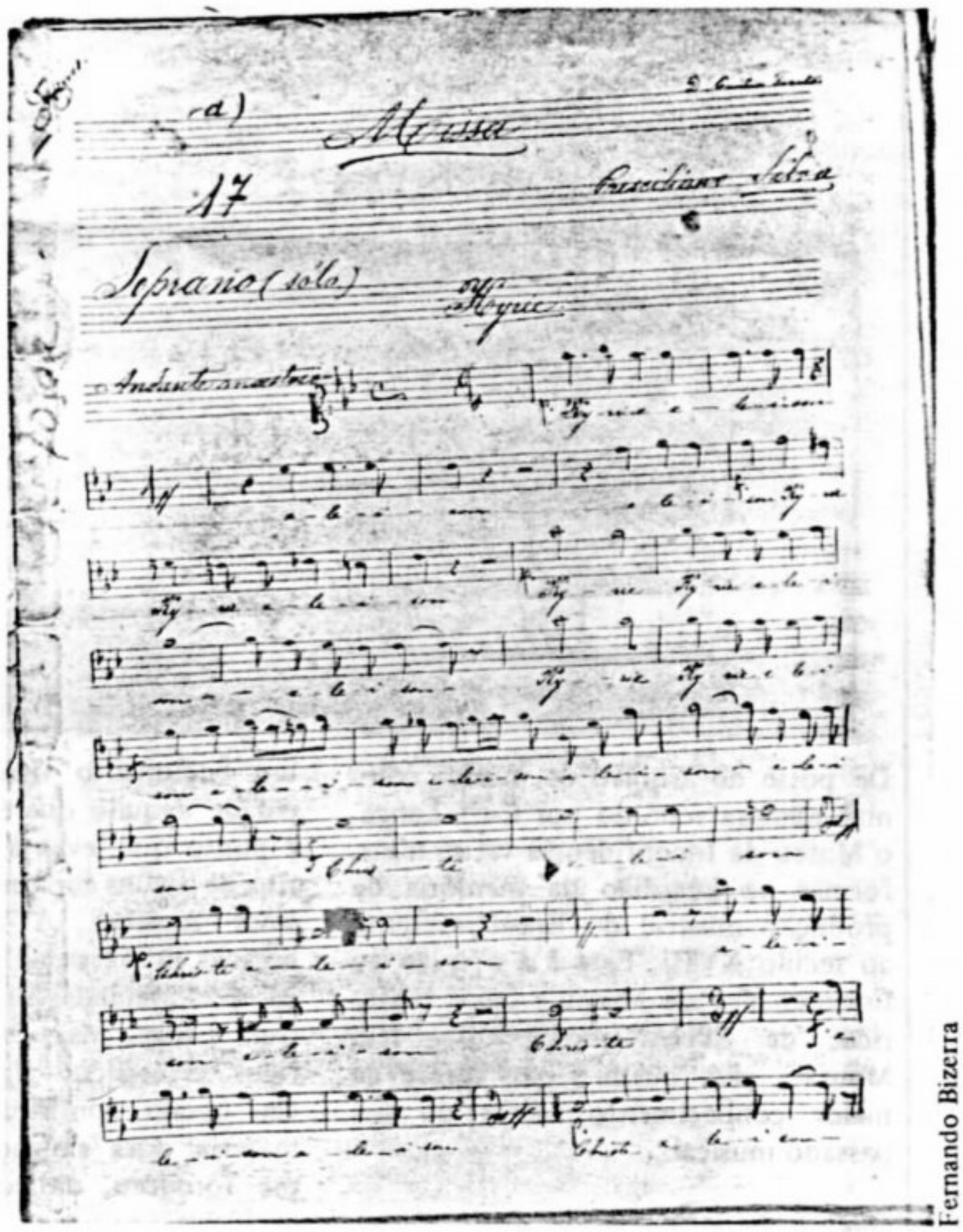
baianos, que permanecem intactos.

"Não é possível que não tenha havido música colonial baiana", diz o Professor, lamentando não contar com a mesma disponibilidade de anos atrás, a fim de ele próprio se ocupar desse trabalho desbravador, de resultados garantidos.

A confiança de Curt Lange no seu instinto de pesquisador é a mais absoluta. Segundo revelou aos técnicos da SEC/MEC, a descoberta do atestado de óbito de Emerico Lobo de Mesquita foi fruto de uma inspiração repentina: seguia de viagem para os Estados Unidos, vindo do Uruguai, e resolveu fazer escala de dois dias no Rio de Janeiro, para examinar o arquivo do Carmo, pois sabia que o músico, que sempre trabalhara com os carmelitas, havia estado na antiga capital do país.

Além dos sérios problemas criados pelos historiadores que negavam a existência de uma escola de criadores mulatos em Minas Gerais, o Professor Curt Lange enfrentou problemas financeiros para realizar suas pesquisas, que inicialmente, ao contrário do que se supunha, não foram financiadas por nenhuma instituição brasileira. Segundo agora ficou esclarecido, ele realizou essa etapa por conta própria, aproveitando uma viagem que fez a Minas Gerais, a convite da Prefeitura de Belo Horizonte, para a organização do número do Boletim Latino-americano de Musicologia dedicado aos brasileiros.

Os papéis musicais que comprou auxiliado por um amigo rico do Uruguai foram oferecidos às autoridades mineiras e cariocas da época, com a sugestão de que fosse criado um instituto de musicologia, que passaria a se constituir na base de salvamento da documentação ainda dispersa.



Fernando Bizerra

Durante um ano, o arquivo permaneceu na residência do maestro belga Arthur Bosmans, em Belo Horizonte, à espera de uma solução favorável dos Governos consultados. Diante do desinteresse oficial, o pesquisador levou-os consigo para o Uruguai e depois para a Argentina, onde fundou e dirigiu, conjuntamente com o Instituto Interamericano de Musicologia de Montevidéu, o Departamento de Musicologia da Universidade Nacional de Cuyo, em Mendoza.

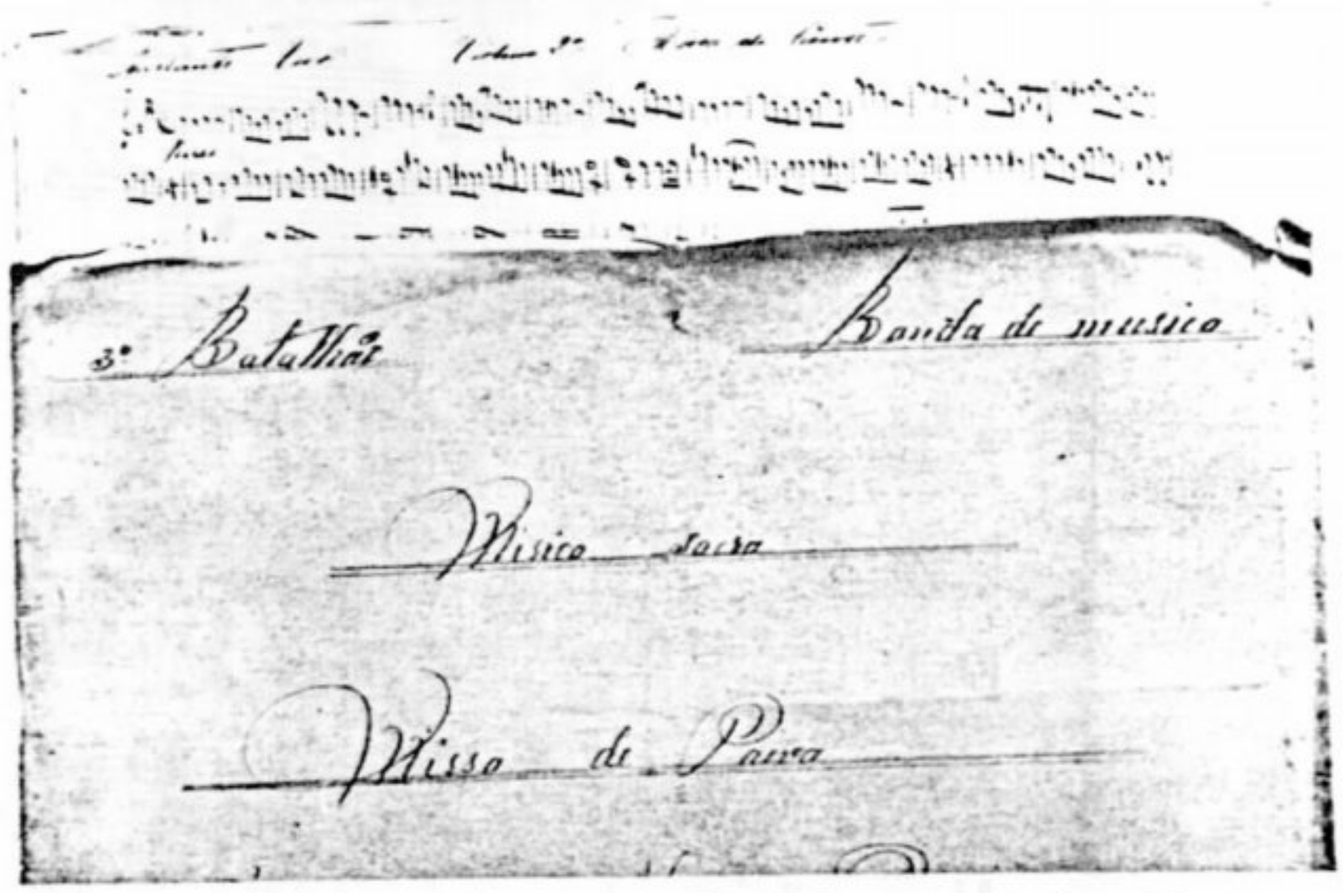
A transferência do arquivo para o Museu da Inconfidência, segundo o Professor, "é providencial. Ele ficará definitivamente incorporado ao precioso acervo de uma Casa em que descansam os restos mortais dos Inconfidentes, que foram, sem exceção, ouvintes da gloriosa grei dos músicos-compositores mulatos de Vila Rica, hoje reconhecida e admirada no mundo inteiro".

Características do processo musical mineiro

No entender do Professor Curt Lange, existem muitas intepretações erradas sobre as singularidades do processo de formação dos músicos mineiros, a começar pela que supõe o isolamento desses profissionais, devido às dificuldades de comunicação da época.

"Grave erro", afirma o pesquisador. "O próprio arquivo que me foi possível salvar, e que para felicidade minha passará a integrar o acervo do Museu da Inconfidência, é suficiente para demonstrar que houve, não apenas na época colonial, mas também no século XIX, um intenso intercâmbio de documentação, sem contar a compra de documentação de fora, fosse ela européia ou proveniente de outras Capitanias e, depois, de outras Províncias brasileiras".

"A curiosidade dos compositores que desejavam se informar sobre o que acontecia em seu campo de atividade foi sempre proverbial", diz ainda. O que, para ele, explica a existência, no arquivo em questão, de músicas provenientes tanto da Europa quanto de São Paulo e do Rio de Janeiro.



Fernando Bizerra

De posse do arquivo de música colonial mineira reunido por Curt Lange, o Museu da Inconfidência vai se transformar no guardião da memória da produção musical do Brasil referente ao século XVIII. Esta é a opinião do Coordenador de Museu e Casas Históricas da SPHAN/próMemória, Rui Mourão, para quem o país carece de maior conhecimento acerca do seu passado musical.

Qual a importância da posse desses documentos?

Para se ter uma idéia a respeito, basta que se considere o seguinte: os documentos que possuímos, por exemplo, da nossa memória arquitetônica e urbanística, são muito numerosos. Eles constituem cidades inteiras. Já no que diz respeito à comprovação do nosso passado musical, o que se vê é a raridade das peças com que se conta. Há muito papel musical por essa Minas Gerais afora, mas tudo não passa de cópias. Cópias de cópias, assinadas por terceiros ou sem assinatura. Documentos de autenticidade indiscutível, com autógrafo dos compositores, são escassíssimos. Não se conhece praticamente nada fora daquilo que está chegando para o Museu da Inconfidência. Essa casa vai se transformar na guardiã quase exclusiva da memória musical do século XVIII brasileiro.

Mas as músicas dos compositores mineiros não têm sido executadas?

Sim, claro, com freqüência têm sido executadas. Elas estão vivas entre nós. Firmam-se cada vez mais como um documento vivo. Mas a autenticidade daquilo que é executado ainda é ponto que levanta dúvidas no espírito de alguns representantes do nosso setor musical. A maior parte das pessoas interessadas não põe em dúvida a idoneidade intelectual do Prof. Curt Lange, mas, até por questão de rigor científico, alguns especialistas vão querer confirmar a correção do material para execução que ele sempre forneceu, na condição de fonte exclusiva.

Os especialistas vão ter interesse em comprovar a autenticidade das cópias?

O assunto não é tão simples como à primeira vista pode parecer. Em todas as pesquisas que realizou, o Prof. Curt Lange não descobriu uma única partitura, que é o papel que se destina à leitura do maestro. O que ele encontrou sempre foram as partes-papéis, que são para os componentes diversificados da orquestra, os violinos, as trompas, os oboés, etc. Para deixar essas músicas em condição de serem executadas, o musicólogo teve que restaurá-las, isto é, teve que recompor a partitura através do estudo das várias partes, além de refazer pequenos trechos porventura destruídos, nessas últimas, pela ação do tempo. Como se vê, o cotejo dos textos restaurados com os textos das restaurações constitui uma operação que, quando nada, é gratificante para o espírito. Dando provas da lisura com que trabalha, o Prof. Curt Lange nos entregou, para serem copiados, os originais das suas restaurações.

Por que Curt Lange se refere sempre à escola de compositores mulatos?

Os compositores mineiros do século XVIII, sem exceção de um só, foram mulatos. Mário de Andrade já havia chamado a atenção para a marcante presença do mestiço de origem negra em todos os setores criativos do período, quando eles demonstraram grande versatilidade e poder imaginativo, a ponto de chegarem a produzir um fenômeno como o do Aleijadinho. Curt Lange veio revelar que aqueles que se dedicavam à música se achavam organizados em verdadeiras corporações profissionais. As Irmandades de gente de cor que se formavam em torno dos templos religiosos garantiam para os seus membros a exclusividade sobre o serviço da música.

A música era toca apenas nas igrejas dos pretos?

De maneira nenhuma. Ela era tocada em qualquer parte onde fosse necessária. As associações recebiam as solicitações das partes interessadas e cobravam pelo seu serviço. Era um ofício de grande destinação e que assegurava independência econômica àqueles que o praticavam. Hoje, nós podemos compreender o quanto ele representou para o preto como instrumento de dignificação social. Em assuntos relacionados com a música, ele tratava com o branco em posição de indiscutível superioridade. Quando subia no palco, era para ser aplaudido pela maioria da outra raça.

A música colonial mineira foi toda música sacra?

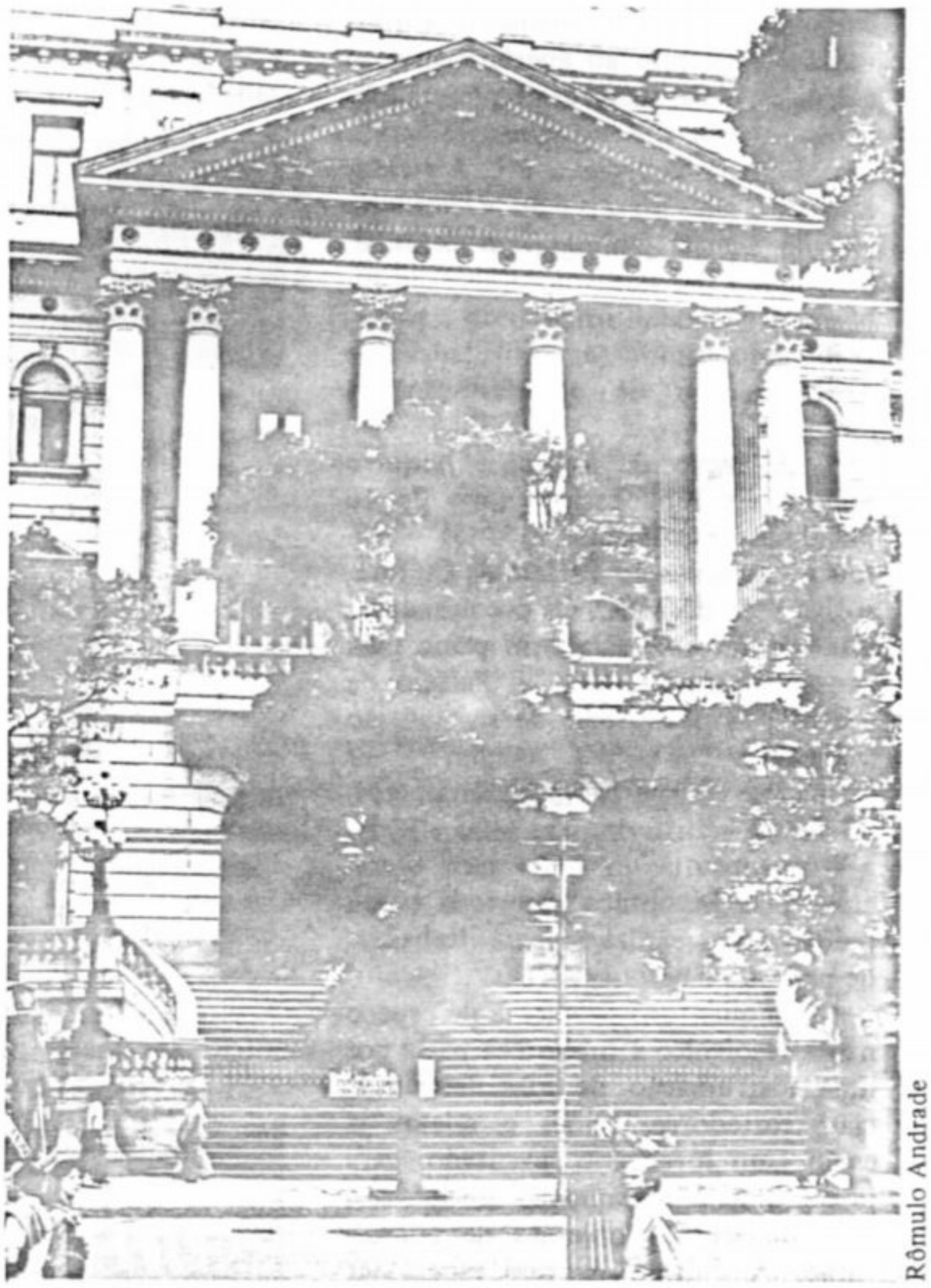
O arquivo de Curt Lange prova o contrário. Nele aparecem músicas populares, operísticas, etc. Mas é inegável que só as peças de natureza sacra são de alto nível composicional. Toda a grande produção artística do Brasil Colônia se desenvolveu em torno e à sombra da Igreja. A fé — a grande força de expansão do império português — foi um elemento por excelência civilizador. O ouro de Minas Gerais, que tanto brilho deu à Corte de D. João V, não podia deixar de se converter também em arte para resplandecer nos templos da Igreja Católica, num momento em que andavam tão misturados os interesses da religião e os do Estado.

SPHAN 19
próMemória

Biblioteca Nacional: A modernização chega à casa do livro brasileiro

Criada em 1810 por ato de D. João VI, à época Príncipe Regente, (ver box adiante) e considerada o maior acervo de livros, folhetos e periódicos da América Latina — cerca de 4 milhões de documentos à disposição do público — a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, é a instituição responsável pela guarda, preservação e divulgação da memória documental da cultura do país, sendo, portanto, reconhecida como a casa do livro brasileiro.

Órgão da Secretaria da Cultura do MEC, ligado desde outubro do ano passado à Fundação Nacional próMemória, a Biblioteca Nacional passa por uma série de reformulações de base em seu sistema de trabalho, para que possa, de fato, cumprir a sua finalidade — "(...) proporcionar a informação cultural nas diferentes áreas do conhecimento humano, com base na produção intelectual brasileira e nas obras mais significativas da cultura estrangeira, que constituem seu acervo bibliográfico, cujo conjunto lhe cumpre preservar" (Regimento Interno da Biblioteca Nacional, Capítulo I: Natureza e Finalidade).



O prédio que abriga a Biblioteca Nacional, na Avenida Rio Branco, foi inaugurado em 1910, no Governo Nilo Peçanha.

Rômulo Andrade

A modernização da Biblioteca Nacional justifica-se diante da situação crítica em que se encontrava, apresentando problemas que se arrastavam há anos, que resistiram a todas as tentativas feitas pelas administrações anteriores no sentido de superá-los e que acabaram por levar a instituição a uma quase estagnação em suas funções, conforme constatação do ex-Secretário da Cultura do MEC, Aloísio Magalhães, quando do anúncio do projeto de reformas, que está sendo detalhado pela nova direção da Biblioteca, tendo à frente a bibliotecária Célia Zaher (SPHAN nº 16, pág. 14).

A atual Diretora espera, com as reformulações, transformar a Biblioteca Nacional numa instituição dinâmica e realmente contemporânea, um instrumento ágil na transmissão de informações. "Há muito trabalho duro a ser realizado", diz Célia Zaher, para quem a Biblioteca não teve, através dos anos, a assistência necessária para o desempenho de suas funções. "No momento — acrescenta — estamos passando por mudanças, que pretendem facilitar o trabalho dos visitantes, aumentar o pessoal e o espaço das instalações da casa". Uma medida prática já foi tomada: para melhor atendimento ao público, o horário de consulta foi ampliado para até às 21 horas nos dias de semana; aos sábados a Biblioteca fica aberta das 12 às 18 horas.

Outra providência: o Centro de Microfilmagem e Reprografia foi totalmente reestruturado; as máquinas de leitura de microfilmes da Biblioteca e todo arquivo microfilmado, mais as máquinas de reprodução, estão agora reunidos numa única seção de reprografia no terceiro andar. O Centro é responsável pela execução do Plano Nacional de Microfilmagem (SPHAN nº 16, págs. 10 e 11) e pela coordenação e execução da política de preservação do acervo bibliográfico nacional e da Biblioteca, através da microforma. Reproduz, ainda, textos e ilustrações do acervo da Biblioteca solicitados pelos usuários, e obras esgotadas ou de difícil obtenção para completar falhas nas coleções da instituição.

No momento, a administração

cuida da instalação de um laboratório de restauração e uma oficina de encadernação, partes integrantes do Centro de Pesquisa e Treinamento em Papel. A esse Centro caberá fomentar pesquisas e prestar assistência técnica, bem como promover o treinamento a nível nacional, visando ao aperfeiçoamento e à difusão das técnicas de preservação e restauração dos acervos bibliográficos. E mais: coordenar e executar as atividades de preservação e restauração do acervo bibliográfico nacional, bem como das obras do acervo da Biblioteca Nacional, orientando e supervisionando ainda as atividades de desinfecção e de desinfestação do mesmo.

A Seção de Música e Arquivo Sonoro da Biblioteca – mais de 40 mil discos e partituras inéditas – voltou a funcionar no Palácio da Cultura, antiga sede do MEC. Os pesquisadores dispõem de uma sala com piano para ler as partituras. Aliás, o Palácio da Cultura, após as obras de restauração (SPHAN nº 18, pág. 4), deverá ser ocupado, em parte, pela Biblioteca. A idéia é transferir para lá as atividades de consultas de nível geral oferecidas pela Biblioteca, que teria o seu prédio atual utilizado para trabalhos de pesquisa e de teses.

Enquanto o problema de espaço não é resolvido, a Biblioteca passa por uma rearrumação de suas dependências; corredores, salões e saletas já estão com inventário levantado, para possibilitar a restauração do prédio, que apresenta problemas de conservação. A direção da casa espera ter concluídas as obras físicas até o final do ano.

AUTOMAÇÃO

A Biblioteca Nacional entrou na era da informática. Os serviços da instituição foram automatizados, dando ao órgão maior agilidade no processamento do material bibliográfico (proveniente, em sua maior parte, da Contribuição Legal) e na transmissão de informações (ver matéria adiante e a seção Opinião neste número).

Essa automação integra um projeto mais amplo – o Programa de Integração Nacional das Bibliotecas e Centros de Informação do MEC, que está sendo coordenado pela Biblioteca Nacional, visando à melhor utilização dos recursos bibliográficos existentes no MEC, com o objetivo de atender com maior eficiência ao usuário brasileiro, de todos os níveis, em qualquer parte do país. O Programa, que está em fase de implantação, terá como componentes as bibliotecas universitárias, públicas e escolares e os centros de informação especializada ligados ao MEC.

Rômulo Andrade



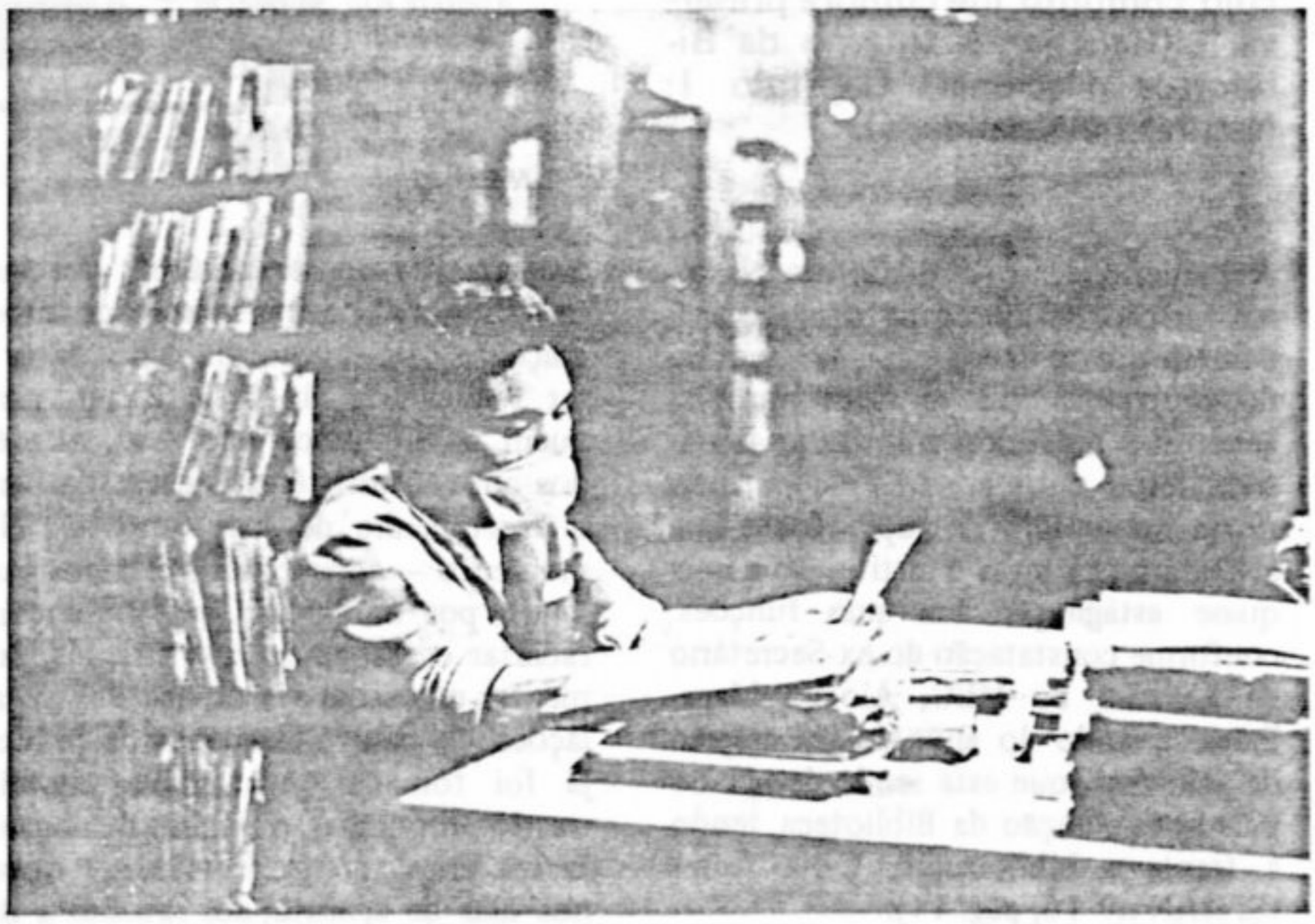
Uma das máquinas de leitura de microfilmes, técnica moderna de documentação.

LEVANTAMENTO

A direção da Biblioteca Nacional deu início em março passado a uma tarefa gigantesca: um grupo-tarefa composto de 26 bibliotecários estagiários com o apoio de um professor latinista está fazendo o levantamento de cerca de 400 mil livros raros que se encontravam abandonados há 70 anos no sexto andar dos armazéns da Biblioteca. Muitos dos volumes estão apodrecidos pela umidade, cobertos de mofo e poeira, sem encadernação, desordenados, em pacotes amarrados com barbante, sobre estantes de ferro. Essas obras estão sendo diagnosticadas; a maioria necessita de urgente restauração. Todo o material deverá ser microfilmado.

Segundo membros do grupo-tarefa, apesar do volume, o trabalho é gratificante, pela importância de se estar identificando um acervo totalmente desconhecido do público e da própria Biblioteca. Eles acreditam que muitos dos exemplares que estão sendo diagnosticados são únicos no mundo todo. O trabalho está concentrado apenas nos livros referentes aos séculos XVI e XVII, mas há um grande número datado do século XV.

O levantamento é considerado prioritário pela direção da Biblioteca Nacional, que, como faz freqüentemente com peças do seu acervo, pretende mostrar em uma exposição temporária parte do material que está sendo identificado.



Rômulo Andrade

Membro do grupo-tarefa no levantamento do acervo de livros referentes aos séculos XVI e XVII, trabalho em desenvolvimento na Biblioteca Nacional. O uso das máscaras é medida de precaução contra agentes patogênicos.

síntese histórica

A Biblioteca Nacional tem sua origem na livraria que o Rei de Portugal, D. José I, organizou para substituir a Real Biblioteca da Ajuda, fundada por D. Duarte, 10º Rei de Portugal, na primeira metade do século XV, e destruída pelo incêndio que se seguiu ao terremoto de Lisboa, a 1º de novembro de 1755. Entre os anos de 1770 e 1773, o primitivo acervo da livraria de D. José foi enriquecido com preciosas peças reunidas numa coleção de 5764 volumes doada ao Rei pelo bibliófilo Diogo Barbosa Machado. À biblioteca de D. José foram ainda incorporados o acervo das livrarias do Infantado e do Colégio de Todos os Santos, da Ilha de São Miguel dos Açores.

Entre o final de 1807 e o princípio de 1808, diante da invasão de Portugal pelas tropas francesas, o Príncipe Regente, futuro D. João VI, transferiu-se com a família real para o Brasil, trazendo consigo a biblioteca que, por decreto de 27 de junho de 1810, foi acomodada nas salas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo (à rua Direita, hoje Primeiro de Março, no Rio de Janeiro) sob a denominação de Real Biblioteca.

Verificada, porém, a inconveniência do local, novo decreto, de 29 de outubro do mesmo ano, determina que nas antigas catacumbas dos religiosos do Carmo "se erija e acomode a minha (de D. João) Real Biblioteca e instrumentos de física e matemática, fazendo-se à custa da Real Fazenda toda despesa conducente ao arranjamento e manutenção do referido estabelecimento". Essa data é considerada oficialmente como a fundação da Real Biblioteca, que, no entanto, só foi franqueada ao público em 1814, contando com cerca de 60 mil peças. Até então a consulta à Biblioteca era facultada a estudiosos, mediante prévio consentimento régio.

Desde que definitivamente estabelecida no Rio de Janeiro, a Biblioteca Real foi agregando, por doações e aquisição, grandes e importantes coleções de livros. Até a Independência, continuava a ser acrescida por determinação real com "propinas", isto é, a entrega de um exemplar de todos os papéis impressos em oficinas tipográficas de Portugal (alvará de 12 de setembro de 1805) e também pelo material impresso na Impressão Régia, instalada no Rio. Em 1811, a Biblioteca recebeu todos os impressos e manuscritos que constituíam o espólio de Frei José Mariano da Conceição Veloso, doados ao Príncipe Regente pelo Provincial do Convento de Santo Antônio, onde falecera o ilustre botânico.

Com o retorno de D. João VI à Europa, em 1821, aqui permaneceu a Real Biblioteca, que passou a ser propriedade do Império do Brasil, pela Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade, celebrado entre Portugal e Brasil a 29 de agosto de 1825, por ocasião do reconhecimento de nossa independência.

Em 12 de novembro de 1822, determinava o governo imperial que fosse entregue à Biblioteca Imperial e Pública da Corte um exemplar de todas as obras, folhas periódicas e volantes imprimidos na Tipografia Nacional. Essa legislação foi-se aperfeiçoando por atos dos anos de 1847, 1853, 1865, até que o Decreto nº 1825, de 20 de dezembro de 1907, ainda hoje em vigor, deu instruções precisas para sua execução. É o denominado Decreto da Contribuição Legal ou Depósito Legal.

Em 1858, a Biblioteca foi transferida para a rua do Passeio, no Largo da Lapa, num prédio que hoje, com algumas modificações, abriga a Escola Nacional de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A partir de 1878, recebe a denominação de Biblioteca Nacional.

Com a proclamação da República e o conseqüente exílio de PedroII, a Biblioteca recebeu a maior dádiva que até hoje lhe foi feita: a coleção de 48 mil volumes do Imperador, denominada "Coleção Teresa Cristina".

O edifício atual, na Avenida Rio Branco, teve sua pedra fundamental lançada a 15 de agosto de 1905, no Governo Rodrigues Alves, e foi in inaugurado a 29 de outubro de 1910, durante o Governo Nilo Peçanha.

Um acervo de preciosidades



Rômulo Andrade

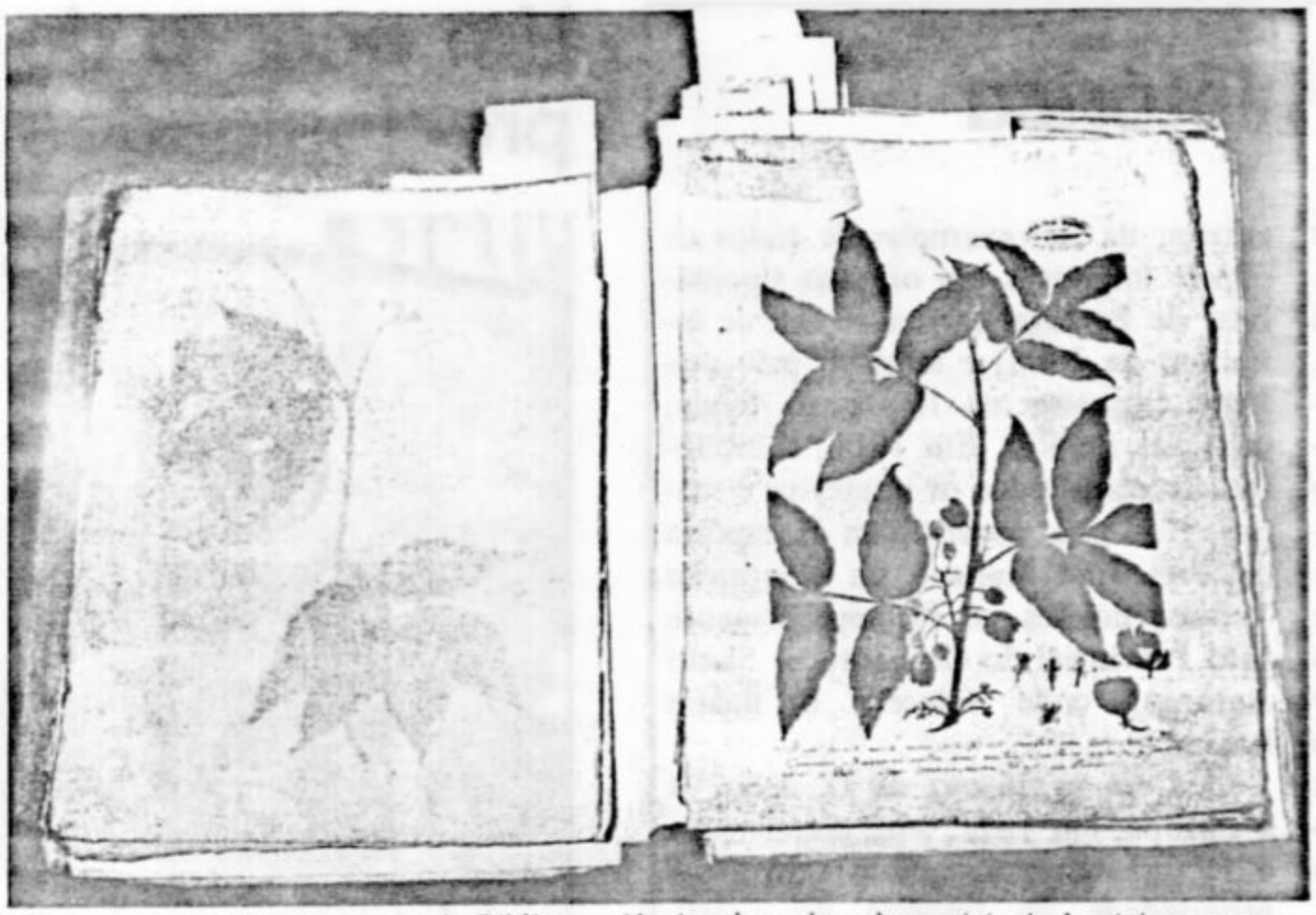
Volume da biblioteca de D.João VI. No alto, o carimbo da Real Biblioteca.

Uma bíblia do século XIII em latim, a prova da primeira Constituição da República, revista por Rui Barbosa, em outubro de 1890, mapas do Brasil datados do século XVI, a carta de Colombo ao Rei de Espanha, Fernando de Castela, acerca de sua viagem à América, em 1493 (provavelmente o documento mais antigo que existe sobre o continente americano). Estas são algumas das muitas preciosidades do acervo da Biblioteca Nacional, reunidas em sua Divisão de Referência Especializada, integrada pela Seções de Obras Raras, de Manuscritos, de Iconografia, além da Seção de Música e Arquivo Sonoro, que conta, entre suas raridades, com as partituras de "O Guarany", de Carlos Gomes.

À referida Divisão de Referência Especializada, uma das mais visitadas pelos usuários da Biblioteca, compete a execução das atividades de orientação e atendimento ao público na consulta às coleções especiais, bem como a guarda dos respectivos acervos.

Somente a Seção de Obras Raras guarda cerca de 30 mil volumes, alguns dos quais únicos no mundo inteiro, incluindo os primeiros livros da invenção da imprensa (incunábulos), datados do século XV. A Seção de Icono-

Rômulo Andrade



Uma das raridades do acervo da Biblioteca Nacional: os desenhos originais do viajante português Alexandre Rodrigues Ferreira, autor da Viagem Filosófica.. *O volume, referente à botânica, data do século XVIII.*

grafia reúne um acervo variado de livros sobre todos os ramos das artes, gravuras, estampas originais de escolas brasileiras, européias e americanas, desenhos, documentação iconográfica sobre aspectos da vida brasileira, mapas e atlas. Uma das preciosidades do seu acervo é a coleção de 200 estampas do gravador alemão Albert Dürher. Já a Seção de Manuscritos possui um acervo de 700 mil documentos, avulsos e em códices (encadernados).

Abaixo, uma relação de algumas das principais coleções da Biblioteca Nacional:

Coleção Barbosa Machado, doada ao Rei, entre 1770-1773, com 4.301 obras em 5.764 volumes. Merecem particular atenção as coleções factícias que constam de 155 volumes de diversos formatos, todos repletos de obras raríssimas e credoras do maior apreço. Incluem-se também uma excelente coleção de mapas de Portugal e suas conquistas e cerca de 2.290 retratos, muitos dos quais raríssimos e dos melhores mestres do tempo.

Coleção de livros do Colégio de Todos os Santos, da Ilha de São Miguel dos Açores, confiscados após a extinção da Companhia de Jesus, à qual pertenciam; poucos foram incorporados, em decorrência do mau estado de conservação. Foi incorporada em 1790.

Coleção José Bonifácio de Andrada e Silva, doada em 1838, com 5.000 volumes de manuscritos, cartas, autógrafos, obras de Ciências Naturais e obras literárias.

Coleção Pedro de Angelis, adquirida em leilão em 1853, com 1.717 obras em 2.747 volumes e 1.295 manuscritos.

Coleção Dr. Alexandre José de Melo Morais, doada em 1872, com preciosos manuscritos, livros de registro da correspondência oficial dos vice-reis e governadores da Bahia.

Coleção Manuel Ferreira Lagos, adquirida à viúva em 1873, com 3.475 volumes impressos, 146 cartas geográficas, 231 manuscritos, 2.000 folhetos e um volume de estampas.

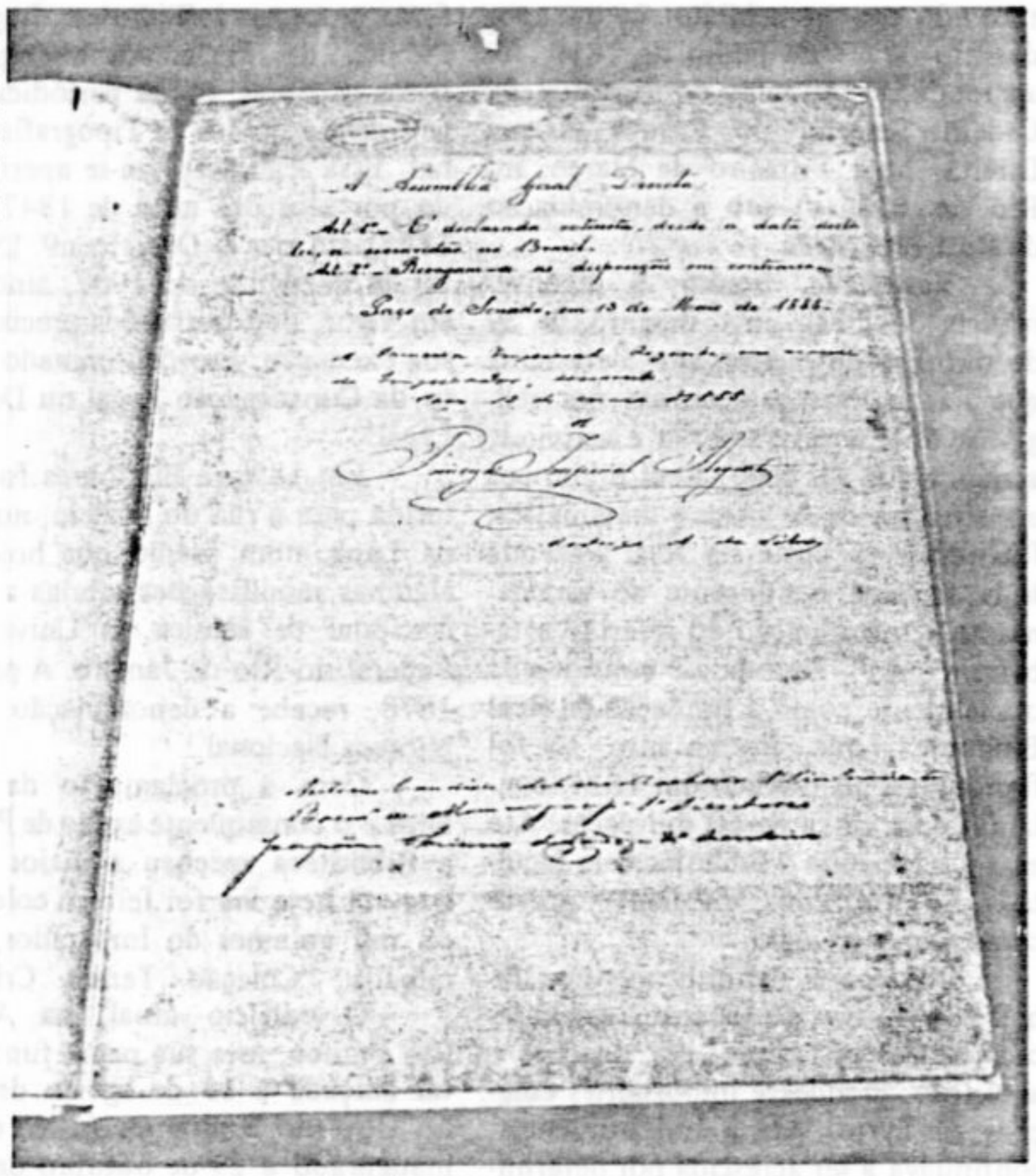
Coleção de 80 estampas de Goya (Caprichos), adquirida em 1878.

Coleção Marqueses de Castelo Melhor, adquirida em leilão em Lisboa em 1879; manuscritos preciosos referentes ao Brasil.

Em 1881, a direção adquiriu valioso conjunto de estampas holandesas relativas ao período de dominação holandesa no Nordeste.

Coleção Visconde do Rio Branco, doada em 1881 por seu filho, o Barão do Rio Branco: papéis, cartas, documentos coligidos por ocasião de suas

Rômulo Andrade



Registro de um acontecimento memorável: o documento original da Lei Aurea, que aboliu a escravidão no Brasil, assinada pela Princesa Isabel (13.05.88).

SINAL
préMemória

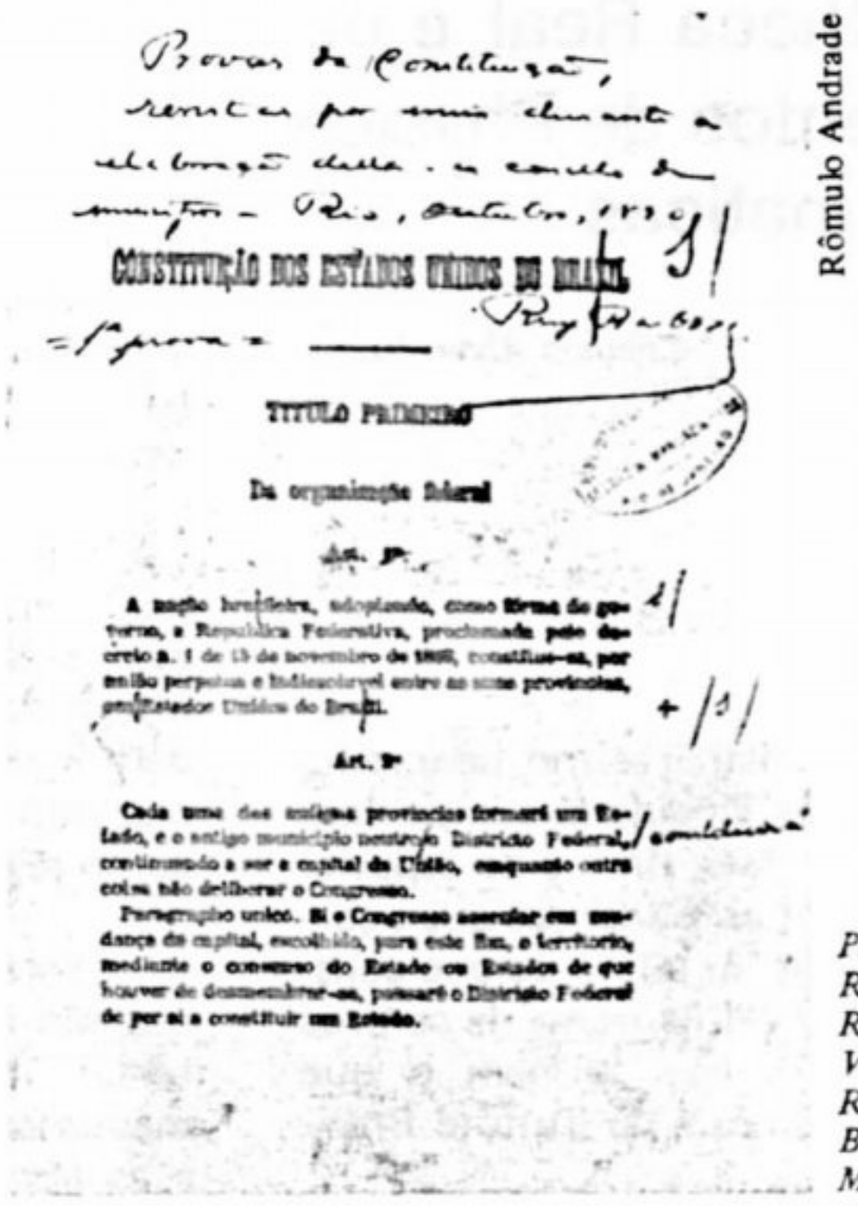
missões diplomáticas no Rio da Prata e na Guerra do Paraguai. Em 1980 parte da coleção foi devolvida pelo governo brasileiro ao governo paraguaio.

Coleção Salvador de Mendonça, doada em 1884 pelo Cônsul do Brasil em Nova York, Dr. Salvador de Mendonça. São 215 volumes, sete manuscritos e estampas. Destaca-se, no conjunto, o material relativo ao domínio holandês, peças de maior raridade impressas no Século XVII.

Coleção João Antônio Marques, doada em 1889/1890, com 3.920 obras em 6.309 volumes impressos e ainda alguns manuscritos relativos ao Brasil. O conjunto abrange obras raríssimas e incunábulos.

Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Manuscritos e desenhos do viajante português, autor da *Viagem Filosófica*. Séc. XVIII.

Arquivo da Casa dos Contos. Farto material procedente de Ouro Preto e relativo à Inconfidência Mineira.


CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

TITULO PRIMEIRO

Da organização federal

Art. 1º

Art. 2º

Rômulo Andrade

Prova da primeira Constituição da República do Brasil, revista por Rui Barbosa, em outubro de 1890. Volume integrante da Divisão de Referência Especializada da Biblioteca Nacional (Seção de Manuscritos).

Campanha pelo Depósito Legal

A Administração da Biblioteca Nacional está conclamando autores e editores nacionais a depositarem no órgão exemplares de suas publicações, em observância ao Decreto nº 1825, de 20 de dezembro de 1907, que instituiu a chamada Contribuição Legal ou Depósito Legal como forma de garantir a preservação da memória documental da cultura do país. A campanha foi desencadeada em São Paulo, aproveitando a oportunidade oferecida pela realização da Bienal Nestlé de Literatura, e teve seqüência na VII Bienal Internacional do Livro, ocorrida recentemente também na capital paulista. No momento, a direção da BN intensifica a campanha, que conta com o apoio das bibliotecas centrais das universidades.



A campanha vem alcançado resultados positivos, não só pelo aumento significativo do número de depósitos, como também, e principalmente, por esclarecer autores e editores sobre a importância do Depósito Legal, instrumento essencial para o enriquecimento do acervo da Biblioteca, que, por força de legislação, não dis[illegible] de recursos financeiros para adquiri[illegible] tudo o que se produz em termos de publicações no país.

Depositando um exemplar de sua obra na BN, autor e editor têm assegurada a divulgação nacional e internacional de seu trabalho, através do boletim bibliográfico da Biblioteca. Grande número de editores e autores desconhecem essa vantagem oferecida pelo Depósito Legal, o que, em parte, os leva a não observarem o decreto de 1907. Aí também reside um dos objetivos da campanha da BN – além de sensibilizar autores e editores para a importância da preservação da memória do país, oferece ao público interessado a oportunidade de tomar conhecimento da vantagem representada pela Contribuição Legal – a de divulgar a produção intelectual brasileira corrente, no Brasil e no exterior.

OPINIÃO

A Bibliotheca Real e os instrumentos de Physica e Mathematicas

*(*) Fausto Alvim Júnior*

A Biblioteca Nacional se distingue, no panorama cultural do Brasil, por várias, singulares e importantes características. Dentre essas, uma é de especial relevância ao considerarmos as mudanças que ocorrem atualmente na instituição: o fato de que constitui um dos núcleos essenciais na trama de centros irradiadores e de conexões que formam o que poderíamos chamar de Memória da Cultura Brasileira.

Ao falar de Memória cumpre, obviamente, falar de Tempo e de sua às vezes reticente companheira, Experiência. Pois, embora não se restrinja em absoluto a tal capítulo, a função de memorizar se vincula de forma essencial ao pretérito — e se exerce, também de modo básico, embora não exclusivo, através da contínua possibilidade de experimentação que implica a permanente metamorfose de Presente em Passado e de Futuro em Presente.

Tem, a Biblioteca Nacional, amplo convívio com essas dinâmicas, aparentemente abstratas mas na realidade tão vivas, concretas e cotidianas. Compreende, o seu acervo, um patrimônio venerável pela significação e antiguidade (ver matéria neste número). Sua origem remonta a um ato de D. João VI, como Príncipe Regente, em 1810. E mais de século e meio de história, assim acumulada, representa uma trajetória rica de trabalho e aprendizado, segundo as vertentes apontadas acima. Para compreender isto, focalizemos apenas um dos aspectos dessa mesma história: o crescimento, sempre em escala acelerada, do volume de material tratado e mantido sob guarda pela instituição.

Abrigando cerca de sessenta mil peças à época de sua abertura, hoje a Biblioteca armazena alguns milhões. E tal número permanece em expansão, mormente devido a um específico dispositivo legal — o Decreto 1825, de 20/12/1907, que determina lhe remetam os editores um exemplar de qualquer obra que executarem (livro, folheto, revista, jornal, mapa, estampa, etc.).

Torna-se óbvia, dessa forma, a necessidade de se introduzirem técnicas eficientes para a manipulação de vasto arquivo que ora já compreende a Biblioteca — arquivo este constituído não somente pelos elementos físicos que o compõem, mas também pelos sistemas e estruturas que o organizam e gerenciam. Temos aí pois, a lidar, toda uma herança de frutos da acumulação e dos labores de décadas.

Por outro lado, igualmente se declara indispensável o estabelecimento de métodos que agilizem e façam instrutivas as dinâmicas aludidas ao início deste ensaio, de interfaces no tempo — e, dentre estas, em particular a exemplificada pelo depósito legal, onde a produção presente se titula como registro passado do feito.

Estes temas se colocam, na realidade, entre os que são naturalmente levantados ao considerarmos certas questões essenciais acerca de um corpo de memória — por exemplo, sobre sua *extensão,* sobre o *acesso* aos seus dados e sobre a dinâmica de sua *atualização.* Tais tópicos, é claro, não definem áreas disjuntas mas, pelo contrário, versam uma variedade de setores e estruturas comuns. A extensão de um complexo interfere, de forma capital, nos sistemas de acesso às informações que contém, e tais sistemas, por sua vez, são básicos para quaisquer eventuais mudanças no complexo (como aquelas que o tempo sói aconselhar: substituição, supressão e adição de dados).

Os novos recursos de Informática que a Biblioteca Nacional hoje mobiliza visam atacar, de forma portanto integrada, a organização do seu acervo atual, a agilização das vias de consulta ao mesmo e a implementação de eficientes processos para sua expansão adequada.

Quatro microprocessadores acabam de ser instalados, no vetusto edifício da Cinelândia, como princípio dessa mobilização(*). Serão usados de imediato, por óbvias razões estratégicas, na catalogação da entrada de material novo (cerca de trezentas peças/dia, provenientes em sua maior parte da Contribuição Legal) e no processamento do ISBN.

*(*) Freqüentemente* informática *é confundida com* computação. *Na realidade os domínios são estreitamente aparentados, mas não se identificam, e o emprego de computadores (processadores) deve ser entendido apenas como um dos muitos recursos de que lança mão a Informática, em suas aplicações.*

SPHAN pró Memória

Outras áreas serão progressivamente atacadas, dentro da mesma estratégia, à medida que outros equipamentos forem colocados em operação. Em cada fase, o computador — orientado pela visão informática — comparecerá com uma de suas específicas vantagens: a capacidade de manipular grandes quantidades de informação em prazos mínimos.

A rotina de catalogação empregada se baseia num determinado sistema, o CALCO — Catalogação Legível por Computador, compatível com o propugnado pela Biblioteca do Congresso de Washington e que conta com ampla adesão por parte das bibliotecas nacionais de todo o mundo. O CALCO, projeto gerado na própria Biblioteca Nacional ao início da década de 70, só agora entretanto é que ali será efetivamente implementado. Para isso, conta a entidade com o apoio da Fundação Getúlio Vargas que, numa etapa preliminar e mediante contrato assinado em abril deste, processará os dados cuja entrada será gravada com o novo equipamento da Biblioteca.

Não é de se esperar, todavia que automatização perpetre milagres — as máquinas, com sua fantástica agilidade, sempre dependem (felizmente) dos humanos preparadores de dados e operadores. Prevê-se assim num curto prazo, que se acelere por um fator de dez o fluxo de tratamento das novas aquisições, mas paciência haverá de ser exercida até que esse ritmo se afirme e se aprimore.

Isto dependerá, nuclearmente, da preparação dos recursos humanos para o manuseio de equipamento, e deve ser claro que a simples introdução deste não apenas não acarreta necessárias mudanças para melhor como, antes pelo contrário, pode até implicar em percalços adicionais.

Um típico gênero desses percalços seria aquele formado pelo atrito de estruturas coexistentes porém oriundas de diversos momentos da história, e pelos compromissos nunca radicais, traçados entre as mesmas. Mas já frisamos, no que foi dito antes, a importância de preservarmos o que foi consagrado como passado pelo nosso presente. Resta, então, a perguntar sobre a outra dinâmica, de futuro se tornando presente.

Tal indagação abre um largo domínio de conjeturas; apeguemo-nos a uma delas. D. João VI, em 27 de junho de 1810, "manda collocar a Bibliotheca Real e o Gabinete de Instrumentos de Physica e Mathematicas na Igreja dos Terceiros do Carmo". Tais instrumentos produziam conhecimento que era registrado em bibliotecas. Hoje, novos instrumentos de matemática e física se aproximam das coleções de documentação bibliográfica — sob o pretexto de servi-las, de tornar mais eficiente sua organização interna, de tornar a interação com o usuário mais fácil. Isto é feito, contudo, através de curiosas alteração de suporte, quando pergaminhos e papéis se traduzem em microformas e registros magnéticos.

Temos, portanto, os instrumentos não apenas alterando o conteúdo dos registros como, diretamente, a forma dos mesmos. A relativa estabilidade das formas impressas começa a vacilar, com o avanço da técnica e a queda crescente no custo dos equipamentos. Há de se ponderar, diante das opções que assim se delineam, qual a proposta a ser estimulada, desde a da acirrada proteção aos veículos tradicionalmente considerados em biblioteconomia até a do simples estímulo a meios revolucionários, orindos da moderna tecnologia.

Harmonia há de ser traçada, entre essas duas posições extremas. E de se prever que dificuldades e descaminhos graves se apresentem na evolução das bibliotecas, particularmente, daquelas de grande porte. Mas, quaisquer seja as trajetórias seguidas, acreditamos que algumas, ao menos, devem ser evitadas — ou seja, as que levariam os correspondentes acervos, em poucas décadas, à condição de estáticos repositários de memória de conhecimento, registrado de modo obsoleto.

Bibliotecas foram criadas como centros propiciadores da criatividade e irradiadores do saber, e parece-nos que essa elevada vocação deve ser respeitada. Num país como o nosso isto pode significar, certamente, um inventivo engajamento da herança cultural do presente com as possibilidades do futuro.

Fausto Alvim Júnior é o Coordenador das Atividades de Informática da Secretaria da Cultura do MEC.

A presença da SPHAN em Minas: uma avaliação

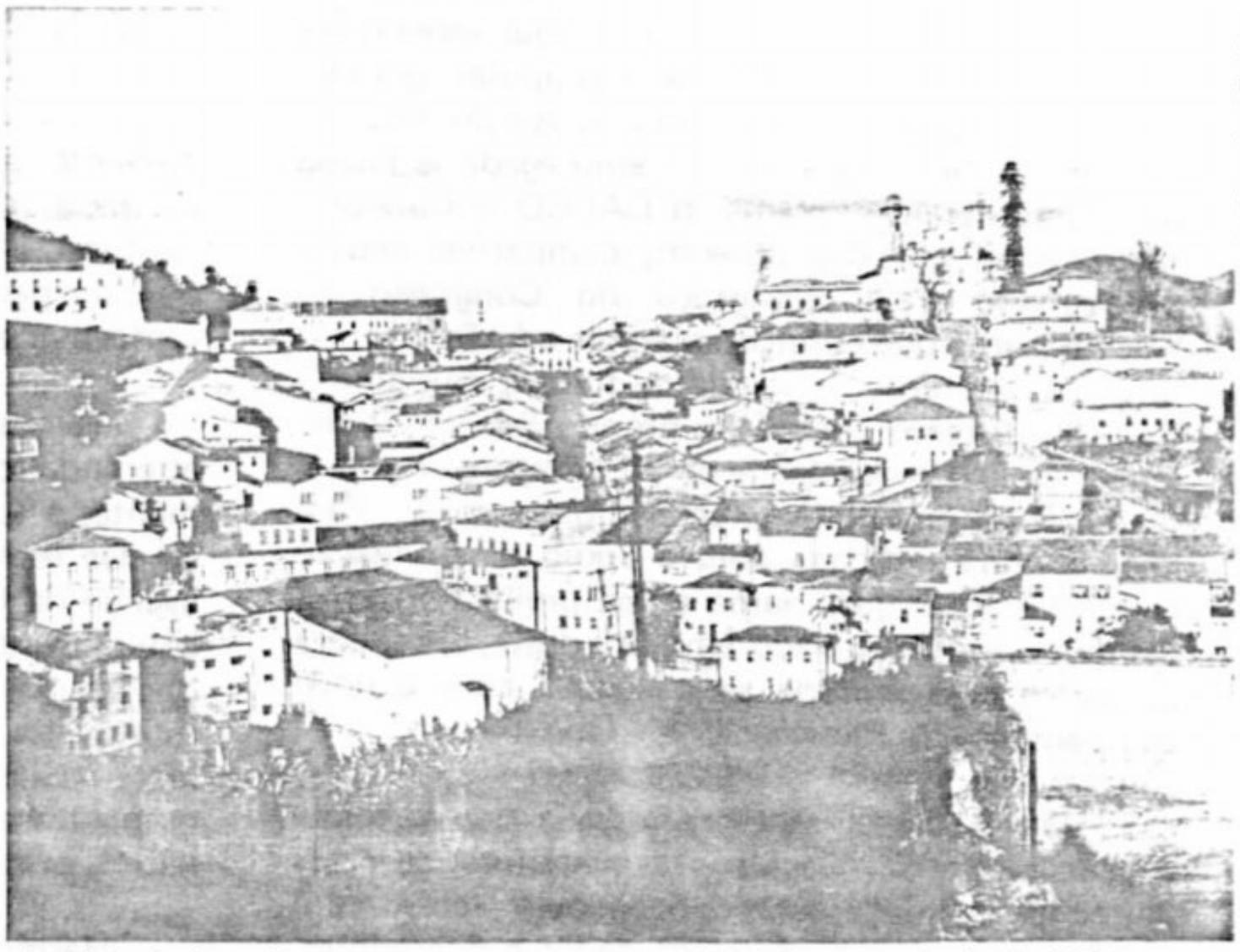
Seis meses após a posse do novo Diretor da 7ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, que tem jurisdição sobre o Estado de Minas Gerais, já se pode fazer uma primeira avaliação do trabalho que ali vem sendo realizado, algumas coisas em continuidade ao trabalho do ex-Diretor, Roberto Lacerda, hoje atuando diretamente junto à SPHAN, e outras por iniciativa de Dimas Dario Guedes, que tomou posse no dia 12 de março último.

A principal novidade visa atender a uma necessidade muito característica de Minas Gerais, onde a presença de um grande número de conjuntos urbanos de valor histórico e artístico demanda maior atenção do que a ocorrência de monumentos isolados, como é mais comum nos outros Estados. Principalmente se levarmos em conta que esses conjuntos urbanos, além de numerosos, estão passando por um complexo e rápido processo de desenvolvimento, que gera um volume muito grande de solicitações enviadas à SPHAN/próMemória.

Trata-se da criação de uma Comissão Técnica de Avaliação de Projetos, destinada a agilizar a apreciação dos projetos, tornando o processo de tomada de decisões mais rápido, eficiente e principalmente mais participativo.

A Comissão, de caráter interinstitucional, abriga representantes dos seguintes órgãos: SPHAN/próMemória, Coordenadoria de Cultura do Estado de Minas Gerais, Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico, Secretaria de Planejamento do Estado e Prefeitura do município onde se situa o projeto. Além disto, pode-se chamar também o proprietário do imóvel ou o empreiteiro da obra, para analisar e discutir o projeto.

Vale assinalar que a Comissão tem caráter multidisciplinar, encontrando-se entre seus membros um engenheiro, geólogo, arquitetos, especialista em planejamento urbano, sociólogo, advogado, além da variedade profissional dos representantes das prefeituras municipais. Isto possibilita que o exame dos projetos seja não apenas sob o ponto de vista arquitetônico, mas também pelos aspectos jurídicos, históricos, políticos, sociais e econômicos.



Ma de Lourdes Castro

A cidade de Ouro Preto conta, agora, com um escritório da seção mineira do CREA, para a fiscalização de obras naquele Patrimônio da Humanidade.

O processo de funcionamento da Comissão pode ser resumido da seguinte maneira: os projetos são recebidos pelas prefeituras municipais e, após uma análise prévia pelos arquitetos da Diretoria Regional, são enviados à Comissão. Esta emite um parecer técnico sobre a viabilidade do projeto, oferecendo, quando necessário, alternativas de solução. Com o parecer, o processo é enviado ao Diretor Regional que o devolve à parte interessada. Caso esta recorra da decisão, a matéria volta à apreciação da Comissão. Se, novamente, não houver entendimento, o assunto é então enviado à apreciação do Subsecretário de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Portanto, a Comissão funciona como um colegiado de assessoria ao Diretor Regional, descentralizando a instância decisória e tornando a decisão mais democrática e comprometida com os diversos interesses existentes.

Ela está funcionando em uma sala cedida pela Universidade Federal de Ouro Preto, em Belo Horizonte, onde há todas as condições de trabalho para que se façam reuniões semanais ocupando sempre um dia inteiro. Isto permitiu colocar em dia todo o volume de processos em atraso, bem como imprimir grande rapidez na análise de novos processos, com a invejável performance de 141 projetos analisados de 7 de abril a 18 de agosto, sendo 74 nas nove primeiras reuniões, 43 nas cinco seguintes e 24 nas três últimas.

A formação desta Comissão é um trabalho pioneiro que poderá servir de base para a criação de sistemas similares em outros Estados. Além disto, dentro de algum tempo o amadurecimento de seu trabalho permitirá a 7ª Diretoria Regional estabelecer um conjunto de normas que orientam a aprovação de projetos na área histórica de Minas Gerais, bem como fortalecer a ação coordenada dos diversos órgãos de Governo na preservação e valorização do patrimônio, em harmonia com a necessidade de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos habitantes de núcleos urbanos de valor histórico e artístico.

CONVÊNIO COM CREA

Outra importante novidade ocorrida no âmbito da 7ª DR foi a instalação

em Ouro Preto de um escritório do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG), resultado de negociação mantida pela Diretoria Regional da SPHAN/próMemória com este órgão, mais a Prefeitura Municipal e a Universidade Federal de Ouro Preto. O convênio foi assinado no dia 10 de setembro passado, no anexo do Museu da Inconfidência, pelo engenheiro Tárcio Primo Belém Barbosa (Presidente do CREA-MG), Alberto Caram (Prefeito de Ouro Preto), professor Maurício Lanski (Reitor da UFOP) e Dimas Dario Guedes (Diretor Regional da SPHAN/próMemória).

Tudo começou com uma carta assinada pelo Secretário da Cultura do MEC e Presidente da Fundação Nacional próMemória, pelo Prefeito de Ouro Preto e pelo Reitor da UFOP, solicitando a instalação do mencionado escritório, tendo em vista que constatou-se um índice de 80% de obras em situação irregular perante ao CREA.

Do entendimento entre os quatro órgãos resultou o convênio, no qual à próMemória cabe a cessão do local e dos móveis para instalação do escritório. A Prefeitura compromete-se a exigir sempre a comprovação do registro da Anotação de Responsabilitade Técnica, no CREA, de toda obra ou serviço, quando da aprovação das plantas. A UFOP promoverá a divulgação da legislação pertinente, código de ética profissional, contribuindo para a valorização dos profissionais do setor. Por fim, o CREA compromete-se a fornecer à Prefeitura e à próMemória, quando da visita dos supervisores de fiscalização à cidade, a relação contendo nome do proprietário, localização das obras visitadas, bem como dos autos de infração por exercício ilegal da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

O convênio, válido pelo prazo de dois anos, prorrogáveis, cria mais um mecanismo de controle de obras e dá início a uma forma de trabalho conjunto que permitirá a utilização da rede de fiscalização profissional montada pelo CREA para atender às necessidades de fiscalização de obras da próMemória, na medida em que o sistema for estendido a todo o Estado, com visível economia de tempo e de pessoal.

OBRAS URGENTES

A Equipe de Obras Urgentes em Ouro Preto, criada em maio de 1980 (SPHAN nº 3, pág. 4), pelo esforço conjunto da SPHAN/próMemória, UFOP e Prefeitura local, continua desenvolvendo seu trabalho, com resultados apreciáveis, já estando em estudo a idéia de estender sua atuação a outras cidades históricas mineiras. Hoje, além de Ouro Preto (sede e distritos), a Equipe atende apenas à cidade de Mariana, pois seus integrantes pertencem à UFOP.

Desde sua criação, já foram executadas 88 obras, geralmente pequenos reparos, mas que são de grande importância, até mesmo como prevenção contra dispendiosas restaurações futuras. Por exemplo, durante três dias tirou-se duas toneladas de lixo do forro de um imóvel, o que pode ser considerado um trabalho menor mas que, se não fosse feito, colocaria o próprio forro em risco.

Da mesma forma são feitos escoramentos, consertos de telhados e outros pequenos serviços que, além do aspecto mencionado, têm ainda um lado social de grande importância, na medida em que atendem prioritariamente à população de baixa renda. Os serviços são executados por solicitação dos proprietários e a SPHAN/próMemória oferece apenas a mão de obra e o apoio técnico. Aos proprietários cabe a contrapartida de conseguir o material necessário, a não ser que, por aproveitamento de restos de obras, a Fundação possa ceder alguma parte.

Assim, é bastante alta a relação custo-benefício dos trabalhos da Equipe, além do que ela pode ser considerada como uma verdadeira escola de artes e ofícios. Seus dezoito integrantes, entre pedreiros, carpinteiros e serventes, aprendem com experimentados mestres de obra valiosos conhecimentos de restauração.

COLABORAÇÃO COM A UFMG

Por fim, vale registrar o início de uma colaboração mais consistente entre a Diretoria Regional e a Universidade Federal de Minas Gerais, através da cessão de um arquiteto em tempo integral e vinte horas semanais de um engenheiro eletricista para colaborarem com o trabalho da SPHAN/próMemória em MInas Gerais.

Além desta cessão, estão em estudos formas de ampliar a cooperação entre os dois órgãos, a fim de complementarem suas atuações em áreas tão diversas como Biblioteconomia, Arqueologia e História.

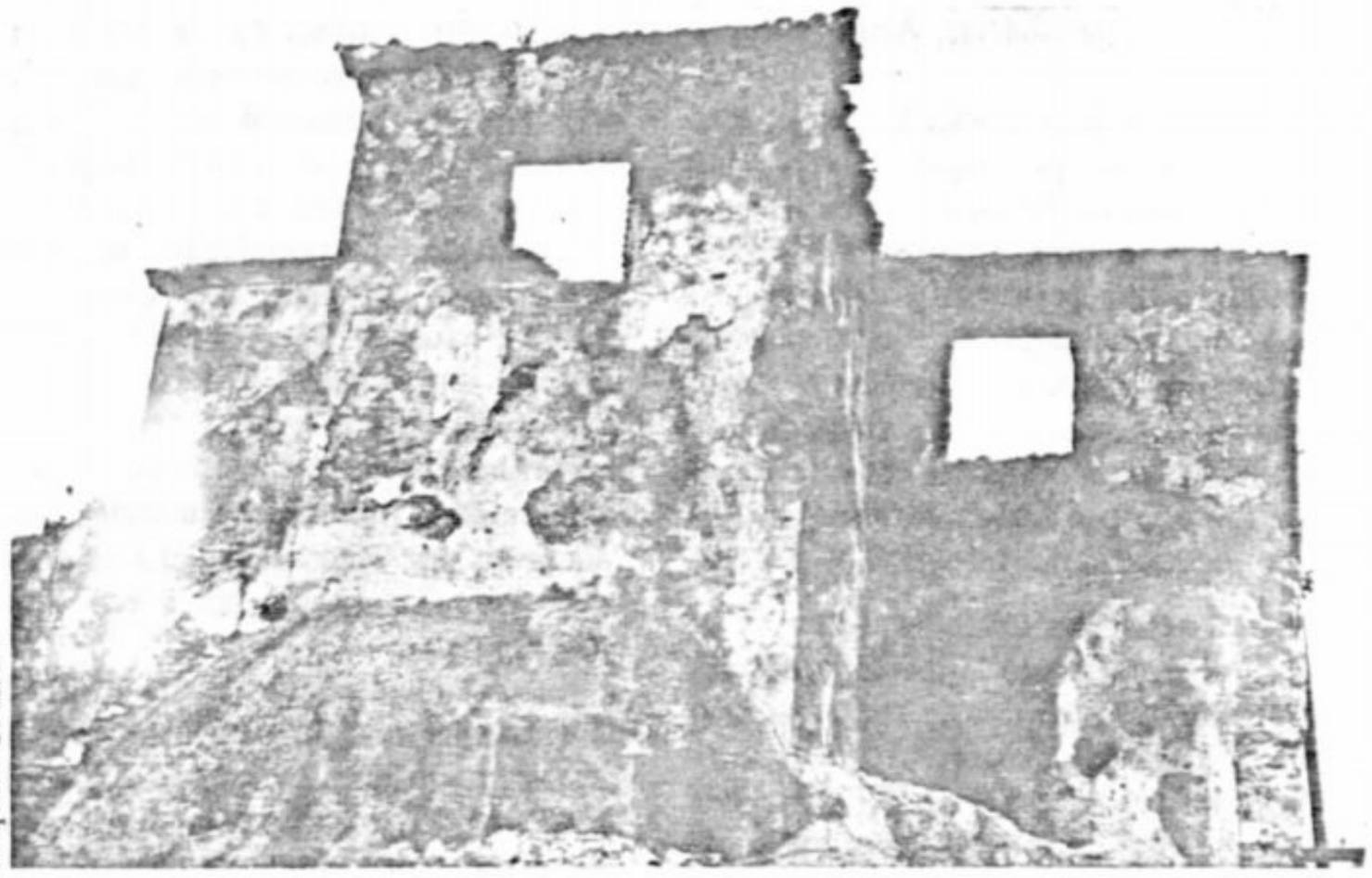
Deste trabalho poderá resultar, entre outras coisas, a instalação da representação da SPHAN/próMemória na cidade de Diamantina, onde um trabalho importante já se iniciou com o Seminário Ayres da Matta Machado (SPHAN nº 13, págs. 1 a 4). Outra possibilidade que se abre é a melhor utilização da biblioteca que a próMemória possui nesta cidade, agora que a Biblioteca Nacional passou a ser um dos órgãos incorporados à Fundação.



Ma de Lourdes Castro

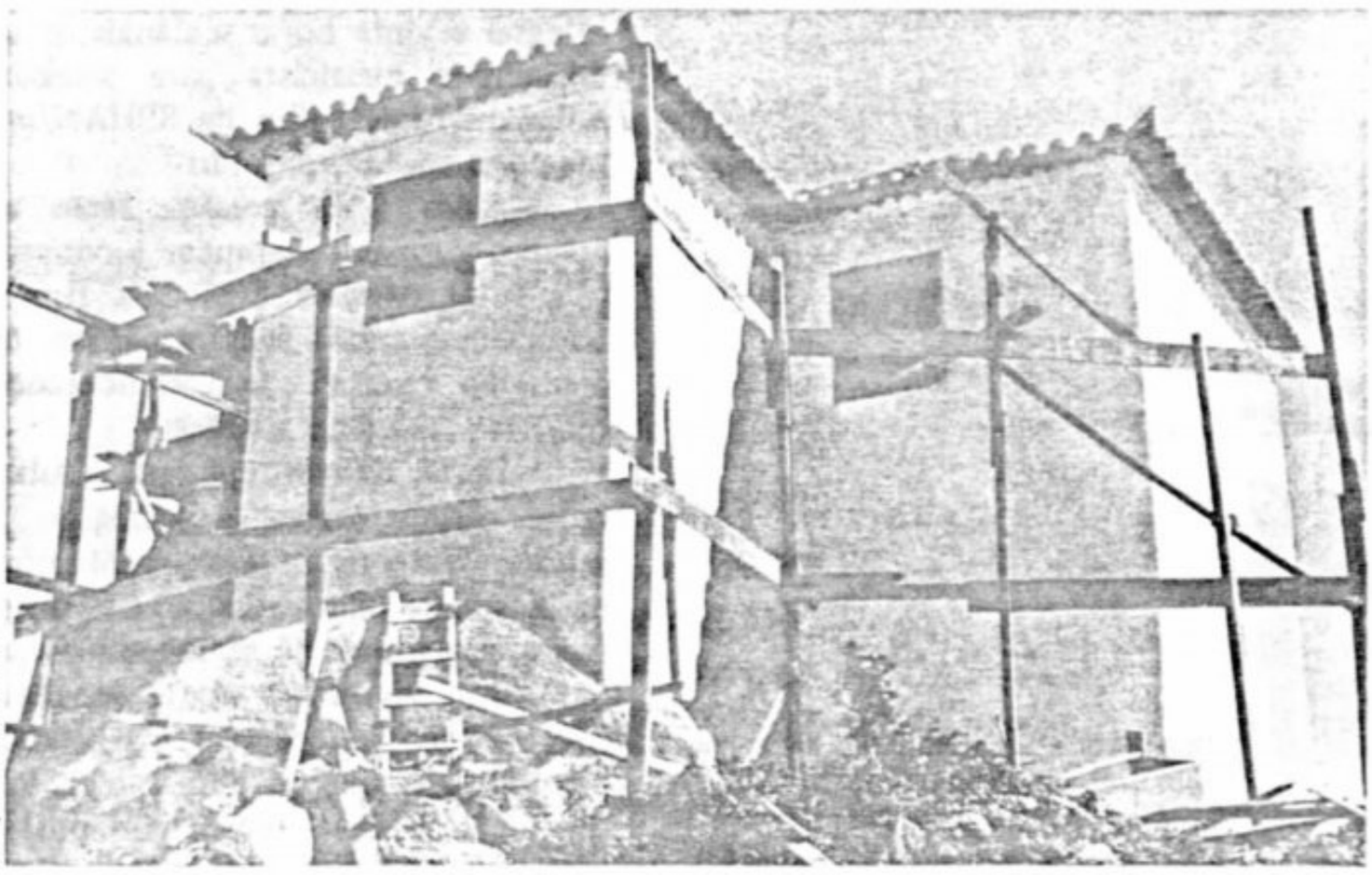
Diamantina poderá contar, em breve, com uma representação da SPHAN/próMemória. Na foto, vista parcial da praça central da cidade, tendo à esquerda o Mercado Municpal, marco referencial da antiga Tejuco do século XVIII.

Em Santa Catarina, fortaleza abriga centro de pesquisas marinhas



Arquivo SPHAN

A Universidade Federal de Santa Catarina vai instalar na Fortaleza de Santa Cruz, situada na Ilha de Anhatomirim, um centro de pesquisas de biologia marinha, o que vai garantir a preservação desse importante marco da história naval do país. Os serviços de restauração já foram concluídos pela SPHAN/prόMemória e envolveram o Armazém da Pólvora e a Casa do Comandante. Nas fotos, o Armazém da Pólvora antes da intervenção (acima) e em fase final de restauração.



Arquivo SPHAN

A 10ª Diretoria Regional da SPHAN/prόMemória concluiu as obras de restauração da Fortaleza de Santa Cruz (tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), localizada na Ilha de Anhatomirim (SC). Os serviços de recuperação do monumento foram iniciados em 1979, sob a responsabilidade direta da SPHAN/prόMemória, através de convênio mantido com a Universidade Federal de Santa Catarina e o Comando do 5º Distrito Naval.

Os trabalhos de restauração envolveram o Armazém da Pólvora (estabilização do prédio, recomposição dos vãos, execução dos rebocos, pisos, esquadrias, instalação elétrica, reconstrução da escada de acesso ao segundo pavimento e pintura geral) e a Casa do Comandante (estruturação e execução do forro do pavimento superior, execução de instalações sanitárias e guarda-corpos das escadas e pintura geral).

Pelo convênio, a UFSC utilizará a fortaleza como centro de pesquisas de biologia marinha, garantindo-se assim a preservação deste precioso documento da história militar do país, que apresenta também interesse turístico e paisagístico.

A Ilha de Anhatomirim está situada na Baía Norte, distante 10 milhas de Florianópolis, e conta com fortificações construídas em 1739 para a defesa das terras de domínio português contra os constantes ataques espanhóis. Trata-se da maior fortaleza erguida em Santa Catarina, devido à sua posição estratégica. A área das fortificações ultrapassa 2.680 metros quadrados, enquanto que toda a ilha tem pouco mais de seis quilômetros quadrados.

Apesar de todo o seu poderio, a Fortaleza de Santa Cruz fracassou no objetivo de defender as terras portuguesas, pois a 25 de fevereiro de 1877 ocorreu uma invasão espanhola. Depois disso, em 1893, a fortaleza foi transformada em prisão militar.

SPHAN 19
próMemória

Patrimônio de Laguna (SC) está sendo restaurado

A Prefeitura Municipal de Laguna, em Santa Catarina, vem restaurando desde julho de 1981, sob a supervisão da SPHAN/próMemória e da Fundação Catarinense de Cultura, o conjunto arquitetônico da Casa Pinto D'Ulysséa, Fonte da Carioca e Praça Lauro Müller. O projeto de restauração do conjunto é uma das prioridades do "Plano de Restauração do Patrimônio Cultural, Histórico e Arquitetônico de Laguna", elaborado pela Prefeitura local.

O projeto tem por objetivos preservar a imagem arquitetônica de uma casa portuguesa, que reflete o estilo colonial de fins do século XIX, para aí instalar um restaurante típico português; conservar a Fonte da Carioca no seu aspecto original; propiciar aos habitantes do Município, bem como aos visitantes, condições adequadas de uso da Fonte; e restaurar a Praça para desenvolvimento de atividades artesanais e noites de serestas.

A CASA

A primeira etapa do projeto está quase concluída: a restauração da Casa Pinto D'Ulysséa, considerado um dos mais significativos monumentos arquitetônicos da cidade e tombado pelo Município em outubro de 1978. A localização do prédio, em pleno centro da cidade, constitui-se em marco de referência cultural e já faz parte do roteiro turístico local.

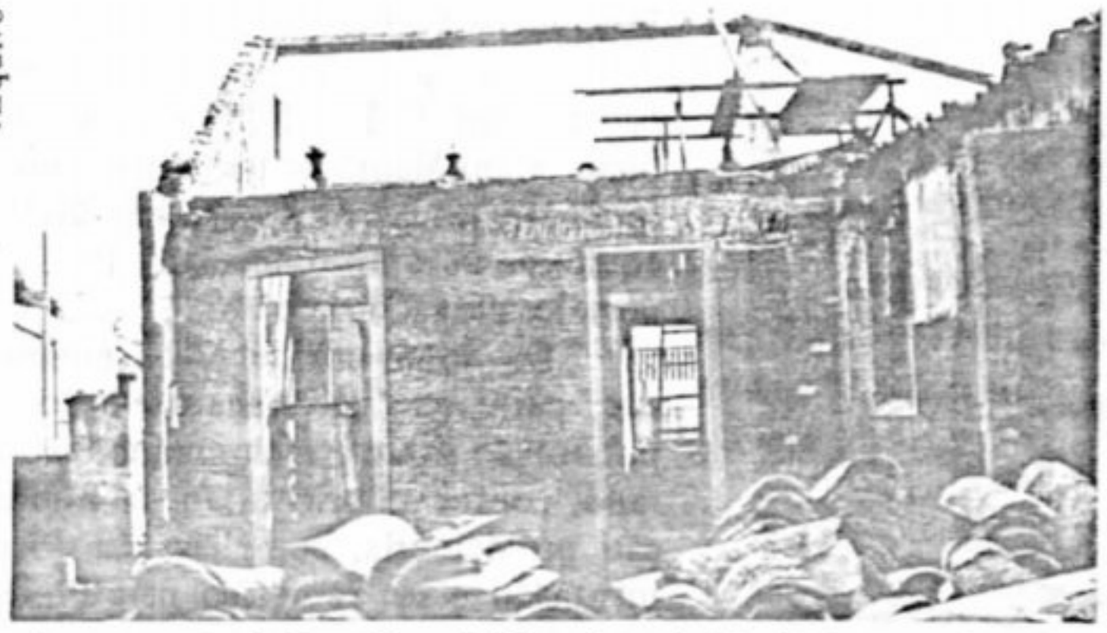
Iniciada a construção por volta de 1865, pelo Tenente-Coronel português, Joaquim José Pinto D'Ulysséa, foi inaugurada em 1867. A planta revive a arquitetura de uma quinta portuguesa, onde não falta nem mesmo a praça em frente, como complemento à beleza da Casa. Mais tarde foi construída uma fonte na encosta do Morro da Carioca, onde se localiza o prédio, aproveitando-se um afluente de água potável de excelente qualidade, descoberto em 1863. Existem três reservatórios na fonte, onde se processa a filtração natural, sendo os túneis feitos de pedra, com paredes de um metro de espessura, construídas pelos escravos.

Segundo relatório escrito pela Sra. Nayl Ulysséa, descendente do primeiro proprietário, o imóvel foi "a primeira casa em Laguna que possuiu platibanda – todas as outras eram de beirado". Ainda de acordo com o relatório, "era uma casa luxuosa para a época", cujo jardim, "com canteiros contornados de beiras de cimento de variadas formas, tinha ao centro um tanque circular com peixes dourados, coberto de azulejos portugueses brancos e azuis; contornando o tanque, um círculo de bancos de ardósia". Ao fundo, uma escadaria ligava o jardim a uma chácara, onde se encontravam um pomar com grande quantidade de frutas e um estábulo para a criação de animais.

RESTAURAÇÃO

Apesar das partes externa e interna da Casa encontrarem-se na sua concepção arquitetônica original, o imóvel estava bastante deteriorado, em precárias condições de conservação. Toda a sua estrutura necessitou de estabilização e a cobertura, por estar atacada por cupins, passou por uma recuperação total. As esquadrias também foram restauradas e as ferragens substituídas. O agenciamento do jardim, que estava coberto pelo mato, incluiu a recuperação completa dos canteiros, que achavam-se em ruínas. A restauração dos azulejos portugueses da fachada principal, de uma parede lateral externa e de cinco paredes internas é uma das últimas fases das obras de recuperação da Casa Pinto D'Ulysséa. Depois de concluídas as obras, a Prefeitura Municipal de Laguna, que propôs a utilização da Casa como restaurante típico português, será o órgão responsável pela manutenção e conservação do imóvel.

Arquivo SPHAN



A restauração da Casa Pinto D'Ulysséa no início da intervenção . . .

Arquivo SPHAN



. . . e em fase de conclusão.

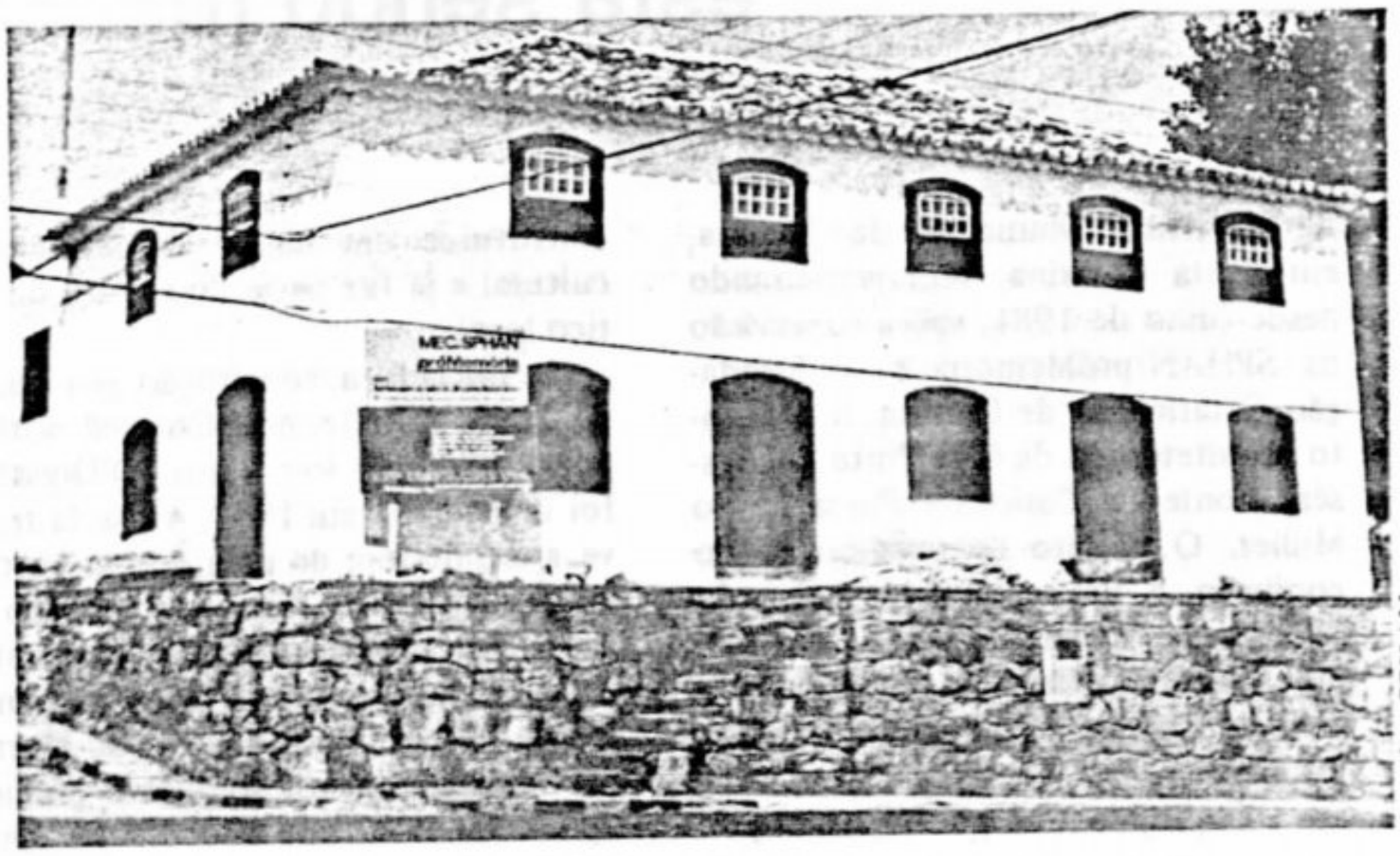
RIO GRANDE DO SUL

SOLAR VAI ABRIGAR MUSEU MUNICIPAL DE RIO PARDO

A SPHAN/próMemória, através da [illegible]oria Regional, concluiu as o[illegible]estauração da Casa do Almirante Alexandrino de Alencar, na cidade de Rio Pardo (RS), que agora vai abrigar o Museu Municipal "Barão de Santo Ângelo". Os trabalhos foram executados sob a responsabilidade direta da SPHAN/próMemória, por intermédio de contrato assinado, em 27 de agosto do ano passado, com a firma Knorr Construções Ltda., envolvendo recursos da ordem de Cr$ 6.173.176,00.

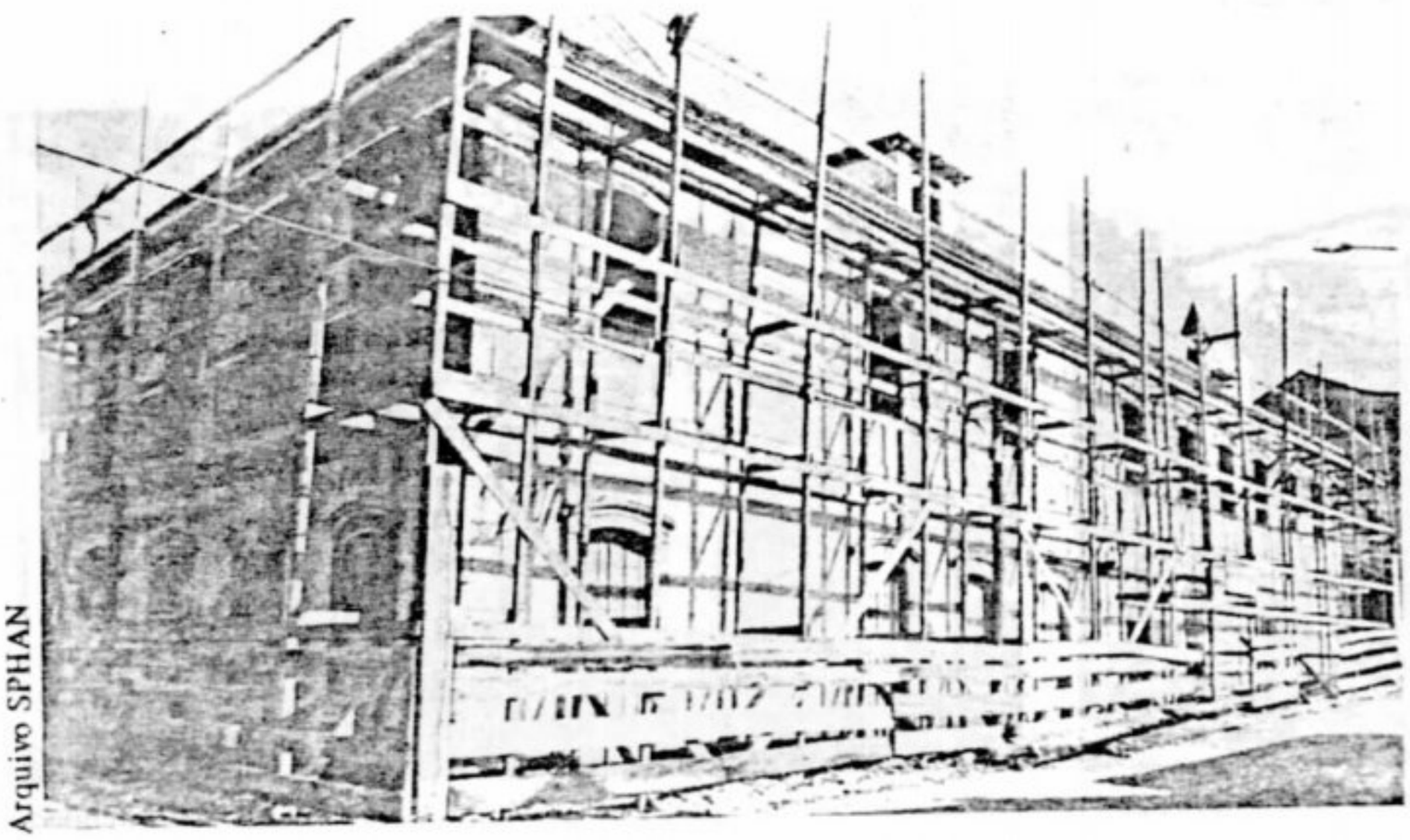
O Solar foi residência do Almirante Alexandrino de Alencar, por três vezes Ministro da Marinha, e constitui-se em raro e precioso exemplar do mais puro estilo colonial português de arquitetura.

Os trabalhos de restauração envolveram pintura geral, substituição dos forros do pavimento nobre, recuperação das esquadrias e ferragens internas, pav[illegible]ntação do piso térreo e execução [illegible]nstalações sanitárias e elétric[illegible]



Arquivo SPHAN

A Casa do Almirante Alexandrino de Alencar, em Rio Pardo, vai abrigar o Museu Municipal "Barão de Santo Ângelo". O solar foi restaurado pela SPHAN/próMemória e constitui-se em raro exemplar da arquitetura colonial (foto acima). Abaixo, as obras de recuperação da sede da Prefeitura Municipal de Triunfo no início da intervenção. O projeto está sendo executado através de convênio entre a Prefeitura e a SPHAN/próMemória.



Arquivo SPHAN

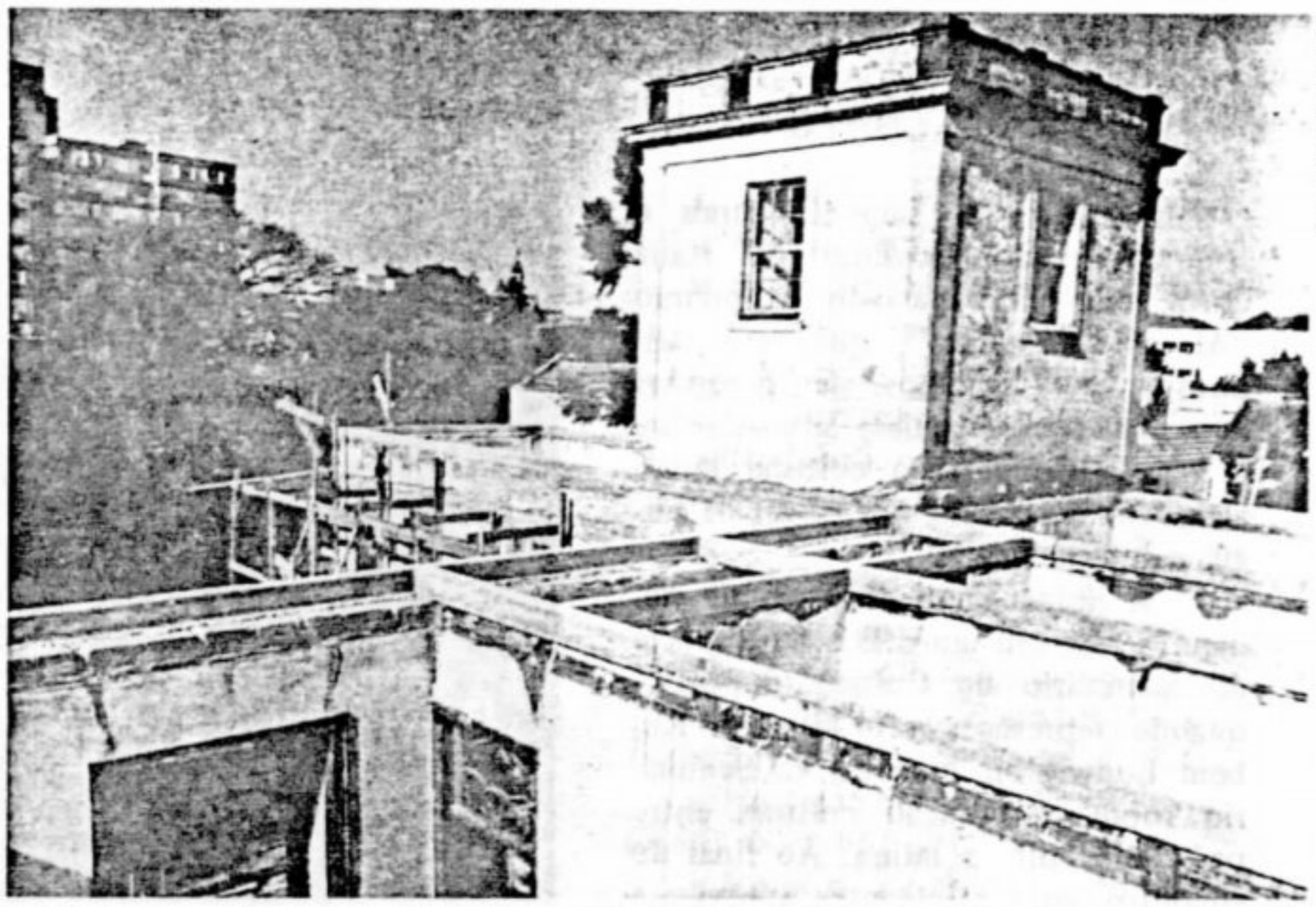
PREFEITURA DE TRIUNFO RESTAURA A SUA SEDE COLONIAL

Encontram-se em andamento as obras de restauração da sede da Prefeitura Municipal de Triunfo (RS), um sobrado colonial incluído na lista dos bens considerados patrimônio histórico e cultural do Município. Os trabalhos de recuperação do imóvel estão sendo executados sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Triunfo, com repasse de recursos da SPHAN/próMemória, de acordo com convênio firmado em 30 de setembro do ano passado, que conta com a interveniência da Secretaria da Cultura do MEC e a Secretaria de Estado da Cultura, Desporto e Turismo.

O projeto de restauração está orçado em Cr$ 22.209.489,00 dos quais a próMemória participa com a importância de Cr$ 16.188.720,00, equivalentes a aproximadamente 72% do valor global do projeto.

Do total dos recursos envolvidos, parte será destinada à edição de publicação sobre o monumento restaurado, conforme orientação da Fundação próMemória, com base na documentação a ser fornecida pela Prefeitura Municipal de Triunfo.

SOLAR LOPO GONÇALVES, EM PORTO ALEGRE, SERÁ TRANSFORMADO EM MUSEU



Arquivo SPHAN

Início das obras de restauração com execução de cintamento sobre as paredes.

Encontram-se em fase de conclusão as obras de restauração do Solar Lopo Gonçalves, em Porto Alegre. O imóvel, adquirido pela Prefeitura Municipal e tombado pelo Município em dezembro de 1979, será devolvido à comunidade como "Museu de Porto Alegre". O projeto de restauração se enquadra nos objetivos do Programa de Cidades Históricas, e vem sendo executado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, com repasse de recursos e sob a supervisão da SPHAN/próMemória. A manutenção do prédio ficará a cargo da SMEC.

HISTÓRICO

Não foram localizados documentos que relatassem o histórico arquitetônico do Solar, porém constatou-se que a sua construção possivelmente ocorreu na década de 40, no século passado, pois há referências de que Lopo Gonçalves Bastos, reeleito vereador em 1848, era "senhor de grande chácara na rua da Margem", atual rua João Alfredo, onde se localiza o imóvel.

O Solar tem a sua história ligada à da cidade uma vez que, em 1858, reuniram-se no prédio vários empresários para a fundação da Praça do Comércio, atual Associação Comercial de Porto Alegre. Em 1947, o prédio mudou de proprietário. Mais tarde foi adquirido pelo IAPAS e, em agosto de 1979, foi assinada pelo então Ministro da Previdência e Assistência Social, Jair Soares, e pelo Prefeito de Porto Alegre, Guilherme Socias Villela, a permuta por terreno municipal, destinando o Solar à futura sede do "Museu de Porto Alegre".

RECUPERAÇÃO

Abandonado durante vários anos sem nenhuma espécie de conservação, o prédio encontrava-se com a cobertura e todo o seu madeiramento, assim como o entrepiso de madeira, comprometidos pelo ataque de cupins e pelo apodrecimento. Após adquirir o Solar, a Prefeitura iniciou sua restauração e, até janeiro de 1981, já estavam concluídas a recuperação da cobertura, a estabilização das alvenarias, os revestimentos, parte do conjunto de esquadrias externas, instalação hidráulica e esgoto, entre outros.

Dentre os projetos complementares realizados na restauração e adaptação do prédio para seu novo uso, destaca-se a estabilização de sua estrutura, por medida de segurança, em conseqüência de algumas fissuras nas alvenarias. A intervenção no Solar limitou-se ao resgate das formas e espaços originais, respeitando os elementos já incorporados à história funcional e estética do prédio.

Construído como residência suburbana, do tipo chácara, sede de uma propriedade de características rurais na época de sua implantação, o Solar desenvolve-se em dois níveis: o térreo, ou porão, ocupado provavelmente pelos serviços e ligado a uma área livre e interna, isolada do resto da propriedade por muros, e o primeiro pavimento, constituído de espaços sociais e íntimos, todos iluminados diretamente. Destaca-se ainda, no conjunto, um volume vertical constituído por um torreão, dotado de platibanda e coruchéu, diferente de todo o resto da cobertura.

Na sua adaptação para utilização como Museu, o Solar teve mantidos seus espaços na sua ordenação original. As áreas social e íntima do primeiro pavimento serão utilizadas para salas de exposições e conferências e, no porão, se instalará a área administrativa e técnica do Museu, além dos banheiros e da cozinha.

MUSEU

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em novembro de 1979, elaborou o Projeto Renascença, visando à transformação do Solar Lopo Gonçalves em "Museu de Porto Alegre". O Museu, criado por decreto no início do mesmo ano, "destina-se à divulgação do acervo reunido e das pesquisas realizadas sobre os elementos culturais em seu processo histórico na dinâmica espacial de Porto Alegre".

De acordo com o projeto, a criação do Museu foi oportuna por centralizar, em um único local, o patrimônio significativo que a Prefeitura já possui de documentos escritos, material visual, objetos e obras de arte referentes à cidade, seu espaço físico e seu povo, nas mais diversas etapas do seu desenvolvimento. Além disso, se constituirá em um novo equipamento cultural à disposição da comunidade para apreciação, estudo e pesquisa e também fará parte do roteiro turístico da cidade, onde o visitante poderá ter uma visão global da evolução cultural de Porto Alegre. O Museu se integra à estrutura geral da SMEC, vinculado à Divisão de Cultura.

DA ITÁLIA E DO BRASIL AS HOMENAGENS A ALOÍSIO MAGALHÃES

O Ministério dos Bens Culturais e Ambientais do Governo da Itália criou, em julho passado, o prêmio "Aloísio Magalhães", que será atribuído aos trabalhos de pesquisas desenvolvidos em países latinos sobre o tema "Cooperação cultural como elemento de coesão dos povos de língua e cultura latinas".

A homenagem do Governo italiano aconteceu um mês após a morte do Secretário da Cultura do MEC, quando representava o Ministro Rubem Ludwig em Veneza, no Seminário sobre cooperação cultural entre países de cultura latina. Ao final do encontro, os participantes aprovaram uma declaração de princípios onde figura o prêmio "Aloísio Magalhães".

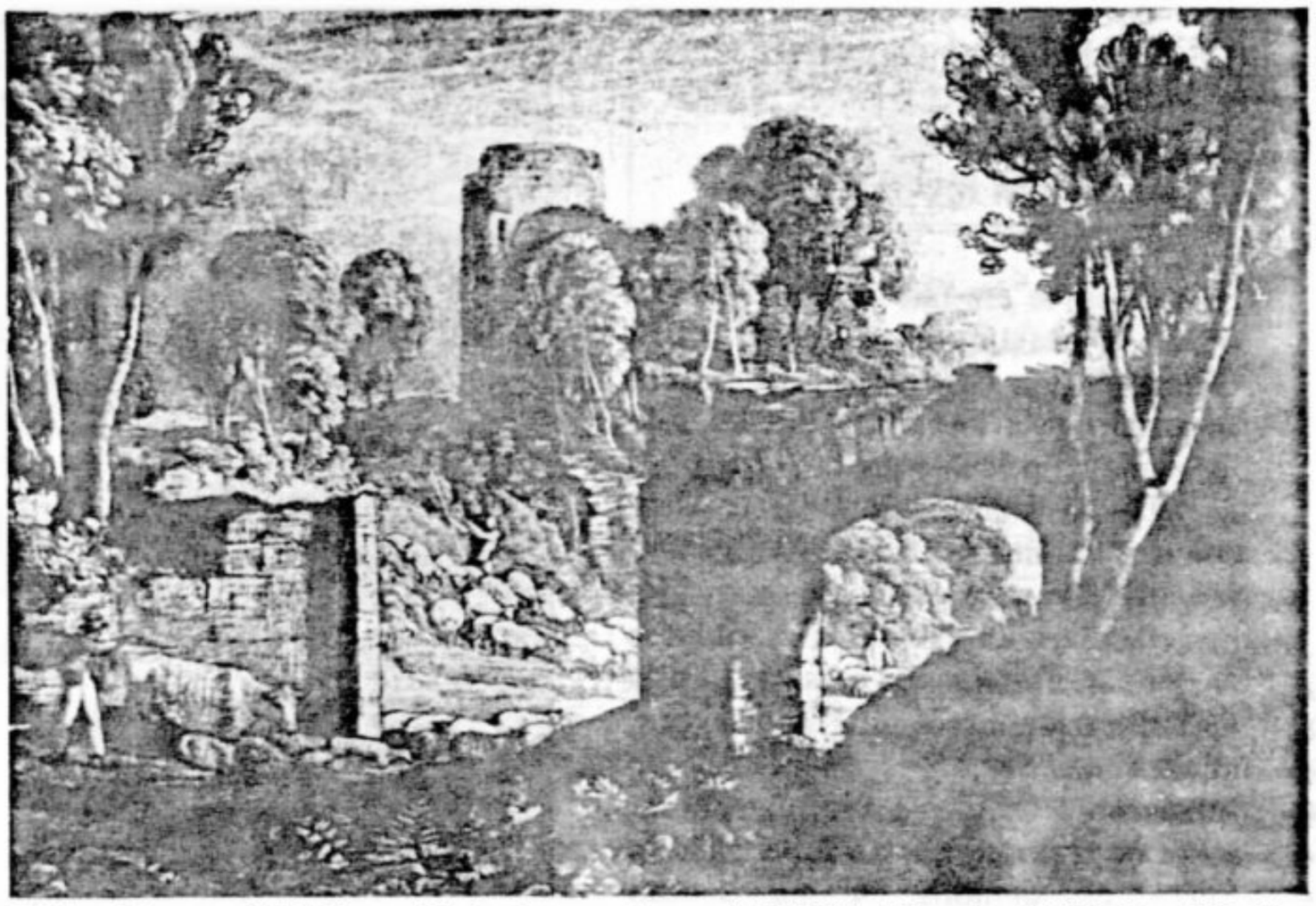
O Ministro dos Bens Culturais e Ambientais da Itália, Vicenzo Scotti, formulou ao Governo brasileiro o desejo de que a iniciativa italiana possa, no futuro, valer-se da contribuição e do apoio do Brasil.

"CIRCUITO"

Em memória de Aloísio Magalhães, a direção do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, decidiu denominar de "Circuito Aloísio Magalhães" o projeto "MNBA Extramuros". Segundo o Diretor do Museu, Alcídio Mafra, o objetivo do "Circuito" é o de levar ao conhecimento do público o acervo do MNBA. O "Circuito" foi iniciado com a exposição itinerante "Introdução ao Conhecimento da Gravura em Metal", que inaugurou a Casa do Desenho e da Gravura em Itajaí, durante o 10º Festival de Inverno, no dia 25 de julho passado.

BIBLIOTECÁRIOS

Ao comemorarem 20 anos de regulamentação profissional, no dia 9 de julho último, no Palácio da Cultura, Rio de Janeiro, os bibliotecários documentalistas prestaram uma homenagem a Aloísio Magalhães, escolhendo-o Presidente de Honra ("in memorian"), por ter fortalecido a categoria ao nomear uma bibliotecária – Célia Ribeiro Zaher – para dirigir e modernizar a Biblioteca Nacional.



Arquivo M.N.B.A

William Turner e S. W. Reynolds, Inglaterra. Acervo do MNBA, "Circuito Aloísio Magalhães".



Arquivo M.N.B.A

Gravura de Giovanni Battista Tiepolo (1696-1770), Itália. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes, "Circuito Aloísio Magalhães".

IMÓVEL TOMBADO NÃO PAGA IMPOSTO EM SALVADOR (BA)

O Prefeito de Salvador (BA), Renan. Baleeiro, sancionou lei aprovada pela Câmara de Vereadores isentando durante quatro anos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano os imóveis situados em zonas de preservação rigorosa, tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou pelo Estado, que estejam completamente restaurados.

A isenção pode ser prorrogada por mais quatro anos, caso os fiscais da Prefeitura comprovem que o imóvel é mantido em perfeito estado de conservação. O benefício se estende aos imóveis da mesma área histórica que estejam passando por obras de restauração e aos que se destinam a finalidades sociais.

As zonas consideradas de preservação rigorosa, conforme o Código de Urbanismo e Obras do Município, vai desde o centro da cidade e Pelourinho a trechos dos bairros de Nazaré, Passo, Carmo, Santo Antônio e Pilar.

RESTAURAÇÃO DA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO, NO RECIFE, EM FASE DE CONCLUSÃO

Deverão estar concluídas em setembro próximo as obras de restauração da Matriz do Santíssimo Sacramento, um dos templos de maior beleza arquitetônica do Recife, situado no bairro de Santo Antônio. Os trabalhos de recuperação do monumento, iniciados em junho de 1975, estão sendo executados pela 4ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória.

As obras, de grande amplitude, abrangeram diversas dependências do templo, como nave, capela-mór, galerias e consistórios. Foram substituídos 50% do madeiramento e cerca de 60% do entelhamento. Restauraram-se 1200 m^2. O templo tem galerias em ambos os lados com três pavimentos; no térreo há duas sacristias. Os consistórios situam-se nos pavimentos superiores. O travejamento estrutural dos assoalhos estava muito estragado, o que determinou a substituição de cerca de 40%; dos assoalhos, substituíram-se 20%.

Todo o sistema elétrico foi reformado, instalando-se iluminação indireta na nave, capela-mór e sacristias, com excelentes resultados. Foram empregados tubos galvanizados, mangueiras plásticas e fios ante-chama.

Em vários forros do templo foram removidas as inúmeras camadas de tinta a óleo; os forros apresentam-se agora em *decapê*, como também as portas internas e grades. Os altos-relevos do arco cruzeiro e ilhargas da nave, em arenito, igualmente pintados a óleo, voltaram ao seu aspecto original. No forro da nave, com cerca de 360 m^2, foram removidas muitas camadas de pintura a óleo, o que possibilitou a descoberta em perspectiva de pintura de boa qualidade, o mesmo ocorrendo em vários quadros nas ilhargas da nave, revestidos que estavam com várias camadas de fuligem. Restaurou-se uma excelente porta artesanal, em cada ilharga do subcoro.

Cuidados especiais mereceu a remoção de um medalhão existente na parte central do forro, dourado e raiado, medindo 8,50 x 6,50 metros, com três anjos em adoração à Custódia, além de nuvens e querubins. Com grande esforço a peça foi retirada e fixada à parede da escada de acesso ao coro. Pesquisas e pacientes trabalhos levaram à descoberta, no local do medalhão, de um pintura de boa qualidade, contemporânea à pintura da periferia do forro, com os mesmos motivos.

Promoveu-se a retirada de uma pintura de cor negra que recobria o excelente arcaz da sacristia, o que revelou o belo aspecto da peça toda em jacarandá. Instalou-se um serviço de amplificação de som, embutido com caixas dentro das tribunas, resultando muito boa propagação da música e da palavra, sem interferências prejudiciais.



Arquivo SPHAN

A fachada do monumento, que se abre sobre a tradicional Praça da Independência, foi, há pouco tempo, totalmente restaurada, com a colaboração da Prefeitura Municipal, que recuperou também as fachadas da casa paroquial, anexa ao templo. Nesta dependência foram executados pelo então IPHAN amplos trabalhos de entelhamento com calhas de cobre, capotes, argerozes; internamente, a instalação elétrica, o forro de mogno, assoalhos e pintura, foram objeto de restauração.

As obras em benefício da igreja foram amplas, executadas com o devido cuidado, o que exigiu pesquisas prévias e constante acompanhamento em todos os detalhes.

Data de 1742 a idéia de construir em Santo Antônio um templo sob a invocação do Santíssimo Sacramento; já em 1790 encontrava-se concluída a igreja, na qual foi instalada a respectiva irmandade, em 1791.

Artistas de renome deram a sua contribuição no enriquecimento do templo – Manuel de Jesus Pinto, Francisco Beranger, um mestre em assuntos de carpintaria artística, José Eloy, um dos maiores pintores do século XVIII. Deste último é o magnífico painel do batistério, que ainda hoje admira-se na igreja. Santeiros da categoria de Manoel da Silva Amorim, o autor da imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos e da imagem de Nossa Senhora da Soledade, contribuíram para o magnífico acervo de imagens da Matriz.

Internamente, a igreja oferece ao visitante, mesmo acostumado a outros ambientes sacros, uma impressão de rara beleza, na simplicidade de suas linhas, na riqueza de seus detalhes.

O altar-mór é um dos mais belos do país. A riqueza da talha dourada, contrastando com os elementos acessórios, dá um aspecto de leveza, de simplicidade, não privada, todavia, de uma impressionante dignidade.

Na sacristia há duas peças de grande valor artístico: a cômoda com a sua frente abaulada e as ilhargas ornamentais e o arcaz (repositório de amitas), ressaltando-se pelo belo entalhe numa das laterais da sacristia.

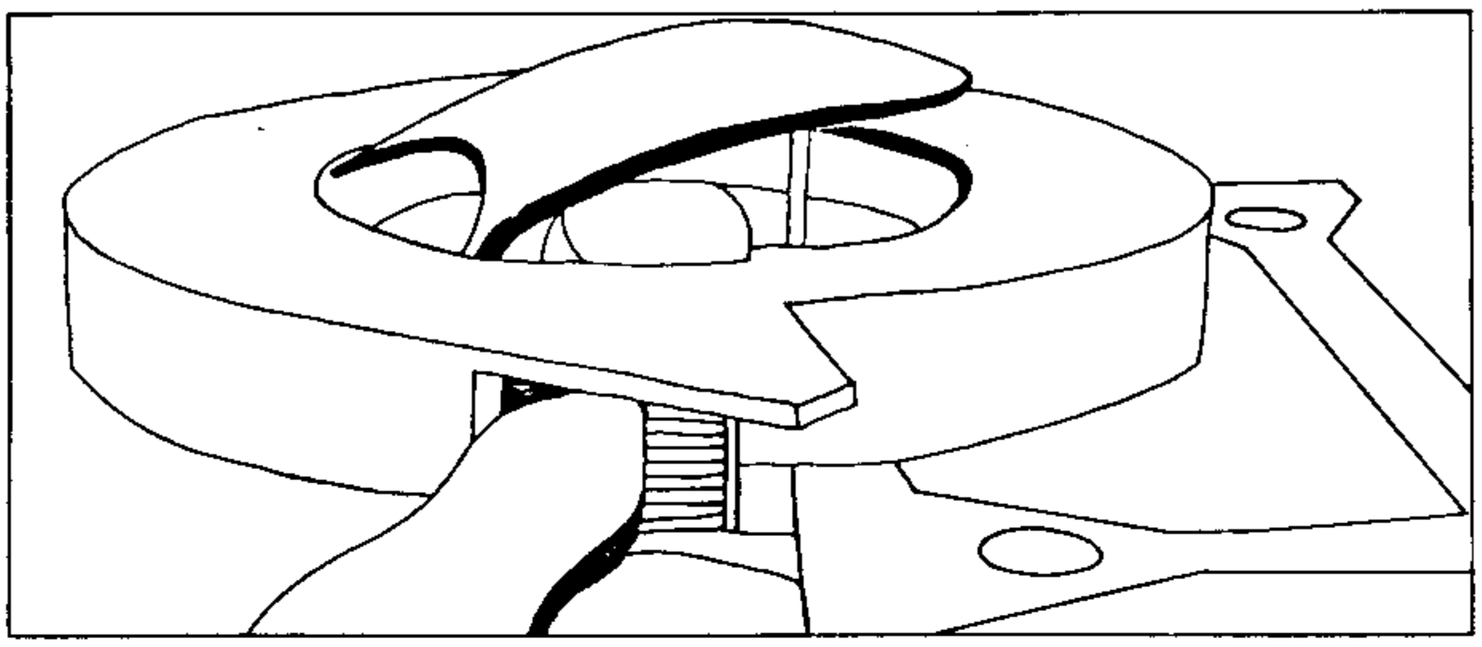
BRASÍLIA TERÁ MUSEU NACIONAL DO ÍNDIO ATÉ MEADOS DE 1984

Será lançada ainda este ano em Brasília – provavelmente no dia 5 de dezembro, aniversário da FUNAI – a pedra fundamental para a edificação do Museu Nacional do Índio, a ser construído em área do setor cultural da capital, doada pelo Governo do Distrito Federal. A partir dessa data, o prazo estipulado para a conclusão e inauguração da obra é de 18 meses, fazendo prever que o Museu poderá entrar em funcionamento em meados de 1984. O custeio das obras será feito com recursos próprios da FUNAI e contribuições particulares. Algumas embaixadas já manifestaram interesse em participar do empreendimento.

O projeto do Museu Nacional do Índio é de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, que o apresentou ao Ministério do Interior, no dia 27 de julho passado. O Museu tem sua forma inspirada na maloca tradicional dos Yanomami, grupo indígena que vive em Roraima e no Amazonas. No pátio interno do Museu será construída uma maloca clássica dos grupos Xinguanos e uma gigantesca concha de concreto, servindo de pára-sol e simulando um cocar reclinado. O chão, de concreto, terá também trechos de terra natural para eventual montagem de malocas.

De acordo com o projeto de Niemeyer (que não cobrou pelo trabalho), o prédio terá dois planos físicos. A disposição interna permitirá a circulação do público, com visão completa a partir da entrada; sem escadas, em nível e piso diferente, circulará a vida intra-orgânica do Museu, com salas de aula, auditório e acervo etnográfico e infra-estrutura logística de apoio. Externamente, o ambiente produzirá no terreno uma transição especial, sugerindo para o futuro o aproveitamento de plantas características da farmacopéia e dieta indígenas.

O Museu Nacional do Índio terá múltiplas funções: centro formador de indigenistas, laboratório para os pesquisadores e acervo cultural, etnográfico e bibliográfico, tornando-se, assim, uma casa da cultura indígena brasileira. Quanto ao acervo, espera-se a colaboração de instituições congêneres, nacionais e estrangeiras, bem como de muitas coleções ou duplicatas raras em poder de Governos, empresas ou famílias, dentro de um quadro de intercâmbio cultural ou diplomático. As embaixadas interessadas em participar do empreendimento poderão trazer suas técnicas e meios mais avançados no campo da museologia e da amostragem expositiva e estimular o intercâmbio científico-cultural face ao exemplo histórico de contribuição de pesquisadores e cientistas estrangeiros no conhecimento e entendimento das raízes étnicas brasileiras.



EMPRESA PRIVADA VAI RESTAURAR SALA DO MUSEU DE BELAS ARTES

Em contato com empresas do setor privado, o Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, conseguiu recursos para a restauração da Sala Bernardelli, visando a sua transformação em novo espaço para exposições temporárias do Museu. As obras de restauração serão executadas, sem qualquer ônus para o MNBA, pela João Fortes Engenharia S. A., com o apoio do Instituto dos Arquitetos do Brasil e da SPHAN/próMemória, a quem o projeto será apresentado. Outras empresas como a Hering S. A., Brahma, Sociedade Marmífera Brasileira Ltda, também se comprometeram a participar do empreendimento.

Em reunião com os administradores do MNBA, a empresa construtora vai estabelecer um cronograma de trabalho e iniciar o serviço de levantamento de dados com a finalidade de elaborar o anteprojeto que será submetido à apreciação da direção do órgão e da SPHAN/próMemória.

A ação do MNBA junto ao setor privado enquadra-se em orientação administrativa da Secretaria da Cultura do MEC, a qual está subordinado: diante das limitações orçamentárias, torna-se necessário e recomendável que os órgãos vinculados à SEC/MEC busquem e identifiquem fontes alternativas de recursos e passem a utilizá-las dentro do possível.

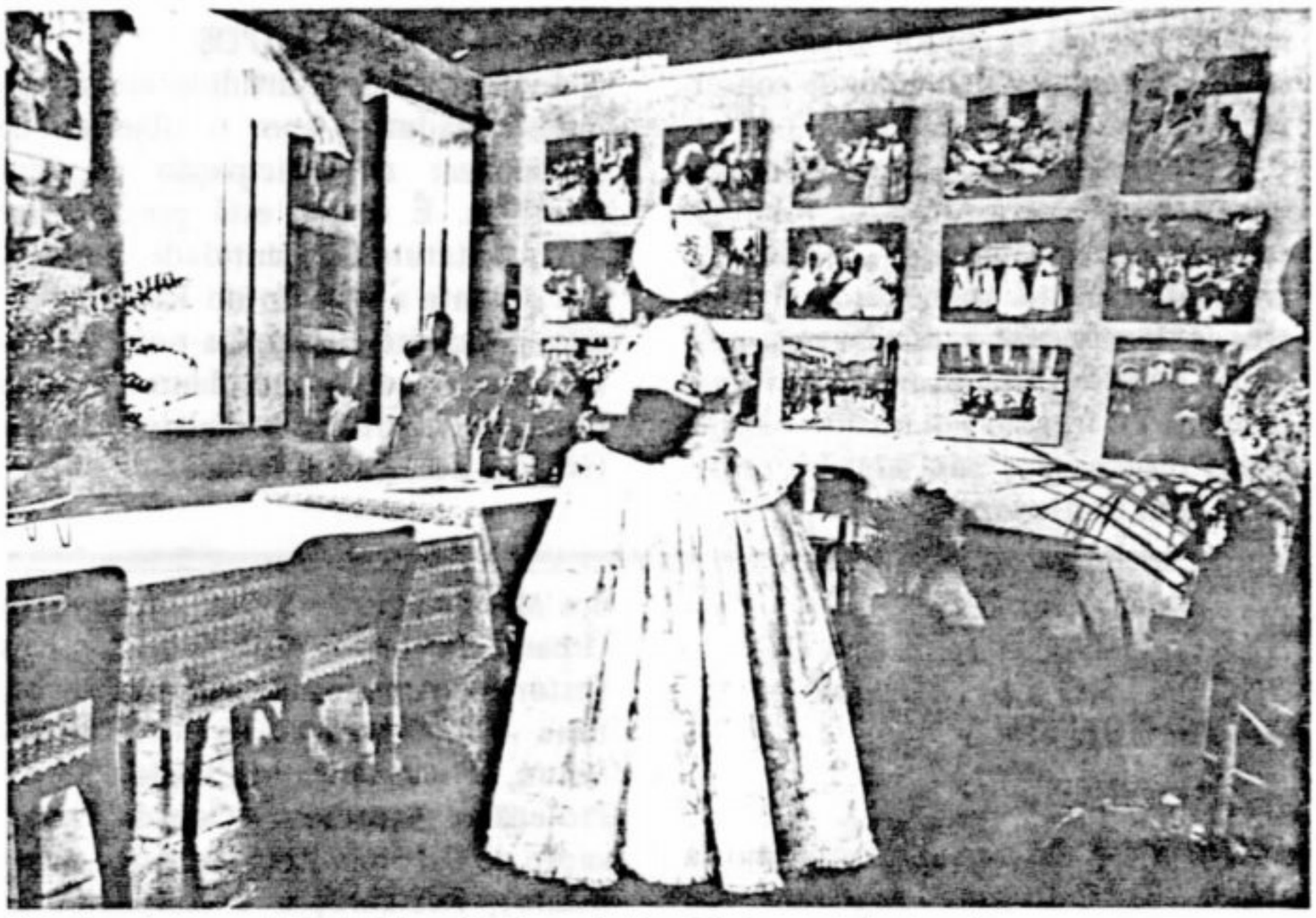
DOAÇÃO

O óleo *Êxodo*, de Lasar Segall, datado de 1949, foi doado ao Museu Nacional de Belas Artes, pelo museu que em São Paulo tem o nome do pintor. Seus filhos, ao criarem o Museu Lasar Segall, estabeleceram uma cláusula de inalienabilidade para a maior parte das obras do pai. As restantes, porém, a seu critério, foram reservadas para doação aos principais museus nacionais.

Para receber a primeira obra doada pelos herdeiros de Segall, o MNBA tinha como condições: ser um dos mais importantes em todo o país e não possuir em seu acervo nenhuma obra do pintor; ter se transformado nos últimos anos, deixando de lado a característica de ser um repositório de arte acadêmica; por se tratar de um grande museu no maior centro turístico brasileiro; por ter sua atual direção trabalhado no sentido de organizá-lo e ampliar sua função social.

SPHAN pró Memória

Fernando Bizerra



Membro da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte em traje de gala.

EM CACHOEIRA, IRMANDADE MANTÉM VIVA A DEVOÇÃO A N. S. DA BOA MORTE

Com uma vasta programação, foi comemorada, durante o mês de agosto passado, em Cachoeira (BA), a Festa de Nossa Senhora da Boa Morte, organizada pela Irmandade do mesmo nome. Os festejos contaram com o apoio da Fundação Cultural do Estado da Bahia e da Assessoria Municipal de Turismo de Cachoeira.

A festa, realizada anualmente em Cachoeira, está ligada à devoção de Nossa Senhora da Boa Morte, surgida em Salvador, por volta de 1820, mais precisamente na Capela da Barroquinha. As irmãs (negras escravas alforriadas) deveriam cumprir um rigoroso ritual a fim de serem aceitas pela Irmandade e usarem os imponentes e místicos trajes de gala (beca).

Com o passar dos anos a devoção aumentou de tal forma que as irmãs foram fundando novas Irmandades nas cidades do Recôncavo Baiano, onde a influência africana era grande e o poder econômico bastante expressivo. Dentre estas cidades, Cachoeira destacou-se pelo grande número de irmãs (chegou a ter 200) e pela grandeza com que realizava os festejos em louvor à Santa.

Há 162 anos, no mês de agosto, Cachoeira, então habitada por negros escravos e seus senhores, assistia ao nascimento da devoção a Nossa Senhora da Boa Morte. Criada por negras escravas que haviam conseguido a carta de alforria mediante o pagamento de uma dívida, a Sociedade mantém até hoje os rituais dentro dos rigores estabelecidos na época.

Com mais de 200 negras, naquela época, atualmente a Sociedade compõe-se de 45 figurantes. O simbolismo de raro luxo que ainda nutre a festa e a fusão do espírito religioso com a graça profana do samba de roda, faz da Boa Morte uma das poucas manifestações populares cuja autenticidade leva o respeito da população e à admiração do visitante: além dos espetáculos, todos são oferecidos vinhos, comida e festa.

A Sociedade da Boa Morte não segue regulamentos escritos, não se considera instituição nem abdica de certas formalizações nas suas homenagens à Nossa Senhora. Tiveram, há cerca de 20 anos, uma espécia de "Livro de Fundação", queimado por uma irmã esclerosada, e entre as que sobrevivem nenhuma sabe sobre o seu conteúdo, mas os rituais são conservados pelos costumes.

Em Cachoeira a Irmandade da Boa Morte chegou a ser possuidora de valiosíssimo acervo de jóias e imagens, sem falar na coleção de jóias (ouro) particulares que as irmãs ostentavam durante a realização dos festejos. Atualmente só a Irmandade de Cachoeira sobrevive.

INL CONCEDE PRÊMIOS DE BIBLIOTECONOMIA E DE LITERATURA INFANTIL

Sônia de Conti Gomes, de Belo Horizonte, foi a ganhadora do Prêmio INL de Biblioteconomia e Documentação – 1982, com o seu trabalho *Bibliotecas e Sociedade na Primeira República Brasileira*. O prêmio é concedido anualmente pelo Instituto Nacional do Livro desde 1979 (SPHAN nº 17, pág. 28).

Os autores concorrentes a esse prêmio devem apresentar trabalhos inéditos, sob a forma monográfica, bibliográfica ou ensaística, que tenham por objeto qualquer tema vinculado à biblioteconomia e à documentação. Os trabalhos devem sempre abordar assuntos relacionados com o Brasil. A vencedora deste ano recebeu Cr$ 150 mil, valor atual do prêmio.

Com o seu livro *O Barril*, Mirna Sílvia Gleich Pinsky ganhou o Prêmio INL de Literatura Infantil deste ano, no valor de Cr$ 150 mil. Agora, o INL abriu inscrições, com prazo que vai até o dia 5 de outubro próximo, para a segunda etapa deste prêmio, que concederá a mesma importância ao artista que executar as melhores ilustrações (inclusive da capa) para o livro ora premiado.

As ilustrações deverão ser endereçadas à sede do Instituto Nacional do Livro (SCRN 704/705 - Bloco C/40 - Brasília - DF - CEP 70730) ou à representação do órgão no Rio de Janeiro: Rua da Imprensa, 16 - Sala 1316 - CEP 20030. Os concorrentes terão à sua disposição, nesses endereços, o texto a ser ilustrado e também o regulamento do concurso.

ICOMOS/CB FAZ REUNIÃO TÉCNICA NO RIO DE JANEIRO

Reunido no Rio de Janeiro, em julho passado, o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos – Icomos/CB decidiu recomendar aos Ministérios do Interior e da Justiça que revisem, respectivamente, o Anteprojeto de Lei de Desenvolvimento Urbano e a Lei de Desapropriação, no sentido de que seja enfatizada nessas legislações a questão da preservação do patrimônio cultural do país.

Ao Ministério do Interior, e em especial ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, o Icomos/CB recomenda que se considere no Anteprojeto de Lei de Desenvolvimento Urbano os setores de interesse histórico, cultural ou ambiental como áreas especiais para efeito de desenvolvimento urbano, visando sua conservação e valorização com a fixação de sua população e melhoria da qualidade de vida urbana desses setores.

Com relação à Lei de Desapropriação, o Icomos/CB sugere ao Ministério da Justiça que as desapropriações de monumentos e setores de interesse histórico-cultural e ambiental sejam consideradas desapropriações especiais, podendo o órgão desapropriador revendê-los considerando que na revitalização desses setores é freqüente a recuperação de edifícios e quadras superocupadas e sua transformação em condomínios.

O Icomos/CB aprovou, ainda, entre outras, moção no sentido de que seja adotada por outros Estados e municípios a medida em vigor para Pernambuco onde, por decreto do Executivo estadual, foi dada prioridade aos prédios históricos para a instalação de órgãos públicos e entidades descentralizadas (SPHAN nº 18, pág. 22).

Entendendo que a preservação do patrimônio ambiental urbano deve se iniciar pela ação municipal, o Icomos/CB propõe às municipalidades, principalmente às capitais e cidades de porte médio, que criem seus órgãos específicos de preservação dos bens culturais. A entidade aconselha aos executivos municipais para que adotem distinções e prêmios, à semelhança do recentemente criado em Porto Alegre com a instituição do título de mérito cultural, a todos aqueles que se destacarem nas atividades de conservação do patrimônio cultural.

O Icomos/CB quer também que sejam estendidos às áreas de interesse especial para preservação cultural ou ambiental identificadas pelos municípios e legalmente estabelecidas pelo poder público (independentes do tombamento) o mesmo tratamento e benefícios dispensados para aquelas protegidas pelo tombamento.

ESTATUTOS

O Icomos/CB será dividido em subcomitês estaduais, com o objetivo de regionalizar a participação de seus membros. É o que está previsto nos novos estatutos da entidade, elaborados durante a reunião no Rio. Na ocasião, o Comitê elegeu sua nova diretoria, tendo como presidente Vivaldo Lima, do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia.

PATRIMÔNIO E RESTAURAÇÃO, TEMA DE ENCONTRO EM CIDADE DA ARGENTINA

De 20 a 24 de setembro próximo, a cidade de Salta, na Argentina vai sediar o Primeiro Congresso Nacional de Preservação do Patrimônio Arquitetônico e Seminário de Especialistas Americanos em Restauração (SPHAN nº 17, pág. 26). O encontro, uma promoção da Sociedade de Arquitetos de Salta, tem por objetivo reunir especialistas e profissionais argentinos e latino-americanos para intercâmbio de idéias e definir critérios viáveis para uma ação comum no setor.

Os temas do Congresso estão divididos em quatro comissões: Doutrina da Conservação e da Restauração dos Monumentos e Sítios; Preservação Urbana (Povoados Históricos, Centros Históricos Americanos, Renovação Urbana – Incorporação da Nova Arquitetura, Financiamento, Legislação de Proteção e Aspectos Sociais da Preservação do Patrimônio Urbanístico Americano); Restauração e Refuncionalização Arquitetônica (Conservação dos materiais, estruturas – Aplicação das investigações científicas e da tecnologia na análise e consolidação das estruturas arquitetônicas); e Organização dos serviços de proteção, inventários, formação profissional.

Cada comissão terá uma mesa coordenadora integrada por um convidado estrangeiro, um argentino, um representante do Instituto Argentino de Investigação da História da Arquitetura e Urbanismo e um da Sociedade de Arquitetos de Salta.

CURSO "MUSEUS E EDUCAÇÃO" SERÁ REALIZADO EM QUITO

Será realizado de 8 a 21 de novembro próximo, na cidade de Quito, Equador, o curso "Museus e Educação", promoção da Associação Equatoriana de Museus dirigida a funcionários de museus com projetos educativos em execução ou preparação. Será dada particular atenção aos participantes provenientes daqueles museus ou instituições culturais que tenham maiores possibilidades de realizar programas educativos e que possuam conhecimentos e/ou experiência no campo educativo e/ou vocação docente.

O curso terá os seguintes objetivos: proporcionar aos participantes conceitos sobre a educação em um nível que lhes permita planificar, elaborar e avaliar programas educativos através do museu; reafirmar entre os participantes a relação da função educativa com outras funções primordiais do museu vinculadas com a educação, como por exemplo: conservação, exibição, investigação e difusão; comprometer o papel educativo do museu em relação com a problemática contemporânea: meio ambiente, conservação de recursos naturais, realidade social e cultural da comunidade; proporcionar métodos gerais sobre administração, financiamento e gerência, fundamentalmente dirigidos à estruturação de serviços e programas educativos; promover a vinculação e o intercâmbio de experiências das iniciativas e serviços educacionais dos museus na América Latina, e, em particular, da subregião andina, com o fim de contribuir para a integração sócio-econômica e cultural destes países.

SPHAN pró-Memória

SANTA CATARINA COMEMORA SESQUICENTENÁRIO DE VÍTOR MEIRELES DURANTE UM ANO

O pintor Vítor Meireles terá um ano inteiro de comemorações pela passagem do sesquicentenário de seu nascimento. O calendário de eventos, que começou no dia 18 de agosto passado e termina no mesmo dia e mês de 1983, já está definido pela Fundação Catarinense de Cultura, e sua programação mais importante ocorreu no dia 18 de agosto.

As comemorações tiveram início pela manhã com o descerramento de uma placa alusiva à data na casa de Vítor Meireles, e de uma outra no busto do pintor, que fica na Praça 15 de Novembro. Foi inaugurada, também nesse mesmo dia, à noite, uma exposição de obras do artista, com 10 quadros vindos em regime de comodato do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Em seguida, ocorreu o lançamento do concurso "Reinterpretação da Primeira Missa", destinado a artistas plásticos de Santa Catarina, cujos vencedores receberão Cr$ 500 mil em prêmios.

A programação de eventos incluirá ainda palestras e conferências sobre a obra de Vítor Meireles, além do lançamento de um livro sobre a vida e a obra do pintor.

Vítor Meireles de Lima nasceu em 18 de agosto de 1832, na antiga Desterro, hoje Florianópolis, na rua que atualmente tem o seu nome e na casa ainda hoje existente, tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Filho de Antônio Meireles de Lima e de Maria da Conceição Prazeres, cedo revelou talento para a pintura, havendo, ainda, muito jovem, tomado as primeiras aulas de desenho com Marciano Moreno, pintor e engenheiro argentino radicado na então Desterro.

Aos 15 anos, com a ajuda do conselheiro Joaquim Francisco Coelho, Vítor Meireles se matricula na Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro, onde iniciou os seus estudos de pintura com o mestre José Correia de Lima, ex-aluno de Jean-Baptiste Debret.

Em 1848, Vítor Meireles, com 16 anos, pinta uma vista panorâmica do centro da capital catarinense, que se encontra na "Casa de Vítor Meireles", em Florianópolis. Em 1852, com a tela *São João no Cárcere*, ganha o prêmio de viagem à Europa, fazendo estudos em Roma e, posteriormente, em Florença e Paris. Data dessa permanência na Europa, a sua obra mais conhecida: *A Primeira Missa no Brasil*, aceita no Salão de Paris de 1861.

De volta ao Brasil (1861) é nomeado professor honorário da Academia Imperial de Belas Artes, passando em 1862 a professor catedrático de pintura histórica, cargo que exerceu até 1890. Vítor Meireles lecionou pintura em várias escolas do Rio de Janeiro, tendo tido como alunos Henrique Bernardelli, Rodolfo Amoedo, Parreiras e Eliseu Visconti.

Por encomenda do Ministério da Marinha executou *Combate Naval do Riachuelo* e *Passagem de Humaitá*. Dedicou-se também ao retrato e um deles é o de D. Pedro II, de 1877, existente no Museu Imperial de Petrópolis.

Considerado um mestre da pintura, a sua produção é vasta e se encontra espalhada por museus e galerias de arte. Em Santa Catarina, há uma tela de Vítor Meireles na Matriz de Santo Antônio dos Anjos, em Laguna, e na "Casa de Vítor Meireles", em Florianópolis, estão expostos vários estudos do mestre, além de uma vista da capital. A tela *Primeira Missa* que existe no Palácio do Governo, em Florianópolis, é uma réplica do quadro original, executada pelo seu discípulo, Sebastião Vieira Fernandes.

Vítor Meireles morreu no Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1903.

SPHAN/prόMemória ABRE ESCRITÓRIO EM PETRÓPOLIS PARA APOIAR PROJETOS DA COMUNIDADE

A SPHAN/prόMemória abriu um escritório de representação em Petrópolis, com o objetivo de facilitar a pesquisa e projetos junto à Prefeitura Municipal, em relação às áreas tombadas na cidade. O escritório, aos cuidados do arquiteto Eurico Calvente, está instalado no Museu Imperial e faz, no momento, o cadastramento de todos os imóveis tombados em Petrópolis, com levantamento de suas histórias.

Recentemente, o arquiteto Calvente enviou à Prefeitura uma proposta de uso de zonas de preservação visando a esclarecer os proprietários de imóveis tombados sobre as espécies de usos permitidos, bem como os donos de imóveis não tombados, mas localizados na área de entorno.

Da proposta encaminhada à Prefeitura, constam quatro áreas, incluídas as do entorno: 1) Rua do Encanto, essencialmente residencial e por isso mais restritiva; 2) Monsenhor Bacelar, Koeler e Ipiranga, tombamento do conjunto; 3) Montecaseros, Piabinha, Padre Siqueira e Alfredo Pacha; 4) Sete de Setembro, Tiradentes, Raul de Leoni, São Pedro de Alcântara, Praça Rui Barbosa e Barão de Amazonas, menos restritiva, pois já existe incidência de atividade comercial. Futuramente, de acordo com estudos da SPHAN/prόMemória e da Prefeitura Municipal, outras áreas serão levantadas.

Segundo Eurico Calvente, a proposta da SPHAN/prόMemória traz vantagens para o proprietário e complementa a lei de uso do solo, além de beneficiar as áreas tombadas, com a preservação do imóvel, que pode ser melhor utilizado, como no caso da Praça D. Pedro, onde a Caixa Econômica Federal adaptou um prédio para a instalação de uma de suas agências.

próMemória ASSINA CONVÊNIO PARA OBRAS NA SÉ DE OLINDA

A Fundação Nacional próMemória e a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE firmaram, no dia 27 de agosto passado, convênio visando à alocação de recursos financeiros para a 2ª etapa do projeto de restauração da Sé do Salvador (Sé de Olinda). O convênio, que conta com a interveniência da Secretaria da Cultura do MEC, foi assinado pelo Presidente da Fundação Nacional próMemória e Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, e pelo Diretor-Presidente da FUNDARPE, Gilberto Marques Paulo. A 2ª fase das obras em benefício da Sé de Olinda está orçada em Cr$ 29.240.417,00. A próMemória participará com a importância máxima de Cr$ 14.620.208,50, equivalente a 50% do valor global do projeto. Do total dos recursos previstos, a importância de Cr$ 300.000,00 será destinada à edição de publicação sobre o monumento restaurado, de acordo com a orientação e aprovação final da próMemória. A editoração ficará a cargo da FUNDARPE, que dispõe do material gráfico e fotográfico sobre a Sé de Olinda.

Depois de restaurado, a manutenção do templo ficará a cargo da Diocese de Olinda e Recife, que, através de D. José Lamartine, Bispo Auxiliar, assinou um termo de compromisso no sentido de zelar e manter o imóvel em perfeito estado de conservação pelo prazo mínimo de 10 anos. A Sé, propriedade da Diocese, continuará a ser utilizada para fins religiosos.



Fotos: Fernando Bizerra

A Sé do Salvador (Sé de Olinda), importante monumento daquela cidade pernambucana, está sendo restaurada pela Fundação Nacional próMemória e FUNDARPE.

MUSEU VAI REALIZAR CONCURSO DEDICADO À OBRA DE VILLA-LOBOS

O Museu Villa-Lobos, órgão da Fundação Nacional próMemória, vai realizar, de 16 a 27 de novembro próximo, no Rio de Janeiro, o II Concurso Internacional de Violoncelo, dedicado à obra de Villa-Lobos e de outros compositores brasileiros. O concurso integra o Festival Villa-Lobos 1982 e vai distribuir aos vencedores prêmios no valor de Cr$ 1.450.000,00, além de medalhas e diplomas.

O certame será realizado na Sala Cecília Meireles e Teatro Municipal, cedidos pela Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro - FUNDARJ. Cada país poderá se representar por mais de um concorrente, não havendo limite de idade. De acordo com o regulamento, não será permitida a execução de arranjos e adaptações, ficando o Museu comprometido a fornecer as partituras que não se encontrarem no comércio.

O concurso será dividido em três fases: eliminatória (obra de Villa-Lobos: 2ª sonata para violoncelo e piano), semifinal (obras de Villa-Lobos - 15 minutos de duração, outros compositores brasileiros - 15 minutos de duração) e final (obra de Villa-Lobos: concerto nº 2 - violoncelo e orquestra). As provas serão gravadas ao vivo pelo Museu, com vista à confecção de um disco.

Todos os concorrentes participarão do concerto de encerramento do Festival Villa-Lobos. Os violoncelistas, membros do juri, se associarão, se desejarem, à execução das obras de Villa-Lobos para orquestra de violoncelos no concerto de encerramento.

CARTAS

EDIÇÃO ESGOTADA

"Através de contatos com dependência da SPHAN no Rio de Janeiro (MEC), acabei de receber de V. Sas., os números de 0 a 17 do Informativo SPHAN/próMemória (...). Infelizmente, não sei qual a razão, faltou o nº 3, que, através desta, solicito a V. Sa. Com base no mesmo contato, solicitei que meu nome fosse incluído como recebedor habitual desta publicação, fato que, agora, formalmente, tomo a liberdade de reafirmar (...), parabenizo e louvo a SPHAN e a Fundação próMemória, não só pelo excelente informativo, como por todo o esforço e trabalho que vêm desenvolvendo em prol da Cultura no Brasil" – Roberto Guião de Souza Lima – Volta Redonda – RJ.

NR – O boletim nº 3 não foi incluído na coleção que o senhor recebeu, pois, no momento, encontra-se esgotado. Sua reedição está sendo providenciada. O seu nome já foi incluído na lista dos leitores que recebem o boletim regularmente.

Este encarte integra o boletim SPHAN/próMemória 18

SPHAN
*pró*Memória



Fernando Bizerra

1

"**Relembrando** Aloísio Magalhães, o contorno que fica mais nítido na sua imagem é a total dedicação ao interesse público. Nada senão sua disponibilidade poderia explicar a paciência com que ele se entregou à montagem institucional de seus projetos. Que guerrilhas administrativas, quantas excursões delicadíssimas a chefes de gabinete solenes, vencendo resistências impermeáveis a qualquer argumentação (menos à de Aloísio), quanto respeito e tato para erguer os andaimes financeiros de sustentação de seus projetos. Não havia porta ou burocrata que resistisse a seus encantos, à honestidade e à persistência gentil com que apresentava suas reivindicações. Uma vocação irresistível para a causa pública, além dos interesses pessoais ou de classe, raríssima na política brasileira onde o auto-benefício e os cálculos mesquinhos são de bom tom. Essa dedicação era solidamente fundamentada num compromisso fundamental com a sociedade brasileira. Apesar de ser um homem cosmopolita, sofisticado, o anti-caipira, era fascinado pelos assuntos e pelo fazer da gente brasileira. Uma consciência nacional acima das facções políticas ou ideológicas. Num momento que pretende ser de transição, era o homem público ideal, porque aberto ao diálogo, ao debate, receptivo à contestação, à crítica. Acreditando sempre nas vantagens da conversa, do entendimento. Fez bem em não esperar que um outro regime pudesse acolher mais entusiasticamente, quem sabe, seus planos renovadores. Quase premonitoriamente, aproveitou muito bem seu tempo.

Mas antes que mais palavras possam transformar Aloísio em monumento, o que ele acharia detestável, o que fará falta mesmo será o amigo dedicado. Era a mesma disponibilidade desinteressada, tão pouco encontrada nos políticos e nos homens públicos que não sabem nunca pousar no convívio. Nesses tempos de grande voracidade na área intelectual o ritmo de Aloísio era um bálsamo. As alturas do poder quase nada sacrificaram a graça que ele sabia conferir aos encontros com seus amigos. E nos dele retirar".

(Paulo Sérgio Pinheiro, professor de Ciência Política da UNICAMP).

"(...) **Figura** humana singular, o Aloísio. Era homem generoso por excelência. Sorriso aberto, nos olhos e no bigode, resplandecia no entusiasmo de suas idéias e ideais. Espírito criativo e inquieto, dava gosto ouví-lo desfiar, por horas seguidas e de um só fôlego, item por item da sedutora e complexa pauta de cada uma das reuniões do Conselho de Curadores da Fundação. Fico imaginando as dificuldades que deve ter tido para exercitar seu ânimo inovador, a sua visão prospectiva, no emaranhado de burocracia que costuma tolher a ação do administrador público (...)".

(Antônio Augusto dos Reis Veloso, diretor do Banco Central e Conselheiro da FNPM).

"**Curioso**. Eu me lembro do Dr. Aloísio não com espírito de tristeza, mas com a imagem de alguém falando em alegria. Foi no Festival de Inverno do ano passado, aqui em Diamantina. Com aquela presença insinuante, aquela voz sonora, as frases claras e as palavras bem pronunciadas, o Dr. Aloísio nos transmitiu a todos uma mensagem de otimismo, uma saudável mensagem de cumprimentos, quando durante todo o tempo, a alegria foi o tema central da sua saudação: o viver alegre da cidade, o espírito jovial dos moradores, a alegria transparente em cada diamantinense, transmudada até em casas cuidadas e pintadas ou em cantos, sorrisos, música e na satisfação de ser hospitaleiro (...)".

(Leandro Gomes da Costa, comerciante e professor de literatura).

Contei-lhe (a Lúcio Costa, seis meses depois de de estar à frente da SPHAN, ainda IPHAN), o meu dia-a-dia no Instituto e ele comentou: 'Quer dizer que além de tudo você está se divertindo muito?' Pois é, aprendi a encarar taticamente os obstáculos desse tipo de encargo. Senão, como superar a ansiedade das salas de espera, a dúvida do vou ou não vou conseguir, a sensação de nos sentirmos uns chatos de tanta insistência na luta sem trégua para obter recursos? Tendo-se tática, um dia aparece a brecha para o diálogo com os que planejam e soltam dinheiro. Quando se trata do bem cultural, não há quem queira ser contra.

(Entrevista ao Jornal do Brasil, 05/01/81).

"(...) **Para** ele, o que valia era a idéia: se fosse boa, ótimo. Se não, parte-se para outra. Sobre sua trajetória de mudanças e imprevistos, dizia, quando o criticavam: "São as minhas contradições, doutor", naquela sua fala compassada e sotaque pernambucano que nunca perdeu. Penso que o trabalho iniciado por Aloísio já contaminou, nos diversos escalões, àqueles que nele confiaram e lhe deram a necessária contribuição e que, assim, dar-lhe-ão prosseguimento.

Ele acreditava nas criaturas".

(Mário de Lima Belfort, arquiteto).

"(...) **Contei-lhe** certa vez que me preocupava, por estar ele se desviando da sua virtude principal de pintor de quadros e ele me respondeu: "Não se preocupe, meu caro; o mais importante é que o artista participe amplamente da comunidade e não se limite às dimensões de um quadro". Neste momento percebi que ele fizera uma opção pelo social. Era preciso participar da construção da Nação que, segundo ele, estava precisando urgentemente de um artista plástico para dar beleza e estética ao meio ambiente (...)".

(Ageu Magalhães Filho, médico).

"**Ninguém** mais do que Aloísio Magalhães era tão espontâneo em desejar vida aos amigos e demais conviventes. A todos saudava: **Viva**! – renovando a mesma saudação a cada reencontro, sempre feliz em desejar felicidades aos outros. Assim foi na juventude, à porta do "Jornal do Commércio", ponto de partida para as noitadas boêmias entre o Recife e Olinda, com Félix de Athayde e Carlos Pena Filho, quando aos versos deste juntava a sensibilidade artística do tocador de violão e cantor das madrugadas que foi Aloísio (...)".

(Waldemir Miranda, presidente da Academia Pernambucana de Letras).

Essa contradição (história pessoal mais ligada à vanguarda do que à preservação do passado) é curiosa: um sujeito com a minha formação e postura sentir necessidade de um recuo para poder entender melhor a formulação projetiva. É como o estilingue, que usamos tanto quando crianças: quanto mais se estica a borracha para trás, mais longe vai a pedra. Aliás, uma peculiaridade dos países em desenvolvimento é a riqueza e a inevitabilidade de se lidar com situações contraditórias. Toda civilização estabilizada e feita entra inevitavelmente em declínio. Na medida em que uma cultura se homogenize, que perde as suas diversidades, isto é, que perde sua rica forma de dialética entre as coisas opostas, a partir daí, doutor, ela vai entrar em declínio. Talvez a nossa maior riqueza seja a nossa diversidade.

(Entrevista à revista ISTO É, 13/01/82).

"Seu trabalho, desde o CNRC, não buscava compensações pessoais pela vantagem de um cargo. Seu projeto e seu tempo transcendiam os vícios burocráticos. A memória e a cultura não lhe eram valores teóricos. Promovia-os como prática para se manter a identidade e se atingir a afirmação nacional. Desafiou as incertezas e só a morte o golpeou. Triste Brasil".

(Paulo Mello, cineasta).

"Aloísio Magalhães não gostava de terminar! Gostava de começar. O desafio do líder é ter coragem, determinação e competência para escapar do presente e antecipar o futuro possível. Aloísio foi assim com as artes plásticas que o levaram ao "design". Foi assim no CNRC que o levou ao IPHAN. Foi assim na próMemória que o levou à Secretaria da Cultura. Em todos estes momentos, Aloísio teve coragem, determinação e competência. Viva!

(Joaquim de Arruda Falcão Neto, pesquisador).

"Se fôssemos pinçar da extraordinária personalidade de Aloísio Magalhães seu traço essencial, diríamos que esse foi a sua incansável capacidade de ousar servida pelo sentimento permanente de insatisfação com a obra executada, que pretendia aperfeiçoar sem descanso (...). (...) a lição perene de Aloísio Magalhães não está no que disse – e ele o disse, várias vezes, de forma exemplar. Nem também no que fez – embora o fizesse com paixão e também exemplarmente. Mas pela forma como se identificou, dando-se, por inteiro, à grande obra que sua morte, mesquinhamente, deixou inacabada: a identificação da cultura essencial da Nação brasileira e a construção de um sistema que a proteja, emule e desenvolva (...)".

(Ary Guimarães, advogado, diretor da 5a. DR da SPHAN/pró-Memória).

"(...) Tudo invento, e jamais invencionice, de Aloísio Magalhães, aplicado a todo o seu fazimento: a pintura, os "cartemas", os desenhos impressos em cédulas e moedas, os logotipos. Nas artes e na administração, sem confundí-las, mas, em tantos casos, juntando-as no mesmo destino do êxito, o poder criativo marcava a sua forte e inquieta personalidade."

(Mauro Mota, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras).



Fernando Bizerra

Aloísio: "a opção pelo social".

Em todas as minhas ações há determinação. Às vezes fico preocupado para saber se esse objetivo teria lados mais negativos, como o poder, por exemplo. Dinheiro não é, está na cara, porque se eu estivesse fazendo "design" nessa altura dos acontecimentos... Quem sabe não há um sentido muito grande de construir, estar na frente tentando construir algum tipo de coisa. Por isso é que eu acho graça quando me chamam de passadista.

(Entrevista à revista ISTO É, 13/01/82).

"Poucas vezes o gênero criador de um homem logrou como Aloísio Magalhães, em tão pouco tempo, propor e abrir tantos caminhos e opções buscando o fortalecimento da identidade cultural de seu País, à abertura ao encontro e enriquecimento com outras culturas, à democratização de todos os bens culturais disponíveis e à promoção permanente da reflexão, da criatividade e da inovação como meios de chegar ao mais autêntico e elevado desenvolvimento e bem-estar do povo. Não somente através de suas orientações no desenvolvimento de pesquisas do mais alto valor científico e cultural, como por exemplo, a realizada sobre o "caju", como também através de suas palavras e de sua obra resultado de uma arte que o mostrou em toda sua grandeza de homem criador, Aloísio procurou sempre estimular e orientar todos aqueles que o rodearam (...). (...) Em todas suas intervenções no exterior Aloísio sempre foi reconhecido e admirado pela profundeza de suas propostas, o conhecimento da realidade cultural de seu País e, especialmente, por seu equilíbrio e simpatia. O mundo também perdeu um grande homem da cultura (...)".

(Gustavo López, ex-representante da UNESCO no Brasil).

"(...) Sua passagem pelo Ministério da Educação é pontuada por uma série de atos afirmativos, simbolicamente afirmativos, do desenho internacional que

ele projetava para nossa cultura: a conquista em leilão dos Autos da Inconfidência; o tombamento de Ouro Preto; sua escolha para o Bureau Internacional de Patrimônio Histórico, da UNESCO; o tombamento de Olinda; e se Veneza lhe tivesse permitido, teria ido até Cracóvia, logo em seguida, começar uma negociação em torno das aquarelas de Marcgraff, artista da época de Maurício de Nassau, com mais de 600 trabalhos inéditos sobre a flora e a fauna brasileira (...)".

(Corinto de Arruda Falcão, representante da Hotelaria no CNTur – Conselho Nacional de Turismo).

"(...) **Em** Londres, ao entrar num antiquário indagou sobre livros e gravuras do Brasil. Ao vislumbrar nas mãos da vendedora oito litografias de Luís Schlapprirz, datadas do Recife – 1863, o nosso Aloísio, à maneira dos comerciantes árabes de diamantes, colocou os óculos escuros de modo que o brilho dos seus olhos não denunciasse o interesse pela compra. Ao efetuar a compra, triunfante e já sem os óculos que lhe escondiam o brilho do olhar, afirmou, apontando para a gravura onde se lia "Vista da Cidade de Olinda (tomada do Pharol)" ... "sabe, eu resido aqui!" (...)".

(Leonardo Dantas Silva, jornalista e secretário de Cultura da Cidade do Recife).

Na verdade, nós, do terceiro mundo, reivindicamos uma conceituação de bem cultural muito mais abrangente, muito mais ampla. Nós podemos inserir no conceito de bem cultural toda uma gama importantíssima de comportamentos, de fazeres, de formas de percepção de uma realidade que na verdade não está cristalizada, da qual sequer há ainda uma representação clara, mas que justamente pela sua fragilidade, pela sua vitalidade, pela sua importância como indicadores de uma formulação de identidade cultural, são bens que precisam ser preservados.

(Saudação aos participantes do V Curso Interamericano sobre Administração Cultural).

"(...) **gostaria** de destacar uma obra tão relevante quanto as outras, e que com o passar do tempo ganhará ainda maior amplitude. Trata-se da integração das comunidades no projeto cultural da Secretaria através da participação dos órgãos locais, públicos e privados, e sobretudo da população. Esse trabalho, descentralizando o planejamento e a execução e permitindo um fluxo incessante de alimentação, dará ao projeto – necessariamente renovável – dimensões verdadeiramente nacionais. Como Aloísio dizia, o fenômeno cultural é espontâneo, não pode ser manipulado, nem direcionado através de normas exaradas à distância, na segregação dos gabinetes".

(Ana Maria Miranda, artista plástica e poetisa).

"(...) **Aloísio** sabia que nenhum país pode ser grande sem valorizar as suas expressões culturais, as raízes e as fontes de sabedoria do seu povo (...)".

(Fernando de M. Freyre, presidente da Fundação Joaquim Nabuco).

Quando eu assumi o Patrimônio lembro-me de ter visto uma capela sendo restaurada numa pequena comunidade do interior do Nordeste, e havia uma placa dizendo o custo da obra: cinco milhões de cruzeiros. Eu fiquei perplexo com a relação entre o valor daquela restauração e a situação da comunidade, o nível de vida das pessoas que viviam em torno daquela capela. Quer dizer, não encontrei uma lógica entre a necessidade de sobrevivência da comunidade e o custo de cinco milhões de cruzeiros da restauração; algo me parecia errado nesta dicotomia. Ora, isto veio ao encontro das idéias que já defendíamos e trabalhávamos no tempo do CNRC, que é justamente entender o homem dentro do contexto, o que ele faz, como vive, como sente, como se ajusta ou se adapta, como enriquece ou empobrece, em função do contexto. O que se tornou óbvio é que era preciso sair da faixa em que predomina o restauro do bem imóvel no seu esplendor, quando a comunidade já não tem condições sequer de sobrevivência e, portanto, como poderia entender esse esplendor? Cabe também perguntar por que essa comunidade perdeu as condições de vida econômica e social que levaram-na à construção de um monumento esplendoroso? E até que ponto se poderia, através de um trabalho com a comunidade, retomar certos filões ou certas linhas de conduta que, naturalmente, não levariam por si só a um novo florescimento econômico, mas pelo menos a um melhor equacionamento da relação entre indivíduo e comunidade, seu bem-estar, sua economia e seu trabalho que permanece e pode chegar ao nível de um bem patrimonial? Isso nos leva também a pensar que bem patrimonial não são apenas aqueles bens sólidos e pertencentes ao passado, mas são os fazeres cotidianos.

(Entrevista à revista Interior, do Ministério do Interior, outubro/1980).

"(...) **Em** todo o País, o seu trabalho de remanejamento, paciente e cuidadoso, executado nos meios culturais de todos os tipos, foi verdadeiramente pioneiro. Foi ele quem conseguiu estabelecer as bases de uma integração, que agora se esboça, entre a cultura urbana cosmopolita e a cultura urbana do interior do País (...)".

(Maurílio Torres, diretor-executivo da Fundação de Arte de Ouro Preto e editor-chefe do "Jornal de Ouro Preto").

"(...) **Duas** de suas qualidades em especial me encantavam: a atenção que ele sabia dar às coisas pequenas e humildes, para as quais, em regra, nem olharíamos, mas que ele ajudava a redescobrir e a valorizar – a luta do artista do barro, por exemplo, o reaproveitamento da borracha dos pneus.
E, por outro lado, sua decisão de participar do poder para tentar melhorar o governo, por dentro. A decisão de contribuir decisivamente para revitalizar culturalmente a Nação, sem esperar a solução de nossas dificuldades institucionais. Ele não queria deixar de agir, e muito, e logo, pela Pátria comum. Como se tivesse muita pressa."

(José Luiz Delgado, advogado).



Venício Debiasi

Orleans (SC): Com a mulher Solange, inaugurando o Museu ao Ar Livre.

Eu sempre falo nas duas vertentes que orientam o bem cultural. Na vertente do patrimônio, teríamos um disco de grande diâmetro e rotação lenta. Na vertente da produção, distribuição e consumo de cultura, teríamos um disco de diâmetro menor e rotação mais acelerada, que pudesse captar os acontecimentos com rapidez suficiente. Uma imagem bem melhor é a de um disco único, que teria no centro uma rotatividade maior em função do próprio diâmetro. À medida que a rotação se aproxima da periferia, ela diminui: as coisas se cristalizam, se ajustam, se acomodam. Como no movimento da batéia de um garimpo, seria possível chegar ao diamante, ao permanente. O resto se gastaria com o tempo. E nós estamos tentando fazer com que o sistema cultural obedeça, operacionalmente, a este princípio.

(Entrevista ao Jornal do Brasil, 26/03/81).

"**Ao** contrário de muitos políticos ou mesmo de intelectuais que tentaram no nosso País, de forma infrutífera, abordar imagens culturais, Aloísio sempre manteve os olhos bem abertos, sabendo muitíssimo bem como atirar e acertar no alvo. Não havia no seu pensamento, sempre amplo, nada de limitado, confuso ou estéril, daí porque pela primeira vez vimos surgir no cenário brasileiro a possibilidade do estabelecimento de uma verdadeira política cultural".

(Francisco Brennand, pintor).

"**Aloísio** Magalhães teve essa capacidade rara no trabalhador intelectual, de olhar o fenômeno cultural no nível em que ele ocorre, sem contudo perder a perspectiva do conjunto. Interessava-lhe tanto o que ele chamava de "desenho (ou desígnio) da cultura brasileira" quanto o destino imediato de uma fábrica de vinho de caju na Paraíba. Para saber produzir entre os ameaçados extremos do geral e do particular, ou para fazer fluir a cultura entre estas nascentes, tornou-se um hábil e até sacrificado negociador – um político. Sabia, e foi este o seu legado e a nossa sorte, que a consciência e o fazer cultural do nosso País não poderia se afirmar no espaço de um Governo ou através do Governo. Teve paciência e sentido de duração e por isso sua morte não interromperá o percurso traçado pelo seu trabalho".

(João Câmara, artista plástico).

"(...) **O** reformador se distingue na originalidade de suas idéias. Aloísio Magalhães foi original no pensar e no fazer. Ao buscar os parâmetros da identidade cultural brasileira de modo a que os brasileiros se reconhecessem a si mesmos, na especificidade dos seus valores. Assim foi com o Centro Nacional de Referência Cultural. Ao propor o conceito de devolução do bem cultural, que se manifesta na qualidade do patrimônio histórico cultural de configurar ambiente e clima de usufruto social. Assim foi com a Fundação próMemória. Ao adotar a visão da cultura inserida no processo histórico, não só pela diversidade dos elementos que a constituem, mas sobretudo pela sua continuidade (...)".

(Luiz Otávio de Melo Cavalcanti, planejador urbano).

"(...) **Guardo** a melhor recordação do chefe e mais do que chefe, amigo, que se desvelou em realizar obra durável, na valorização dos bens culturais, objeto de sua estima. Neste particular foi na verdade pioneiro cuidando, sem economia de esforços, de proteger as características essenciais de tantas manifestações de nosso povo. Talento que se revelou em diversas formas de atividade teve, na vida, infelizmente, uma rápida trajetória, mas, na verdade uma trajetória rica de realizações, mais impressionante ainda, pelo modo por que as concebeu e as executou (...)".

(Ayrton de Almeida Carvalho, engenheiro, diretor da 4a. DR da SPHAN/próMemória).

"**Aloísio** Magalhães marcou profundamente a vida cultural brasileira e sua contribuição me parece ter sido uma conseqüência de seus sonhos de artista. Há artistas cujos sonhos ficam nas esferas às vezes nebulosas do inalcançável e irrealizável. Os sonhos do Aloísio, vindos de sua capacidade criadora, eram a cada dia mais objetivos, concretos, organizados; como intelectual e artista responsável, ele desenhava no ar instantaneamente a organização primorosa que sonhou dar e deu à complexa e arredia estrutura do MEC. Numa de nossas últimas conversas no seu gabinete da FUNARTE, ele desenhou rapidamente em traços incisivos, a estrutura clara, luminosa, dos novos princípios básicos das novas estruturas do MEC e deixava-se entusiasmar mais uma vez e sempre.

Pergunto-me, quantas vezes não teria ele traçado aqueles gráficos essenciais e ei-lo ali, mais uma vez entusiasmado como só um artista poderia estar ante a realização de sua obra. Entendi-o então e entendi que nele, no Aloísio artista, o sonhador misturava-se ao homem de ação e ao equacionador cultural, eram a mesma pessoa (...)".

(Marlos Nobre, maestro, compositor).

Então é que surge a idéia da Fundação próMemória, como um canal único. O que eu digo, hoje, é que a Fundação próMemória é uma caixa de competência. Não vai ter cargos, não vai ter chefes de seção. Não vai ter uma hierarquia no sentido de cargos, não terá chefe de gabinete. O que nós esta-

mos tentando fazer é uma caixa de competência: um quadro onde o indivíduo entra. E o vai percorrendo horizontalmente, à proporção que o seu desempenho é bom. Então, ele vai ganhando mais dinheiro e responsabilidade, passando de um patamar a outro, mais alto, até chegar ao final de uma carreira onde tem, vamos dizer, uma plenitude de controle, de conhecimento. Não tem nome. Pode ser arquiteto, economista, sociólogo, antropólogo, mas se chama CT — é do Corpo Técnico. Pode ser CT 1, nível 1, ou 2, etc. Estou querendo dar uma visão de que o programa é interdisciplinar, o que significa que o trabalho é em várias áreas do saber, combinadas, e que não é possível distinguir, na hierarquia, a postura do arquiteto da do sociólogo, a do economista da do simples artesão. Então a próMemória alimentará o sistema e a existência da Secretaria se resume a isso: é o órgão normativo.
(Palestra na Casa Romário Martins, Curitiba-PR, 1980).

"**Antes** de conhecer Aloísio, fiquei conhecendo coisas que ele fazia — pinturas que me encantaram, livros que são um primor de arte gráfica. Isso vem dos anos 50, do tempo do Gráfico Amador, esse admirável grupo do Recife, inspirado ou orientado por João Cabral de Melo Neto, como gráfico, não como poeta, e de que faziam parte com Aloísio, entre outros, Gastão de Holanda, José Laurênio de Melo, Carlos Penna Filho, Orlando da Costa Ferreira, Ariano Suassuna e Sebastião Uchoa Leite. Amigos daqui e do Recife me falavam, dele, elogiando-lhe o talento, a criatividade, a simpatia, o contato humano.

Não saberia dizer quando nos encontramos pela primeira vez, mas foi há bastante tempo, e a sensação que tenho, apesar de nossos encontros terem sido espaçados, é de uma amizade muito antiga, sempre descobrindo novas afinidades, interesses comuns. As conversas fluíam espontâneas, as idéias, os projetos de trabalho surgiam aos borbotões, num crescendo que não demorava a atingir a estratosfera. Mas o curioso é que tinham base concreta, tanto que muitas dessas idéias, que pareciam fantasia utópica, se transformaram em realidade. Sabia sonhar. Seu projeto favorito, de preservar a memória nacional, criou raízes, e Aloísio conseguiu estruturá-lo de tal forma que vai, estou certo, prosseguir na sua ausência, como pode prosseguir na sua ausência todo o programa cultural que elaborou. Falo de ausência, e não de desaparecimento, pois sinto sua figura presente, a servir de orientação e estímulo (...)".

(José Mindlin, empresário, Conselheiro da FNPM).

(Estou sendo) muito utópico, e isso não me ofende. Nada que tenha um significado mais profundo deixa de ter certo aspecto utópico. Ele estimula a perseguição. É próprio do utópico você não atingí-lo, mas, se não for em busca dele, se você não quiser sair do convencional, aí então o marasmo será inevitável.

(Entrevista à revista ISTO É, 13/01/82).

"**Aloísio** sempre soube criar os meios e organizar os processos para a produção cultural. Sempre bem. Sempre procurou ver o simples nas questões complexas. Decerto por saber que os largos objetivos sempre acolheram resultados marginais, o que tornava falsamente difíceis esses processos resolutivos complexos. Agia com simplicidade por compreender que os processos simples sempre levam os resultados ao centro da sinceridade. Revolvendo a memória lembro um problema (complexo) permanentemente tratado por Aloísio: tornar memorável o instantâneo, tornar singular o plural.

Os Volantes do Gráfico Amador são um exemplo. Volante: bilhete impresso; texto editado para circular de mão em mão; papel ocasional, forte todavia para memorizar o instante e o seu interesse. A tiragem desses Volantes, diante do porte das edições do Gráfico Amador, era alta: 250/300 exemplares. No entanto, cada exemplar era uma peça original. De constante, apenas o texto poético. De variável, o grafismo do suporte — retraços de papel, restos de provas, experiências e ensaios fotolitográficos da Falcon Press (Filadélfia).

O Volante 1, editado em 1957, registrava o poema de Vinícius de Moraes — Receita de Mulher. Distribuído durante a festa do segundo aniversário do Atelier 415, foi o "leit-motiv" daquela noite.

O Volante 3, foi preparado para a exposição de Aloísio Magalhães realizada em setembro de 1958, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Ainda sobre fotolitografias que desígnios determinaram o registro, por Aloísio, em 1958, desses inquietantes versos de José Laurênio de Melo, em poema tão antecipa (dor):

"Era mesmo preciso?
Era preciso que o tempo, com seu martelo me
esfarelasse os ossos, me pulverizasse os sentidos?
Era preciso que o mundo montasse nos meus ombros
e eu não pudesse erguer um canto testemunhal,
uma lápide, uma inscrição?"

Ver o simples e fazer com o menos sempre o mais foram os segredos que Aloísio procurou repartir com todos nós".

(Moisés Andrade, arquiteto).

Na época do Portella, eu simplesmente não entrei (na estrutura burocrática do MEC). Se eu entrasse, não conseguiria fazer o que precisava ser feito. Fiz a Fundação Nacional próMemória. O ministro Delfim não queria, o ministro Golbery não queria, ninguém queria. Não se criariam mais fundações no Brasil. Era preciso que o Congresso estudasse o assunto e, se ele desse licença etc, etc. Tudo foi feito entre Portella e eu, dialogando, sem nunca dar entrada num papel no MEC.

(Entrevista à revista ISTO É, 13/01/82).

(...) **Para** as pessoas ligadas à cultura, Aloísio representou o incentivador da cultura e sempre foi confundido como Ministro da Cultura do Brasil, Ministério que se esperava, fosse criado a qualquer

momento. Ao representar o MEC, em reunião dos Ministros de Cultura de diversos países, em Veneza, demonstrou sua capacidade e foi honrado com a presidência da sessão inaugural deste grande encontro de cooperação cultural. Era, na prática um verdadeiro Ministro da Cultura (...)".

(Alcides Freire, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Diamantina-MG).

"**A grande** marca deixada por Aloísio, na sua passagem pela SPHAN, vincula-se principalmente com a sua formação como homem de comunicação. A expressão Patrimônio Histórico se libertou da intelectualidade erudita, para ser expressão aceita por toda a comunidade brasileira. A SPHAN torna-se conhecida e reconhecida, pois procura falar uma linguagem compreensível para todos. Isto era reflexo da própria personalidade de Aloísio Magalhães, pois o mesmo estava sempre disposto a ouvir a todos.
Os instrumentos de comunicação interno e externo criados na SPHAN, sob sua direção, são muito simples, sem sofisticação, falam uma linguagem direta e a grande maioria está, na maneira de suas confecções, impregnada do jeitinho brasileiro do fazer. Esta era também uma marca muito sua, do homem de comunicação visual e do desenho industrial, que, uma vez nos disse ser talvez essa versatilidade brasileira o verdadeiro caminho do nosso desenho".

(Hélvio Polito, arquiteto).

"(...) **Uma** das características da dinâmica atuação de Aloísio Magalhães à frente da SPHAN/próMemória foi acercar-se de uma equipe de jovens, dinâmicos e competentes colaboradores que somada à experiência dos membros mais antigos da instituição, desenvolveram trabalhos da mais alta categoria. A título de exemplo podemos citar a produção de inúmeros seminários em várias cidades do País, com o objetivo de respaldar as ações da SPHAN/próMemória nas mais justas e autênticas aspirações da comunidade (...)".

(Fernando Luís da Fonseca, Guivaldo d'Alexandria Baptista e Maria Helena Ochi Flexor, professores do Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia, da Faculdade de Arquitetura da UFBa).



Fernando Bizerra

Cachoeira (BA): instalando o Seminário sobre Preservação.

Eu me sinto muito à vontade para falar na criação desse Ministério da Cultura, porque não é de hoje que tenho analisado o problema e que tenho me manifestado contra. Não quero dizer que seja uma coisa impossível, ao contrário, da Nação, porque à medida que o País se desenvolve os sistemas se tornam mais complexos, e a tendência aí é fracionar, atribuir maior especificidade às áreas de atendimento.
Num país de grande desenvolvimento cultural, de sedimentação étnica, de sedimentação de valores, com um perfil nítido em todas as áreas, pode-se, muito bem, permitir certas divisões. É como uma célula, que se prepara para a divisão. Quando está madura, ela gera um novo componente que, às características anteriores, acrescentará outras novas, definindo a sua própria personalidade. Antes do tempo, a coisa começa a se fragmentar. Entretanto, veja bem, a complexidade dos problemas, a complexidade dos fenômenos e o tamanho do País nos levam a encarar os fatos: pode vir a ser necessário. E aí, nós devemos estar preparados.

(Entrevista ao Jornal do Brasil, 26/03/81).

"(...) **A promoção** de seminários junto às comunidades; a edição do extraordinário boletim "SPHAN", dos Informes, Cadernos Técnicos, Cadernos de Recortes e a editoração de livros foram os meios mais adequados de que ele se utilizou para afinar as ações preservacionistas com os recursos humanos disponíveis e com os interesses das comunidades às quais se dirigem. Conseguira, com isto, ultrapassar todas as expectativas de divulgação do patrimônio cultural brasileiro (...).
(...) Preocupado também com os "retalhos" da cultura brasileira espalhados fora do país, arrematou, em leilão, na Inglaterra, com inusitado gosto de característica determinação, os "Autos da Devassa", da Conjuração Mineira (...)".

(J. N. B. de Curtis, arquiteto, diretor da 10a. DR da SPHAN/próMemória).

Quando hoje se olha nos jornais do país inteiro, quando se ouvem os rádios e vêem as televisões, é supreendente a quantidade de informações sobre patrimônio. Mesmo, e sobretudo, quando são denúncias, quando se reclama que o Governo não atendeu, que o Patrimônio ainda não resolveu, que a igreja vai cair. São sinais da vitalidade da comunidade brasileira, publicando os seus desejos, seu empenho para que esse patrimônio seja conservado, seja mantido. São, portanto, através de uma aparente negação, de uma crítica, sinais de uma absoluta vitalidade, sinais positivos na direção de sensibilizarmos a área.

(Palestra de abertura do Seminário sobre Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural e Natural da Cidade de Cachoeira).

"(...) **E até** então ninguém estava preocupado com a memória nacional e veio o Patrimônio Histórico e o novo conceito de ver o patrimônio nacional, até então preocupado exclusivamente com a

preservação do nosso século XVIII. E o Patrimônio descobre o pouco que resta do nosso século XIX, a paisagem é vista como um bem cultural e não só isso, nosso artesanato e até o nosso versátil caju. Veio a Secretaria da Cultura do MEC e uma nova visão da cultura brasileira no seu todo, rever posições, arrumar a Casa da Cultura (...)".

(Haroldo Barroso).

"(...) **E lembro** particularmente quando, em São Luís do Maranhão, num bairro pobre onde as casas eram revestidas de azulejos modernos muito mal-vistos pelos intelectuais presentes, Aloísio me segurou o braço e disse: – 'Por mim, tudo isso deveria ser preservado'. São presenças como essas que permitem os grandes saltos de uma política de patrimônio de alcance efetivamente nacional".

(Ítalo Campofiorito, arquiteto, diretor do INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro).

"(...) **Durante** a visita às obras que a Fundação estava realizando em Cachoeira, na Bahia, pude conversar mais demoradamente com Aloísio, principalmente quanto à destinação que poderia ser dada à Casa da Família Lacerda (na Lapa, no Paraná). Ponderado, sugeriu-me que auscultasse a comunidade, declarando-me que a Fundação próMemória faria aquilo que a cidade decidisse (...)".

(Sérgio Augusto Leoni, Prefeito Municipal da Lapa).

"(...) **A sensibilidade** do esteta aliava-se ao espírito público do administrador e a riqueza interior da alma do artista requintava as grandes obras, postas a serviço da coletividade. Esse traço singular do perfil de Aloísio Magalhães era sublinhado pela sua permanente preocupação em dar um destino utilitário e humano aos edifícios e monumentos, restaurados ou construídos. Os velhos solares deviam servir como escolas, nos casarões antigos funcionariam os abrigos, e os logradouros adaptados atenderiam à gente humilde da vizinhança (...)".

(Macedo Costa, Reitor da Universidade Federal da Bahia).

Eu sei que muita gente picha o IPHAN — instituição parada, críticas que tenho ouvido nesse Brasil todo — mas eu sempre digo que é preciso ter cuidado, porque as pessoas esquecem o que ele fez de bom. Esquecem que nós ainda temos igrejas maravilhosas, cidades fantásticas, conjuntos incríveis e que, se não fosse o IPHAN, não existiriam. Então, as pessoas reclamam pelo que não foi feito e esquecem do que foi feito, ignoram. Esquecem, por exemplo, de que na década de 30 se derrubou um dos maiores monumentos da Nação brasileira, a Catedral de Salvador, na Bahia, para a abertura de uma rua, apesar de uma pequena polêmica local. Inclusive, muitos intelectuais se diziam a favor da derrubada daquilo, era velho, etc. Era o que se fazia no Brasil e que, a partir da legislação, não mais foi feito, pelo menos a esse nível de horror.

(Palestra na Casa Romário Martins, Curitiba-PR, 1980).

"(...) **A** luta nos primeiros anos do Patrimônio foi quase que circunscrita aos monumentos, pois as dificuldades eram muitas e diminutas as verbas para enfrentá-las. Não se havia, ainda, formado uma consciência histórica e muito menos um conceito de arquitetura-documento. Era enorme a quantidade de exemplares da melhor qualidade que desapareciam anualmente, em todo o País, por ruína ou demolições arbitrárias. Somos testemunhas das lutas sem trégua a que Rodrigo Mello Franco dedicou metade de sua vida.
Assim, também, foi com Aloísio, consumido numa tarefa gigantesca destinada a completar a obra iniciada, isto é, estender as atividades do SPHAN a toda a área cultural. Desde as culturas pré-colombianas até as daqueles que, em levas alternadas, vieram povoar este País.
A primeira iniciativa, neste sentido, Aloísio ainda a impulsionou no Centro Nacional de Referência Cultural.
Em Orleans, no Estado de Santa Catarina, pessoas da comunidade resolveram contribuir de uma maneira concreta para a preservação viva de suas tradições. "Propunha-se, principalmente, a: 1) implantar um Museu ao Ar Livre numa região típica de colonização européia; 2) indexar e microfilmar cerca de oitenta mil documentos relativos à história da colonização da região e 3) estudar as técnicas empregadas pelos imigrantes do século passado e seus descendentes em suas unidades de produção, como contribuição ao programa de História da Tecnologia e da Ciência do Brasil..."
Estive em Orleans. Presenciei o trabalho alegre dos descendentes de antigos imigrantes restaurando e reconstruindo engenhos de madeira, recompondo peças que já se moviam com a água de um belo aqueduto, também em madeira como os dos seus queridos antepassados.
Era um povoado inteiro que recomeçava a viver.
Os jovens descobriam a origem das indústrias, que assim se tornavam menos misteriosas, mais próximas, mais atraentes.
Na distribuição de elementos construídos entre elevações e declives havia margem para opções estéticas e ritmos de linhas e sons determinados pela distribuição das águas.
Para lá seria transportada uma residência bem típica que fomos visitar. Era toda em madeira escurecida pelo tempo mas envolvida por jardineiras com flores de cores claras, luminosas.
O frio era intenso naquela região que havia sofrido, pouco tempo antes, uma terrível enchente, razão pela qual se escolheu um terreno em local bem alto, tendo a cavaleiro um açude que alimenta a maquinaria. Junto dele há um alpendre de onde se pode ver, apreciar e compreender a distribuição harmônica dos abrigos e oficinas. Belas formas geométricas, esculturas que se movem. Raízes que renascem".

(Alcides Rocha Miranda, arquiteto).

"**Todo** começo é involuntário. Deus é o agente – digo com Fernando Pessoa, buscando uma explicação para a minha descoberta de Aloísio Magalhães: nossa amizade à primeira vista; o amanhecer em meio aos brincantes do "Bumba-meu-boi", na Madre de Deus; e em Alcântara – ele extasiado; ou silencioso e perplexo, a

contemplar as monumentais ruínas do Sítio do Físico. Quatro vezes esteve em São Luís, enquanto eu era presidente da Fundação Cultural do Maranhão. "E ainda não fui uma só vez à Bahia" – confessava-me preocupado, sem perder contudo a encantadora naturalidade (...)"

(Bernardo Coelho de Almeida, ex-diretor da Fundação Maranhense de Cultura.

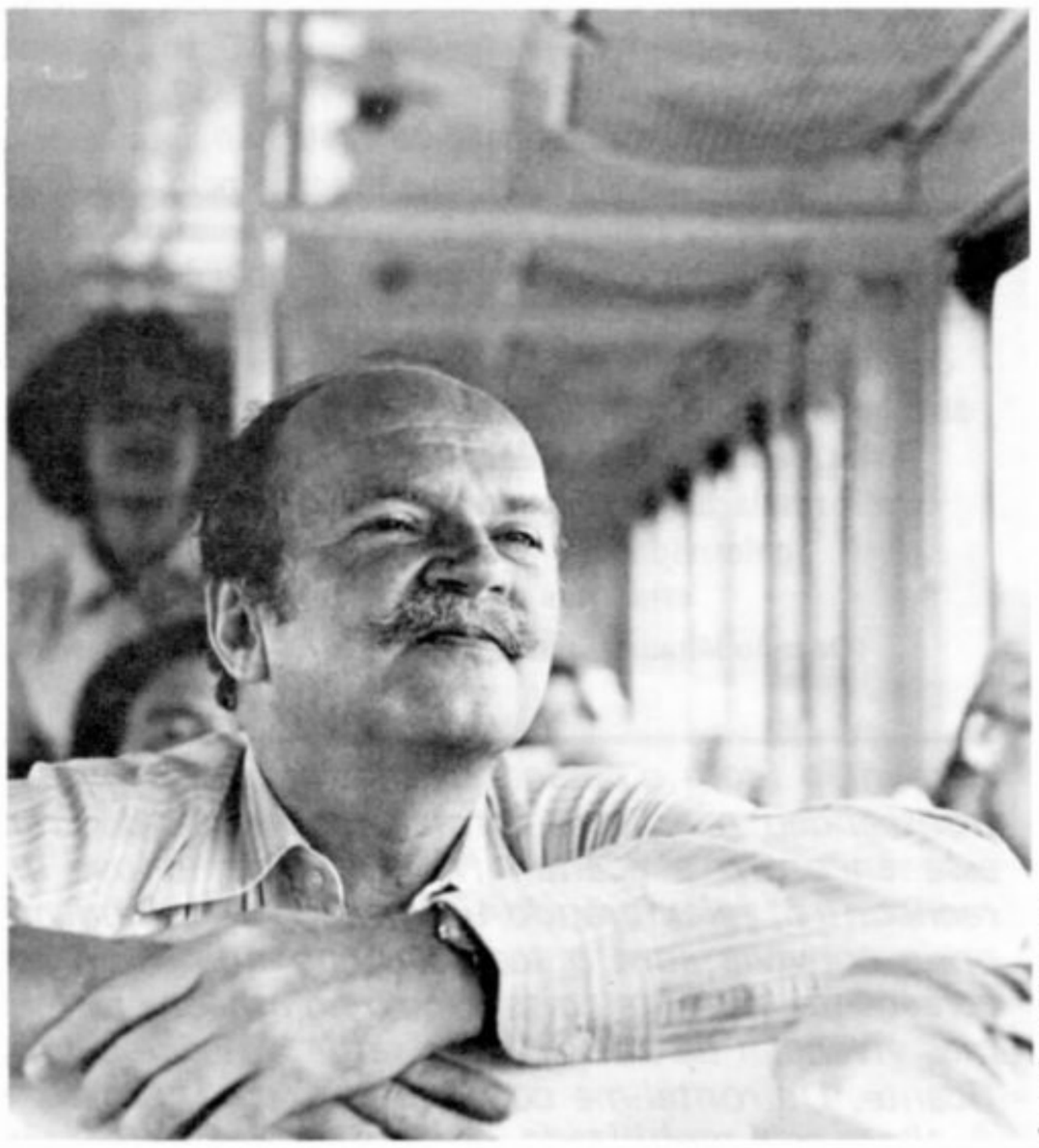
Em 1979, (poucas semanas depois de assumir o IPHAN) recebi um telex da Sociedade Brasileira de Proteção Ferroviária. Trazia um apelo dramático a respeito da licitação de um lote de máquinas e equipamentos pertencentes àquela velha ferrovia amazonense. Pedia para que o IPHAN interviesse, impedindo a venda marcada para a semana seguinte. Pensei imediatamente na importância de um tal complexo ferroviário dentro da dinâmica cultural do País. Fora através de sua implantação (ao longo da qual morreram quase 4 mil pessoas) que se dera um dos processos descentralizadores mais significativos entre nós, abrindo a floresta. Acendida a luzinha, perguntei à minha secretária o que se fazia antes, ali no então IPHAN, quando chegava um telex como aquele. Ela me informou que se mandava um ofício à autoridade competente. Ora, proceder assim no caso da Madeira-Mamoré era continuar usando o método de simplesmente se descartar do problema: a semana se passaria bem antes de vir a resposta. Aí, despertei para a necessidade de soluções mais imediatas. E deu certo.

A partir do passado daquela estrada de ferro fomo-nos aproximando do presente da região. Verificamos que o grande anseio da comunidade era no sentido de que ela voltasse a funcionar, corrigindo um ato tecnocrático e centralizador de desativação. Ao se aplicar o decreto de que todas as ferrovias com menos de 600 quilômetros são economicamente inviáveis, não se levou em conta a peculiaridade de que em muitos casos o fator econômico não é o predominante. E o fator básico na Madeira-Mamoré era o da integração social – portanto, cultural. Ela funcionava como um sistema vascular alimentando também culturalmente aquela área da região amazônica.

(Entrevista ao Jornal do Brasil, 05/01/81).

"**Recife**, 1958. Conheci Aloísio Magalhães por intermédio de um canário belga. O grupo amador que apresentaria, pela primeira vez, Morte e Vida Severina num dos Festivais de Teatros de Estudante organizados por Paschoal Carlos Magno, precisava exibir, em pessoa, para manter o realismo popular da cena dos presentes desse pastoril de João Cabral de Melo Neto, aquele canário "que canta corrido e de estalo", do qual nos fala o poeta. Esqueci o nome da rua. Mas ainda me lembro, tanto quanto a lembrança é um acréscimo da experiência, da casa do pintor e artista gráfico Aloísio Magalhães, com o seu varandão nos altos – havia um quintal, ao lado? – onde fui buscar a predestinada ave: chamava-se *Orestes,* presença nada trágica entre quadros e prensas manuais nas tertúlias do Gráfico Amador, e que por duas vezes conheceu as glórias do palco, numa vesperal nervosa do Derby e numa agitada sessão noturna do Teatro Santa Izabel, Aloísio participou dos preparativos do espetáculo, acompanhou-nos as andanças, já um dos nossos durante a temporada, pelo muito que juntos vagamos e divagamos. Além de *Orestes,* desencavou-nos Heraldo do Monte, excelente violonista, para tocar a melodia de Waldemar Henrique, que serviu de fundo ao recitativo do monólogo de Severino prestes a atirar-se na água "grossa e animal" do Capibaribe. A partir daí, a comum admiração a Mondrian, Carlos Drummond de Andrade, Henry Miller e Guimarães Rosa – depois estendida a Clarice Lispector – criou entre nós uma afinidade intelectual que se transformou em amizade (...)".

(Benedito Nunes, professor).



Arquivo SPHAN

Porto Velho (RO): reinaugurando a Madeira-Mamoré.

"(...) **Aloísio** iria dar aos artistas uma explicação sobre o porquê da decisão governamental, e tentar convencê-los das vantagens do Instituto Nacional de Artes Cênicas, em torno do qual o MEC havia fechado questão, sobre a Fundação pleiteada pela categoria. Nas condições em que se deu, o encontro não poderia deixar de ser uma dura prova para o solitário representante do Governo (...). (...) Seria inexato dizer que saímos do encontro convencidos de que o Instituto imaginado por Aloísio era melhor do que a Fundação reclamada pelos artistas; mas saímos pelo menos dispostos a *pagar para ver* – mesmo porque não havia outra alternativa. Hoje, o INACEN imaginado por Aloísio aqui está, transformado numa ainda incipiente realidade. É uma lástima que o destino não lhe tenha dado tempo suficiente para cuidar do seu desenvolvimento; e talvez para convencer-nos afinal, através de resultados tangíveis, de que a estrutura que naquela tarde ele sacou da sua cabeça e esquematizou

didaticamente para nós no quadro negro era mesmo a que mais convinha aos interesses das artes cênicas brasileiras".
(Yan Michalski, crítico de teatro do Jornal do Brasil).

Eu vivo dizendo para o Orlando Miranda (diretor do então SNT): Se você virar fundação sozinho, vai ter que se empetecar, vai ter que virar formal e aí não vai agüentar. Nós vamos encontrar a melhor maneira para que vocês possam gerir a vitalidade do instituto.
(Entrevista ao Jornal do Brasil, 26/03/81).

"(...) **Será**, talvez, menos conhecida a atuação de Aloísio Magalhães como homem de teatro, que, em épocas passadas não foi tão esporádica quanto se poderia pensar. E foi como homem do visual que se fez sentir, sobretudo, a sua atuação cênica. Os inícios dessa atuação remontam aos anos, entre 1947 e 1952, em que se desenvolveu a atividade do Teatro do Estudante de Pernambuco – TEP, grupo liderado pelo teatrólogo Hermilo Borba Filho, e que agrupava pessoas de teatro e das letras como Joel Pontes, Gastão de Holanda e outros (...). (...) essa ligação culminou simbolicamente com o diálogo aberto entre o homem público e a classe teatral, diálogo do qual resultou a criação do Instituto Nacional de Artes Cênicas – INACEN, como ponto fundamental na reformulação das relações entre a iniciativa pública e a coletividade, e dentro desta, particularmente, os criadores do produto artístico e cultural".
(Orlando Miranda, diretor do INACEN – Instituto Nacional de Artes Cênicas).

A reunião (com o pessoal de teatro) foi profunda e transcendeu o aspecto formal. Os artistas pediram esse encontro e aceitei. Na realidade, houve um reencontro, relembrando um pedaço de minha vida onde convivia com o teatro. Acho que esse dado acrescenta bastante coisa não só no aspecto formal, mas vivencial da coisa. Já de saída, foi rico e gratificante. Defrontei-me com uma situação complexa. A classe está mobilizada, coesa, tem força e coerência.
(Entrevista ao Jornal do Brasil, 29/03/81).

"**Aloísio** Magalhães era um homem que fazia conviver dentro de si o realismo e o sonho. Sua argumentação era precisa e brilhante. Dotado de uma extraordinária noção de tempo e ação, própria dos políticos mais hábeis e argutos. Creio de mérito extraordinário sua redefinição abrangente de bem cultural, e a maneira pela qual lutou para que suas idéias não ficassem apenas no papel. Como artista plástico; "designer", um dos nossos mais importantes artistas gráficos, foi um produtor cultural às voltas com o problema da modernidade. Em seu querido Centro Nacional de Referência Cultural ou Fundação próMemória pôde satisfazer seu telurismo de pernambucano, de Olinda, enfrentando a delicada dialética entre a raiz da cultura e os frutos dessa mesma cultura. Uma de suas frases resume a forma pela qual via o problema: "um País que constrói Itaipu tem de resolver o problema da Biblioteca Nacional". Via em conjunto a questão cultural – seu lado patrimonial e seu lado dinâmico. Via a memória como plataforma de referência; instrumento de identidade, função de inteligência. Seu Centro Nacional de Referência Cultural teve por finalidade identificar costumes, criações, gestos e hábitos que compõem as qualidades de invenção e graça do brasileiro. Acreditava que o homem brasileiro tinha obrigação de criar para si um desenvolvimento que não o violentasse, e assim criar uma tecnologia adaptada às suas necessidades. Afirmava que o homem deve estar exposto a alternativas, e não submetido a escolas, planos e projetos pré-determinados. Na Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e, posteriormente, na Secretaria da Cultura agiu sempre como um patrimonialista renovador buscando o equilíbrio entre a preservação e o desenvolvimento. Foi sempre fiel a uma noção generosa: a de que revitalizar os bens culturais de uma comunidade é devolver a essa comunidade as riquezas que lhe pertencem".
(Roberto Parreira, presidente da Empresa Brasileira de Filmes – EMBRAFILME).

"(...) **Temos** certeza que cada vez que olharmos para alguma coisa que nos lembre cultura, ali estará sua presença viva, em nossos pensamentos (...)".
(Altino Benedete, artesão).

"**No** Largo do Varadouro, à entrada de Olinda, o prédio de uma antiga fábrica de doces desativada há muitos anos está sendo transformado em mercado público. Ali deverão conviver, em princípios do próximo ano, dentre outras, produções de cereais, de frutas, verduras, carne, peixe, artesanato em geral e uma oficina de produção de conhecimento, a serviço, prioritariamente, das camadas populares a quem este mercado é destinado. Para Aloísio Magalhães, este projeto era um dos mais importantes de Olinda. Viu com alegria e estimulou da melhor forma a ocupação desse espaço no sítio histórico desta cidade tombada, por mestres de fazeres populares. Um encontro "excelente" com diretores de museus, a última peça de um "designer" popular fabricante de móveis, as especialidades culinárias de Dona Zefinha, o tombamento e a restauração de uma "maravilha" arquitetônica de tempos passados, o vento movendo as transparências e as cores da vegetação de Olinda, a visita de velhos parentes, um projeto novo, tinham sabor de vida para Aloísio. O espaço criado por este homem público vale ser preservado, fortalecido em dinâmico processo de construção".
(Sílvia Rodrigues Coimbra, artesã).

"**Para** muitos Aloísio Magalhães era o criador do "design" no Brasil. Para outros era o homem de cultura que viveu a sua meta de preservar nossa memória. Para nós, aqui de Olinda, Aloísio era isto e muito mais. Era o artista olindense a desenhar a luz e a paisagem de Olinda. Era um artista fraterno, solidário e inovador. Um grande e inesquecível amigo".

(Guita Charifker, pintora).

"(...) **Embora** ocupado em tarefas que o conduziam a uma visão cada vez mais ampla da problemática cultural do País, Aloísio não perdia Brasília de vista. E no campo do cinema sempre encontrou jeito de nos inserir, na linha em que sua afinidade era maior conosco: a criação de um centro de documentação cinematográfica, com todo o espectro e uso que vimos propondo (...)".

(Vladimir Carvalho, cineasta, presidente da Associação Brasileira de Documentaristas-seção DF).

Peço licença a vocês para, sem propriamente repetir-me, mas querendo, ao contrário, reiterar certas idéias, contar dois pequenos episódios que ilustram de maneira clara a natureza das minhas inquietações. O primeiro episódio refere-se a um insistente pedido de uma senhora na cidade de Tiradentes, MG, quando lá estava examinando as obras de restauro da Matriz, para que eu examinasse uma pasta de velhos documentos que ela tinha guardado. (...) Era uma série de autógrafos, havia cartas, documentos de uma certa importância, ligados ao Segundo Reinado, mas, no final dessa pasta, eu me deparei com alguns documentos que me chamaram e que me tocaram profundamente. Tratava-se de uma série de exercícios, de exercícios escolares, de caligrafia, do príncipe D. Pedro, menino. Retive esses documentos que me flagaram de uma maneira muito especial, até que pude entender do que se tratava. É que debaixo, por detrás, escondido no estudo simplesmente formal da caligrafia, e de como a letra devia ser um elemento e um indicador simbólico legível, por detrás dessa pura e formal aplicação metodológica do aprendizado do escrever, por detrás de tudo isto, se escondiam conceitos. E o príncipe tinha que escrever e repetir dezenas, centenas de vezes, aquelas frases para que ele aprendesse a escrever corretamente, mas que, provavelmente, era muito mais importante que ele aprendesse do ponto de vista conceitual. O príncipe deve fazer tal coisa, o príncipe não deve fazer tal coisa. É próprio ao príncipe comportar-se dessa maneira, é próprio ao príncipe não comportar-se dessa maneira. E o que se deduzia disso é que se tentava fazer a cabeça do príncipe. Se tentava impingir na cabeça da criança indefesa, aberta, sensível, plasmável a qualquer pensamento, se procurava fazer a cabeça do príncipe, lhe enchendo a cabeça de idéias preconcebidas.

Isso me deixou perplexo diante da realidade de constatar que existe uma educação do príncipe, e essa educação do príncipe é, de certo modo, aquela a que todos nós fomos submetidos, ou seja, as idéias, os conceitos, as frases, os textos, os livros são, em grande parte, impostos ao aprendizado sem que uma maior verificação, sem que uma mais profunda análise da adequação deste texto, da propriedade desta informação, da adequação deste conceito, seja, verdadeiramente, a educação do homem. E, por contraponto, imaginei a situação contrária, numa forma dialética entre a educação do príncipe e o que eu chamei a educação para a liberdade.

A educação do príncipe é de cima para baixo e obedece a todo um programa impositório, compulsório, do conhecimento e da criança.

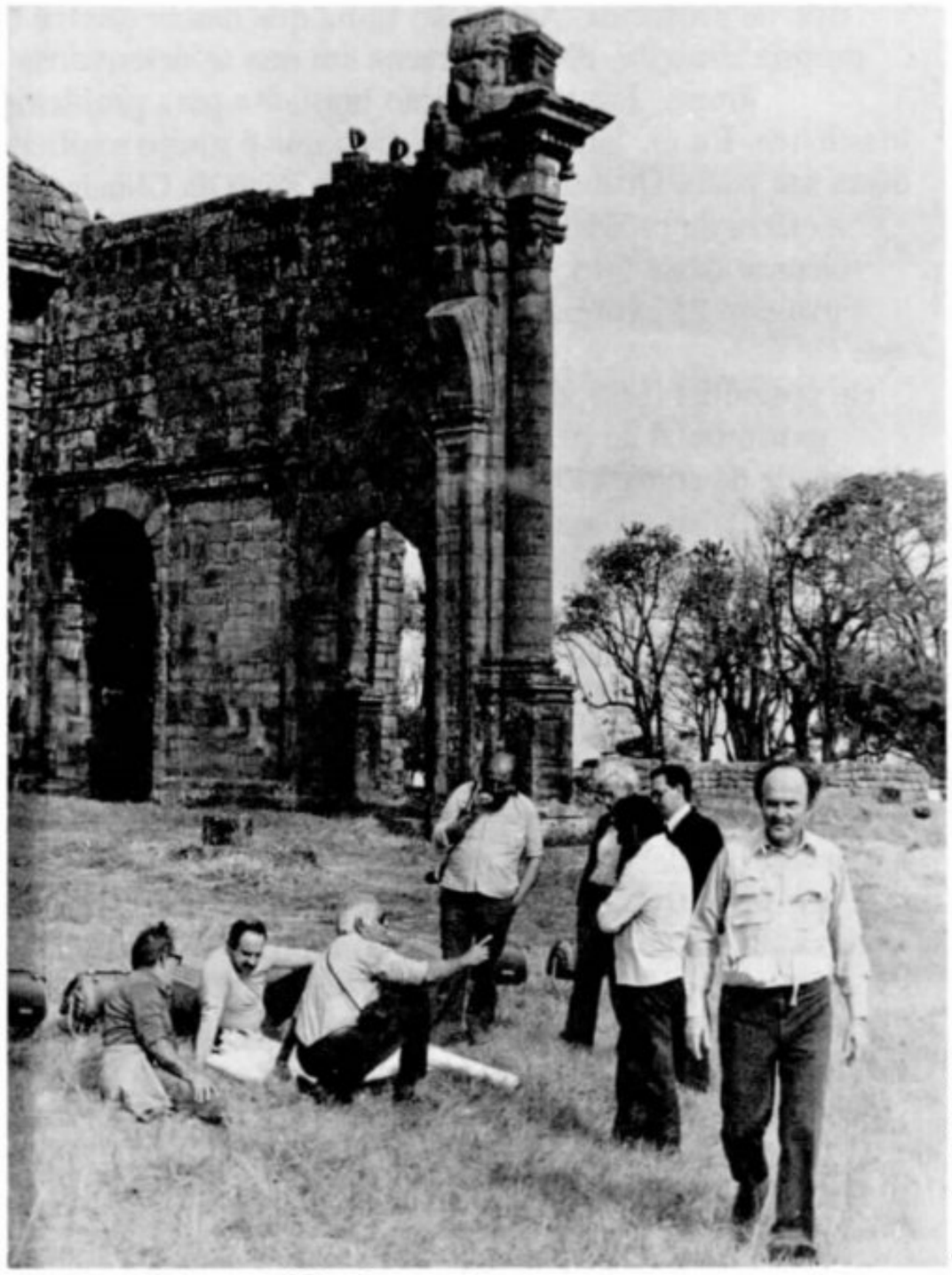
A educação para a liberdade é livre, é espontânea, é feita à base de um aprendizado direto com a realidade. É de baixo para cima.

A educação do príncipe pretende a continuidade do processo civilizatório, mas nessa continuidade se mascara a idéia da permanência, do controle, da inevitabilidade de uma continuidade formal do aprendizado do homem.

A educação para a liberdade, ao contrário, leva-o ao experimental, leva-o ao real, leva-o ao contato verdadeiramente com as coisas.

A educação do príncipe impõe conceitos, a educação para a liberdade faz que o homem experimente realidades, entre em contato com formas reais e próximas a ele e só a posteriori leve a conceituações.

(Conferência pronunciada no XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, João Pessoa–PB, 1982).



Arquivo SPHAN

Missões (RS): consolidando as ruínas.

"Então, eu poderia começar dizendo que Aloísio nunca me dizia 'faça assim'. Ele colocava os problemas e, com sua intuição extraordinária, visualizava os dados objetivos, sem perder a visão mais abrangente e, sobretudo, sem perder de vista o futuro das questões. Desse modo, ele permitia que cada um tomasse a

iniciativa e explicava: 'Gosto de desencadear os processos'. Assim, permitia que os atores que compunham as cenas contribuíssem com a sua própria capacidade de criação. Outra coisa engraçada é que ele tratava todos os problemas de uma forma muito simples e direta. Mas eu não via nisso uma simplificação; eu via uma grande elegância em abordar os problemas a partir de uma formação abrangente. Ele tinha a capacidade de sintetizar, com a sua maneira simples de se expressar, na medida em que ele se situava de imediato no contexto em que a cena se desenrolava. Essa era, na verdade, a grande capacidade pessoal de Aloísio. Ele lidava com os problemas do dia-a-dia, com a mesma acuidade e firmeza com que tratava os problemas mais complexos. Mas Aloísio não deixava de ser o pernambucano Aloísio Magalhães e tinha essa extraordinária capacidade de encarar as ações, o fazer, o produto cultural no seu contexto, sem se distanciar do problema. Ele via a ação se desenvolvendo dentro do contexto com a própria visão, com sua própria maneira de analisar o problema. Isto estava na base do seu profundo conhecimento do que eram as coisas brasileiras, do que era o Brasil. Ele apesar de ser um homem experimentado, vivido, viajado, nunca procurava uma solução estranha ao contexto para qualquer tipo de problema. A solução tinha que nascer dentro da própria situação, dentro da cena em que se desenvolvia o drama. Era uma solução brasileira para problemas brasileiros. Eu me lembro de um fato que é muito explícito dessa sua visão. Quando se transferiu o Paço da Cidade para a esfera da próMemória, ele imediatamente percebeu o alcance desse fato, porque vislumbrou, nesse momento, a maneira de expressar objetivamente aquela visão global que ele tinha sobre o problema da cultura no Brasil. Então, ele pretendia fazer, de um lado, a restauração de um bem patrimonial de pedra e cal, de um edifício com grande densidade de conteúdos históricos e artísticos; e, ao mesmo tempo, ele via a possibilidade de integrar essa restauração num contexto de dinamização cultural, porque pretendia que, ao nível da praça devolvida aos pedestres, o edifício fosse também povoado de uma série de atividades que se ligassem diretamente ao público. Então, aqui ficava sintetizada a visão que ele tinha dessas duas vertentes do problema da cultura: a restauração, a preservação de um bem cristalizado num determinado momento representativo e a devolução desse bem à população, ao mesmo tempo em que incentivava as novas atividades culturais. E ele não deixava de lado nessa sua visão panorâmica do problema, nem o fato de que aqui, na Praça XV, se desenrolavam cenas da vida popular, porque é um local no centro do Rio, onde há uma circulação intensa de pessoas, de todos os níveis sociais. Ao mesmo tempo, ele via o lado da cidade moderna, crescendo. Isto dá a esse projeto de Aloísio Magalhães uma espécie de síntese da sua visão do problema do bem cultural, da preservação, da identificação de nossa identidade cultural para conquistar o desenvolvimento. Quando o Paço foi entregue à próMemória, após o período que passou sem nenhum uso, estava muito danificado. Ele me disse: 'Seria uma boa idéia que a equipe que fosse cuidar da restauração do Paço já lá se instalasse para que, aos poucos, fôssemos tomando posse do edifício'. Eu fui mais além e trouxe para cá toda a Diretoria Regional. Fiz um grande esforço, me instalei de forma precária, como num acampamento. Depois de instalados, convidei-o a nos visitar e ele então me pediu para reunir todos os técnicos e, entusiasmado com o trabalho, dirigiu-lhes algumas palavras e terminou dizendo, que havia me pedido para preparar uma sala para ele aqui no Paço. Eu nunca imaginei que essa sala que eu vinha preparando viesse a ser sua câmara ardente. Isto adquiriu para mim um significado muito especial porque, de um lado, a determinação de velar o corpo de Aloísio no Rio de Janeiro, no Paço da Cidade, foi uma decisão de Solange, sua mulher, e teve o significado de dar a esse projeto de Aloísio um reconhecimento da força que ele tinha; e para nós que o preparamos, isto passou a ter um significado de um compromisso que assumimos com ele em relação a levar adiante esse projeto e sintetizar sua visão do problema da proteção da nossa memória.

Não sei porque me lembrei disso agora, mas Aloísio me contou um sonho que havia tido na ocasião em que ele estava tentando, em Brasília, reproduzir uma taba dos índios do Araguaia. Ele chegou a tomar as primeiras iniciativas a esse respeito, e depois o projeto não foi adiante. Mas ele me contou que, naquela ocasião, teve um sonho que me impressionou muito: sonhou que estava num penhasco e que via o mundo ao lado de um velho índio, que o acompanhava naquela visão. Em dado momento, aproximou-se um pássaro metálico, de dentro do qual foram retiradas as peças de madeira com as quais se deveria construir aquela taba. Mas o trabalho não tinha maneira de progredir e o velho índio virou-se para ele e disse: 'É claro que eles não vão construir essa taba; não construíram ainda porque não desenharam no chão. E esse é o primeiro gesto que tem que ser tomado para construção dessa grande construção indígena: o desenho dessa taba no chão!' Eu acho que Aloísio estava fazendo esse desenho e nós temos as peças todas tiradas desse pássaro de metal, para construir sobre esse desenho aquele arcabouço maravilhoso que ele imaginou".

(Glauco Campello, arquiteto, diretor da 6a. DR da SPHAN/próMemória).

"Com a abertura política, Aloísio compreendeu que podia ajudar a redesenhar o novo Brasil. Morreu lutando".

(Paulo Ormindo de Azevedo, arquiteto).

Os 44 depoimentos publicados neste encarte – a maioria resumidamente face às limitações de espaço – somam-se a cerca de 100 outros, dos quais grande parte foi enviada depois de concluída a edição. Serão, no entanto, publicados oportunamente.